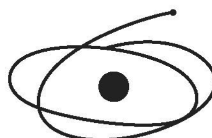
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano XXXVII nº 2 1994



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*

RBPI

Ano 37 nº 2 julho-dezembro 1994

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano 37 nº 2 1994



REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano 37 nº 2 1994

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional

(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

ISSN 0034-7329. Revista semestral.

Assinatura anual: Brasil: US$ 15; Exterior: US$ 30
Assinatura de apoio: US$ 100

Pagamentos para: *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais*
Conta nº 437.552-1, Banco do Brasil, Agência 3603-X

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais

Sede e Biblioteca: Universidade de Brasília
Edifício Multiuso I
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4602
70919-970 Brasília DF, Brasil
Tel.: (061) 348.2754

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL
Ano 37 nº 2 1994

Sumário

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano 37 nº 2 1994

Contents

ROUTES OF CONCERN

FIRST INSTANCE

INFORMATION

Caixa Postal 4602 70919-970 Brasília, DF - Brasil

Do GATT à Organização Mundial do Comércio: as transformações da Ordem Internacional e a harmonização de políticas comerciais

EIITI SATO*

Este trabalho discute as principais diferenças entre as condições políticas e econômicas que cercaram a iniciativa de se criar, no imediato pós-guerra, uma Organização Internacional do Comércio (OIC) e aquelas que se apresentam diante das decisões tomadas no encerramento da Rodada Uruguai, notadamente no que se refere à criação da Organização Mundial do Comércio (OMC). Parte-se da hipótese básica de que o sistema internacional é um sistema complexo em que os padrões de conduta dos atores são profundamente influenciados tanto pelo quadro geral da distribuição do poder quanto pela estrutura do processo interativo entre os diferentes atores, manifesto nos regimes internacionais. A conclusão geral é a de que, neste final de século, há muito mais razões para se acreditar no sucesso de uma organização como a OMC.

I - Introdução

A avaliação das perspectivas de sucesso de uma Organização Mundial do Comércio deve considerar muitos fatores que influenciam diretamente as possibilidades de harmonização de políticas comerciais. Para cada país ou grupo de países, o significado do comércio

Rev. Bras. Polít. Int. 37 (2): 5-25 [1994].

* Professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília. O autor agradece a colaboração dos professores Antonio Jorge R. da Rocha, Henrique A. de Oliveira e Marcus Faro de Castro que, pacientemente, leram os manuscritos, fazendo valiosos comentários e sugestões. Obviamente, eventuais lapsos e impropriedades são de inteira responsabilidade do autor.

exterior varia não apenas em termos de proporção em relação ao valor agregado de sua produção nacional, mas também em termos de estrutura da economia nacional que, em última instância, vai caracterizar o perfil da dependência externa do país em termos daquilo que é importado ou exportado. Essa importância do comércio exterior varia também em função da particular conjuntura econômica pela qual determinados países estejam passando: um país com forte endividamento externo ou com problemas de estabilização, em geral terá maiores dificuldades para pôr em prática programas de liberalização de seu comércio exterior. Essas questões são, obviamente, da maior relevância para uma avaliação das perspectivas que se apresentam para as medidas anunciadas ao final da Rodada Uruguai. Entretanto, a compreensão desses aspectos exige também uma análise mais ampla do cenário internacional a partir, inclusive, de uma perspectiva histórica. As muitas formas pelas quais a economia se liga com os fenômenos políticos são reconhecidas por quaisquer que sejam as correntes de análise. O que constitui, no entanto, objeto de controvérsia são os graus dessa interação e a importância atribuída à influência mútua entre os fenômenos econômicos e políticos.

Este trabalho discute as diferenças bastante radicais entre as circunstâncias políticas e econômicas dentro das quais se deu a iniciativa de se estabelecer uma Organização Internacional do Comércio (OIC) nos fins dos anos 40 e o cenário internacional que se apresenta diante das decisões tomadas no encerramento da Rodada Uruguai, mais especificamente, no que se refere à criação de uma Organização Mundial do Comércio (OMC). Com efeito, quando os termos do GATT foram concebidos em 1947, previa-se que esse arranjo deveria ser temporário, servindo de ponte para o estabelecimento da OIC com objetivos análogos aos da OMC agora proposta. O que não se supunha, naquela época, é que essa temporariedade poderia se estender por mais de quatro décadas. A recente conclusão da Rodada Uruguai, lançando as bases da OMC, transforma, portanto, em assunto de extrema atualidade, o esforço de um melhor entendimento das razões que levaram ao fracasso a iniciativa do pós-guerra no campo do comércio internacional. Isto singifica que algumas questões inevitavelmente precisam ser respondidas: por que se pode acreditar hoje na viabilidade da OMC, tendo em vista o fracasso daquela iniciativa

anterior? Que fatores favorecem hoje o estabelecimento da OMC *quando comparamos com a experiência do pós-guerra imediato?*

Para se fazer essa comparação, este trabalho utiliza a hipótese de que o sistema internacional é um conjunto de relações complexas em contínua transformação. Entende-se que instituições e normas de conduta dos atores no cenário internacional refletem posturas que não se contrapõem aos interesses, mesmo os mais imediatos, desses atores e que, por outro lado, a história não se repete, isto é, no cenário internacional, ao longo do tempo, surgem categorias e formas de relacionamento que somente passam a fazer sentido a partir de determinadas circunstâncias e condições históricas. Em outras palavras, o sistema internacional, que é altamente complexo, se auto-organiza continuamente, adaptando-se a realidades em transformação; e esse processo, muito mais errático do que os sistemas físicos, se projeta em instituições ou regimes internacionais. Assim como faz pouco sentido falar de nacionalismo antes do surgimento dos Estados Nacionais, também só é possível compreender a completa impossibilidade da reconstrução do Padrão Ouro do século XIX depois de 1919, pela radical diferença entre as realidades econômicas caracteríticas dos fins do século XIX e do mundo que emergia após a Primeira Guerra Mundial.

As instituições são úteis e necessárias dentro de certas circunstâncias e, ao longo do tempo, desaparecem ou se transformam quando essas circunstâncias também, ajudadas por essas instituições, deixam de existir ou se transformam. Nesse sentido, o processo de formação e desenvolvimento de relações comerciais globais, em níveis de intensidade e complexidade nunca antes sequer imaginadas, vem tornando uma necessidade generalizada a existência de práticas institucionalizadas compatíveis, que proporcionem estabilidade a essas relações. Nesse quadro, é possível identificar alguns importantes aspectos que apontam para um ambiente muito mais favorável hoje para a existência de uma organização como a OMC, para substituir o acordo multilateral constituído pelo GATT, que vai se revelando inadequado à realidade deste final de século.

No que se refere aos ambientes político e econômico, o fim da *guerra fria e a emergência de importantes centros financeiros, comer*ciais e tecnológicos favorecem o multilateralismo enquanto, no que

tange ao quadro institucional, a experiência e a prática desenvolvidas ao longo de meio século consolidaram organizações e processos decisórios que tornam as relações econômicas internacionais um sistema articulado, em cuja estabilidade se concentram os interesses da grande maioria dos Estados, independentemente do seu grau de industrialização e desenvolvimento. Este trabalho concentra sua análise no papel dos atores considerados decisivos, em especial os Estados Unidos que, inegavelmente, foram os principais responsáveis pela ordem internacional que ficou conhecida como Bretton Woods.

II - O cenário internacional

A análise das perspectivas para a ordem econômica internacional deste final de século, onde se insere a criação da OMC, deve considerar, em primeiro lugar, o cenário político dentro do qual alguns desenvolvimentos inegavelmente podem influir diretamente no que Rosecrance chama de "mundo do comércio"[2]. Nesse aspecto, parece muito instrutivo comparar a atual conjuntura com aquela dentro da qual se pretendia implantar a Carta de Havana.

Do ponto de vista das grandes questões que ocupavam a agenda internacional nos fins dos anos 40, a Guerra Fria tomava forma definida tornando a segurança uma questão absolutamente prioritária, o que condicionava fortemente as iniciativas no plano econômico. Os anos compreendidos entre 1947, quando foi produzida a Carta de Havana, e 1951, quando essa proposta foi abandonada pelos Estados Unidos, foram os anos em que as crises políticas, como o bloqueio de Berlin e a Guerra da Coréia, dominaram amplamente o cenário internacional. O Plano Marshall dificilmente teria sido implementado se não houvesse uma forte motivação política: o Plano se alinhava perfeitamente com a estratégia do "containment" do Presidente Truman.

Por outro lado, segundo Diebold[3], as discussões em torno da Carta de Havana resultaram numa longa e interminável lista de exceções propostas tanto por países como a Inglaterra e França, que viam no comércio um meio de ajudar suas políticas domésticas de recuperação econômica e de pleno emprego, quanto por países pobres,

que defendiam políticas protecionistas com vistas à industrialização e à melhoria da posição comercial de produtos primários, dos quais dependiam. Os Estados Unidos, por sua vez, em função das peculiaridades de sua economia, tinham enormes dificuldades para formular uma posição única em termos de política comercial: exportadores e importadores, industriais e produtores de bens primários, e mesmo dentro de um mesmo segmento da economia as opiniões eram muito divergentes, dificultando sobremaneira qualquer tentativa de definição do que deveria ser "interesse nacional" e, conseqüentemente, que política comercial melhor atenderia a esse "interesse nacional". Essa discussão se tornava cada vez mais difícil de ser conduzida junto ao Congresso Americano, que sofria toda sorte de pressões da sociedade. A eclosão da Guerra da Coréia e o surgimento de outros focos de tensão internacional na Europa e em outras partes do mundo acabaram por retirar de vez o interesse dos Estados Unidos pela Carta de Havana, que é finalmente abandonada em favor de um consenso entre os congressistas americanos, que preferiram a renovação dos acordos bilaterais de comércio de 1934. Através desses acordos, cada segmento da economia americana poderia melhor conduzir sua própria linha de negociação em termos de comércio exterior, seja porque cada produto tinha um perfil distinto de mercado, seja porque os países com os quais tivessem de tratar também tivessem diferentes tipos de interesses e expectativas em relação aos Estados Unidos.

O grande desequilíbrio econômico do pós-guerra imediato era outro aspecto que dificultava a formulação de um arranjo multilateral para o comércio. Muito embora os Estados Unidos tenham liderado os esforços para a criação da OIC, a evolução do cenário internacional entre Bretton Woods (1944) e a Conferência de Torquay (1951) haviam contribuído para reduzir substancialmente o interesse pela OIC dentro da agenda de preocupações dos líderes das principais nações. No âmbito mais específico das relações econômicas, o desequilíbrio internacional, que havia se agravado com a guerra, produzira uma grande escassez de dólares (*dollar shortage*), dificultando sobremaneira a recuperação do comércio e da economia mundial como um todo.

Os Estados Unidos, que haviam emergido como o grande credor internacional, tinham mais de 2/3 das reservas mundiais de ouro e o dolar americano era a única moeda conversível. É nesse quadro que

se pode melhor entender a posição de Keynes nas negociações de Bretton Woods, em contraste com a posição de Morgenthau e White, pelo lado americano. A defesa, por parte de Keynes, da injeção de liquidez no sistema como forma de estimular o comércio internacional, era fortemente baseada nessa percepção de que, inevitavelmente, os Estados Unidos teriam que arcar com a maior parte do financiamento da recuperação da economia internacional[4], enquanto, por outro lado, a posição dominante da economia americana fazia com que seus principais negociadores defendessem um sistema muito mais voltado para a disciplina das contas internacionais como base para a retomada de um regime de livre comércio.

De fato, a escassez de dólares era uma questão crítica para o comércio: Hansen, professor de economia em Harvard, afirmava em livro escrito em 1945, onde discutia a posição americana no cenário econômico internacional:

> "... estamos vendendo demais nos mercados do mundo. Isto, na verdade, constitui um dos grandes problemas mundiais. Estamos sempre vendendo demais para o estrangeiro, mais do que eles podem pagar... Incapazes de obter pagamentos em dólares, nossos exportadores vêm continuadamente acumulando saldos em países estrangeiros, que não podem converter em dólares".[5]

Nesse contexto, pode-se entender facilmente porque os recursos do Fundo Monetário Internacional foram pouco acionados até meados dos anos 50 e porque o Plano Marshall se tornou tão atraente. Keynes calculara que pelo menos cerca de US$ 30 bilhões precisariam ser injetados no sistema a fim de proporcionar a liquidez necessária para reequilibrar as finanças e reativar o comércio internacional. O Plano Marshall, concebido mais como parte da estratégia de "containment", passaria a proporcionar, a partir de 1948, esses recursos de liquidez, tornando-se assim o centro das atenções das economias européias. Calcula-se que, por meio do Plano Marshall, mais de US$ 40 bilhões foram transferidos para a Europa. Desse modo, pode-se dizer que a proposta de criação da OIC havia se tornado uma discussão que se situava à margem até mesmo do problema específico da recuperação do comércio internacional.

Neste final de século, a conjuntura internacional se apresenta

substancialmente mais favorável à OMC. Ao mesmo tempo em que as bases sobre as quais se assentava a Guerra Fria estavam sendo corroídas continuamente - a rivalidade ideológica e a distribuição bipolar do poder mundial - tornava-se cada vez mais generalizada a percepção de que os tradicionais objetivos de satisfação de necessidades básicas e de bem-estar poderiam ser obtidos pacificamente através do comércio. Intrinsecamente associada a esse processo, a aceleração da inovação e difusão de novas tecnologias serviu tanto para ampliar substancialmente os limites da capacidade de produção, quanto para possibilitar a emergência de novos centros econômicos importantes, sem que esse processo gerasse disputas comerciais tão agudas a ponto de se transformarem em focos de tensão internacional[6]. Richard Rosecrance, ao analisar as forças em ação no cenário internacional, observava em meados dos anos 80, quando escreveu seu livro "*A Ascensão do Estado Mercantil*"[7], que na história recente das relações internacionais é visível o declínio do "mundo político-estratégico" contrastando com a ascensão do "mundo do comércio". Naquele predominam as questões de segurança, isto é, da *high politics* na acepção realista, enquanto neste os problemas da segurança perdem espaço para os da economia e do desenvolvimento. Essas observações de Rosecrance talvez possam ser alvo de controvérsia quando se toma essa questão como uma tendência irreversível, o que conduziria para um futuro semelhante ao do "fim da história" de Fukuyama. No entanto, parece indiscutível que, ao menos nesses últimos anos e no futuro próximo, as preocupações com o "mundo do comércio" prevalecem largamente sobre as questões de segurança internacional. Se considerarmos nesse quadro as visões de Kant e Montesquieu (entre outros) que há muito falavam na chamada "tese do suave comércio", isto é, que o comércio possui efeito civilizador sobre as pessoas e suaviza as relações entre povos e indivíduos[8], pode-se esperar que as perspectivas para inciativas de cooperação internacional, neste fim de século, são substancialmente maiores do que no ambiente que cercava as discussões em torno da Carta de Havana. É óbvio que muitas questões locais e regionais podem (como de fato tem acontecido) assumir caráter conflitivo em proporções muito mais graves do que no tempo da Guerra Fria. No entanto, em termos globais, não se observa no horizonte do futuro próximo nenhuma questão capaz de colocar em pólos radicalmente opostos as grandes potências deste final de século.

Um outro aspecto da maior importância, que deve ser considerado quando analisamos as perspectivas de uma organização centrada na cooperação multilateral[9], é o da distribuição internacional do poder. No século XIX, o Concerto Europeu surgiu a partir da coalizão contra Napoleão, que representava não apenas a ameaça de ocupação territorial por suas forças, mas também a ameaça à estabilidade política interna das demais potências pela expansão das idéias republicanas. O Concerto Europeu surgiu, em larga medida, porque os países reconheciam que não era mais possível, a qualquer uma das grandes potências da época, impor-se hegemonicamente. De fato, as guerras haviam mostrado claramente que existia um relativo *equilíbrio de poder* entre elas e, em última instância, o Concerto Europeu representava o reconhecimento, por parte de cada uma dessas potências, da incapacidade de estabelecer objetivos nacionais sem considerar os interesses e os limites impostos pelas demais. Em outras palavras, linhas fronteiriças, controle sobre rios navegáveis, rotas comerciais e direitos sobre povos e regiões passariam a ser decididos através do consenso entre as grandes potências.

É inegável que, embora informal, o Concerto Europeu foi uma forma bastante objetiva de cooperação internacional que jamais teria existido sem o equilíbrio de poder, que se formara entre as grandes potências, ao longo do século precedente. Da mesma maneira, pode-se argumentar que o declínio da bipolaridade em termos mundiais e a emergência de outros pólos dinâmicos da economia mundial criaram condições propícias à cooperação internacional no campo do comércio.

Com efeito, ao final da Segunda Guerra Mundial, apesar da percepção geral de que havia um mundo em que predominavam três grandes potências (Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha), os dados econômicos e os desdobramentos políticos mostravam uma realidade muito diferente dessa percepção. As conferências de cúpula de Yalta e Potsdam reuniram os "três grandes". No entanto, era visível que a posição britânica se tornava cada vez mais frágil. Mesmo nas negociações de Bretton Woods, onde as discussões haviam se polarizado em torno dos pontos de vista dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, conta-se que nos momentos em que os argumentos de Keynes pareciam difíceis de serem refutados, White e, mais ainda, Morgenthau saíam-se com a pergunta: "... afinal, quem paga as contas?", referindo-

se ao fato de que os Estados Unidos eram a única fonte de recursos financeiros internacionais[10]. De fato, como já mencionado acima, os Estados Unidos, de maneira ainda mais dramática do que havia ocorrido em 1919, haviam emergido como o grande credor internacional em 1945. Não apenas as reservas de ouro estavam fortemente concentradas naquele país, mas também em termos de valor da produção agregada a disparidade entre os Estados Unidos e o resto do mundo era enorme: em 1950, o PNB americano contabilizava US$ 381 bilhões, enquanto a Grã-Bretanha, a União Soviética e a França apresentavam, respectivamente, um PNB de US$ 126, US$ 71 e US$ 50 bilhões[11]. Na verdade, a somatória do PNB da União Soviética, Grã-Bretanha, França, Alemanha Ocidental, Japão e Itália era menor do que o PNB dos Estados Unidos (apenas US$ 356 bilhões contra os US$ 381 bilhões da produção americana). A evolução da ordem política internacional no sentido da Guerra Fria, com a formação de dois blocos relativamente estanques, tanto no plano político quanto no econômico, torna os Estados Unidos ainda mais solitários na liderança das sociedades de economia de mercado, integrantes das inúmeras organizações econômicas internacionais. Nesse contexto, verificava-se um paradoxo decisivo para o destino da OIC: a questão central que se colocava para a viabilidade de uma Organização Internacional do Comércio, inevitavelmente, era a participação dos Estados Unidos. No entanto, esse país, exatamente em decorrência da enorme diferença que o separava das demais nações, podia prescindir, ao menos no curto prazo, do multilateralismo como forma de resolver seus problemas comerciais. É nesse quadro que se pode compreender a preferência dos Estados Unidos pela renovação dos acordos bilaterais derivados do Trade Act de 1934. Através desses acordos, os diferentes interesses americanos, que variavam não apenas entre os setores exportadores e importadores, mas também entre os diversos grupos que compunham cada um desses setores, poderiam ser muito melhor atendidos. Em larga medida, o GATT refletia essa percepção. A não existência de uma organização formal, que delineasse direitos e obrigações através de estatutos, permitia, como de fato aconteceu ao longo dos anos, que os padrões de comércio fossem sendo estabelecidos através de rodadas de negociação, em que cada país podia usar amplamente seu poder de barganha.

Hoje, o cenário que se apresenta diante da OMC é muito diferente daquele dentro do qual deveria se mover a OIC. Pode-se afirmar que a posição de liderança dos Estados Unidos no comércio e nos fluxos de investimentos internacionais, inegavelmente, conforme todos os indicadores da economia mundial, continua sendo uma realidade. No entanto, é também bastante visível que sua posição de economia hegemônica do início dos anos 50 foi sendo gradativamente substituída pela de *primus inter pares* neste final de século[12]. Nesse quadro, o multilateralismo se apresenta como a alternativa inevitável para as economias nacionais, independentemente de seu grau de desenvolvimento.

O multilateralismo constitui uma forma particular de cooperação internacional. Mesmo um país poderoso pode aceitar o fato de que certos objetivos simplesmente não podem ser obtidos por meio da ação unilateral. Assim como o Concerto da Europa teve por base o equilíbrio de poder que havia se formado no continente, também hoje não há como negar o fato de que país algum está em condições de desenvolver políticas comerciais autônomas. A crise dos anos 30 havia mostrado a necessidade da cooperação internacional. Essa percepção, à época, não estava todavia associada ao multilateralismo. Na verdade, a experiência dramática da década de 30 sugeria apenas que havia uma economia global e que a interdependência (noção que se tornou mais popularmente difundida a partir da década de 70) era uma realidade, dando origem, inclusive, a interpretações sobre a realidade internacional baseadas na hipótese de que a estabilidade econômica dependia da existência de um poder hegemônico que cumprisse bem seu papel, fornecendo os meios e assegurando o bom funcionamento da ordem monetária e financeira, condições que, em última instância, seriam indispensáveis para o desenvolvimento do comércio[13]. No entanto, o relativo equilíbrio de poder emergente na economia internacional, bem como as diferenças na estrutura interativa de seus principais agentes, consolidadas ao longo das quatro décadas que se seguiram à Carta de Havana, apontam para outro padrão de estabilidade na ordem econômica internacional, onde a cooperação multilateral se impõe como regra predominante.

III - O quadro institucional

Este é um aspecto central que deve ser considerado. As instituições representam formas pelas quais as relações regulares são organizadas e derivam do interesse direto dos agentes participantes no sentido de manter e desenvolver essas formas[14]. Antes de mais nada, deve-se considerar que o termo "reconstrução", geralmente empregado para designar as negociações visando ao estabelecimento de uma "ordem" econômica quando findasse a Segunda Guerra Mundial, é totalmente inadequado. De fato, diferentemente da reconstrução da ordem internacional após a Guerra de 1914-18, os planos para a estruturação de um quadro institucional que organizasse as relações políticas e econômicas entre as nações, quando a Segunda Guerra Mundial chegasse ao fim, apresentaram duas características da maior importância, que os distinguem dos esforços do pós-guerra do Tratado de Versailles. Em primeiro lugar, a discussão dos planos e mesmo o estabelecimento de instituições tiveram lugar ainda antes do término do conflito e não se considerava a "ordem" anterior como modelo a ser seguido[15]. A segunda característica foi a concepção de uma ordem internacional centrada não mais em apenas numa organização que disciplinasse as relações internacionais como um todo, mas sim no estabelecimento de uma ordem assentada sobre instituições que ordenassem as relações políticas e estratégicas de modo relativamente distinto do tratamento dado às questões monetárias, financeiras e comerciais.

Essas diferenças são indicadores importantes da conjuntura do pós-guerra, pois decorrem fundamentalmente da percepção acerca do sistema internacional construída a partir da experiência histórica vivida no período imediatamente anterior. Além disso, o fato das negociações terem sido conduzidas antes do término das hostilidades facilitou muito a conclusão de acordos, seja porque durante uma situação de guerra, em vista de objetivos prioritários comuns de curto prazo, o consenso tende a ser mais facilmente conseguido, seja porque a posição de predominância do aliado mais importante de qualquer coalizão é sempre mais efetiva nessas circunstâncias, facilitando a obtenção desse consenso.

Antes de 1914, muito embora se possa argumentar que o Padrão Ouro jamais tenha funcionado com a eficácia pretendida por seus entusiastas, é inegável que a prolongada experiência de estabilidade do padrão monetário no século XIX havia tornado quase um axioma a idéia da identidade entre Padrão Ouro e estabilidade nas relações econômicas internacionais. Além disso, convém destacar que o Padrão Ouro havia sido, de fato, a primeira experiência de ordem monetária internacional na modernidade. O Relatório da Comissão Cunliffe, de 1919, foi a primeira formulação analítica que descobria a "existência" de um mecanismo de ajustamento automático implícito no Padrão Ouro. Essa conclusão coincidia com a abordagem clássica da economia liberal herdada da experiência do século XIX: não deixava de ser uma espécie de "mão invisível" que regulava as trocas no plano internacional. A impressão que se tem é que a preocupação maior desse relatório era a de fornecer os argumentos para a retomada da ordem econômica anterior a 1914. Na verdade, a retomada do Padrão Ouro depois do fim da guerra significava simplesmente "voltar para casa", isto é, assim como o soldado retorna ao lar, uma vez terminada a guerra, nada mais natural do que reiniciar as atividades econômicas no mesmo ponto em que haviam sido interrompidas e de acordo com as antigas regras. Nos principais centros econômico-financeiros essa percepção era generalizada. Até mesmo na Inglaterra, onde a retomada da antiga ordem representaria um pesado ônus para a indústria, a volta ao Padrão Ouro havia se tornado um objetivo nacional. Desse modo, pouca atenção foi dada ao fato de que, nos anos que antecederam o início da guerra, as bases que sustentavam o Padrão Ouro já se encontravam bastante abaladas, em especial a posição comercial e financeira da Inglaterra no contexto internacional. Evidentemente, como era de se esperar, a guerra tornou essa situação ainda mais precária. Mas, apesar de tudo, Keynes constituiu-se numa voz solitária a criticar os esforços liderados pelo Banco da Inglaterra, no sentido de se retomar o Padrão Ouro[16].

Contrariamente, a memória do período imediatamente anterior a Bretton Woods era muito diferente. O entreguerras foi marcado por crises que, conforme muitos acreditavam no início, decorriam de desajustes conjunturais e de políticas econômicas mal formuladas e mal conduzidas. Os primeiros anos da década de 1930 foram caracte-

rizados pela rivalidade entre as principais nações comerciais, traduzida em competição destrutiva baseada na crença de que desequilíbrios e dificuldades econômicas eram produzidos fundamentalmente por políticas nacionais equivocadas e por comportamento egoísta de economias nacionais concorrentes exigindo, em contrapartida, ações retaliatórias e não iniciativas de cooperação. De fato, a política de "beggar-thy-neighbour", que retratava essa percepção, só foi efetivamente abandonada na segunda metade dos anos 30: o Smoot-Hawley Act, que impunha um pesado ônus às exportações para os Estados Unidos, somente foi abandonado a partir de 1934; e a Conferência Monetária, que efetivamente inaugura o esforço de cooperação internacional nos campos monetário e financeiro, ao admitir a desvalorização do franco francês como medida que deveria ser apoiada pelas demais nações, ocorre em 1936, em Paris.

É dentro desse ambiente que deve ser entendido o esforço de estruturação da ordem econômica dos anos 40. Diferentemente dos anos 20, em relação ao Padrão Ouro anterior a 1914, ninguém nos anos 40 guardava boas lembranças dos anos 30 que, para muitos, havia sido um período de inexistência de qualquer tipo de "ordem" internacional. Assim, é importante notar que os acordos assinados em 1944, que estabeleciam as bases da chamada Ordem de Bretton Woods, consistiu num verdadeiro esforço de estruturação e não de reconstrução de instituições econômicas internacionais. Praticamente não havia a experiência de organizações que dessem às relações econômicas uma estrutura explicitamente objetivada em termos de normas e padrões internacionais de conduta. No século XIX, a exemplo do que havia acontecido com o Concerto da Europa no plano político, o Padrão Ouro foi efetivamente uma forma estruturada para as relações econômicas internacionais em bases sistemáticas, mas o seu funcionamento dependia muito mais do comportamento do mercado e da ação dos principais agentes através de "acordos de cavalheiros". Esse fato, em larga medida, explica o grande entusiasmo por um possível processo de ajustamento "automático" do Padrão Ouro. Algumas instituições econômicas internacionais que existiam antes de 1944 tinham fins específicos e limitados. O Bank for International Settlements (BIS), por exemplo, havia sido criado em 1930 basicamente para processar as transferências decorrentes dos pagamentos de reparações de guerra a partir do Plano Young.

Na verdade, a crise dos anos 30 havia revelado a completa inadequação e mesmo a precariedade da estrutura institucional existente para lidar com uma economia internacional que havia se tornado muito ampla e muito mais complexa: seria necessário criar instituições que jamais haviam existido em forma similar. As negociações nas áreas monetária e financeira foram relativamente bem sucedidas, isto é, chegou-se a um consenso satisfatório porque, no fundo, as divergências eram pouco expressivas e as reservas monetárias e as disponibilidades financeiras estavam concentradas nos Estados Unidos[17]. No plano comercial, embora houvesse muito entusiasmo e esperança no início, o consenso revelara-se muito mais difícil. A Grande Depressão havia produzido o comércio administrado para as principais *commodities* sem, no entanto, qualquer perspectiva para o estabelecimento de um arranjo mais geral que pudesse articular as economias nacionais, acomodando satisfatoriamente os diferentes interesses comerciais. Na verdade, os acordos para os mercados de *commodities* surgiram a partir de negociações complicadas e demoradas, como no caso do açúcar, por exemplo, que se iniciaram na primeira metade dos anos 20 e se estenderam por mais de uma década: somente em 1937 foi finalmente assinado um Acordo Internacional do Açúcar, envolvendo efetivamente os principais países produtores e consumidores.

As *commodities*, tradicionalmente, representavam cerca de 2/3 do comércio mundial e cada uma delas normalmente tinha um perfil muito distinto, em termos de condições de mercado. Nesse contexto, é óbvio, seria difícil imaginar a possibilidade de se estabelecer um arranjo mais geral, englobando os diversos grupos de *commodities* e, o que seria ainda mais complicado, em bases multilaterais, conforme pretendido na Carta de Havana. A preferência dos Estados Unidos pela manutenção dos Acordos Bilaterais de comércio, iniciados em 1934 e renovados a cada 4 anos, atendia melhor aos interesses que eram distintos tanto entre exportadores e importadores americanos quanto entre os diferentes segmentos da indústria e da agricultura. Cada qual com padrões de mercado bastante diferenciados. Pode-se dizer que, em larga medida, esse padrão de comportamento no comércio acabou por servir de base para o tipo de multilateralismo no comércio do GATT: as rodadas de negociação.

Apesar de tudo, não se pode dizer que as negociações com

vistas ao estabelecimento de uma ordem para o comércio internacional tenham sido um completo fracasso. Muitos dos ítens contidos na Carta de Havana sobreviveram e foram incorporados às práticas comerciais que se desenvolveram a seguir, e o próprio GATT, inegavelmente, foi o produto mais importante. Muito embora o GATT não tenha estabelecido uma verdadeira organização estruturada para o comércio, deixando para as rodadas de negociação o papel de ordenar e coordenar as políticas comerciais, difundiu princípios baseados na liberalização e no multilateralismo, que deveriam servir de referência para as negociações comerciais que se seguiram tanto no âmbito do próprio GATT quanto em arranjos regionais.

Nos planos monetário e financeiro, pode-se dizer que o verdadeiro fim do Padrão Ouro se deu com o colapso da ordem de Bretton Woods, pois foi somente depois de 1971 que, efetivamente, se abandonou qualquer tentativa de se estabelecerem paridades em relação ao ouro, com as principais moedas se tornando conversíveis entre si, sem que houvesse, no entanto, necessidade de qualquer tipo de garantia baseada na posse do metal precioso. Outra mudança importante ocorrida foi a liberalização dos mercados financeiros a partir da emergência e desenvolvimento do mercado de eurodólares. Apesar de significativas variações ocorridas nas taxas cambiais desde então, não se pode dizer que a economia internacional tenha sofrido de instabilidade que viesse comprometer os fluxos financeiros e comerciais. Ao contrário, os sistemas monetário e financeiro mostraram enorme capacidade de assimilar mudanças e de se adaptar à conjuntura cambiante. Absorveu com relativa tranqüilidade as pressões inflacionárias dos anos da crise do petróleo e também o desgaste da crise da dívida externa dos anos 80. Em 1987, quando a queda no valor médio das ações da Bolsa de Valores de New York significou mais do que em 1929, não houve uma sucessão de falências de instituições financeiras e a depressão não se instalou na economia internacional. Absorveu também o surgimento de novos centros econômicos e financeiros, que mudaram substancialmente não apenas os fluxos financeiros, mas também os padrões de competitividade comercial. De fato, ao longo dos anos, não só o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial alteraram alguns de seus objetivos específicos para os quais foram inicialmente criados, como também receberam o reforço de novos

mecanismos institucionais, que passaram a cooperar na manutenção da estabilidade das relações econômicas internacionais.

No plano do comércio internacional, especificamente, o panorama não é diferente. Entre 1948 e 1960, o volume de comércio mundial cresceu a uma taxa de mais de 6% ao ano; de 1960 até o início da crise do petróleo, essa taxa foi ainda maior, chegando a quase 9% ao ano e, mesmo na segunda metade dos anos 70, apesar das dificuldades por que passava a economia internacional, o comércio mundial continou a crescer a taxas em torno de 4,5% ao ano em média. Entre 1980 e 1992, as taxas de crescimento das exportações mundiais continuaram altas: as exportações dos países industrializados cresceram a uma taxa média de 4,9%, enquanto os países em desenvolvimento (apesar dos anos 80 terem sido considerados por muitos deles como a "década perdida") sustentaram uma taxa de 4,4% ao ano[18]. Aspecto da maior relevância que deve ser considerado é o processo pelo qual o declínio da posição internacional das nações economicamente mais fortes, notadamente os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, foi assimilado, enquanto se processava (e vem se processando) a acomodação de novas e importantes potências econômicas emergentes tanto no campo do comércio, através das sucessivas rodadas de negociação, como no da ordem monetária e financeira, que incluiu uma completa reformulação dos acordos de Bretton Woods.

Em resumo, atualmente o quadro institucional se apresenta substancialmente diferente. Após quatro décadas decorridas desde o fracasso da OIC, quando em fins de 1951 o Governo dos Estados Unidos decide não mais submeter ao Congresso a Carta de Havana, muitos aspectos institucionais da maior importância se desenvolveram no plano das relações econômicas internacionais, tornando-as verdadeiramente articuladas, impossibilitando a condução, até mesmo por parte das economias mais poderosas, de políticas completamente autônomas. A cooperação internacional, claramente, tornou-se institucionalizada pelo estabelecimento de normas e regras de conduta internacional.

IV - Conclusão

A Rodada Uruguai não foi apenas a mais longa de todas as rodadas de negociação ocorridas no âmbito do GATT desde 1948: foi também aquela que introduziu definitivamente o problema da harmonização de políticas como parte inseparável das negociações comerciais. As assim chamadas "questões de fronteira" - barreiras tarifárias e não tarifárias - certamente continuarão a constar da agenda do comércio internacional. No entanto, problemas como o da proteção da propriedade intelectual e do meio ambiente, as questões trabalhistas e sociais ou a administração dos fluxos de capitais tenderão a estar cada vez mais presentes nessa agenda em razão da inevitável relação entre essas questões e o comércio internacional. Essa tendência é particularmente visível no surgimento dos chamados "novos temas", onde se destacam as alegações sobre a existência de um "dumping social" e um "dumping ambiental". Diferentemente das questões de fronteira, esses novos temas dificilmente podem ser tratados em bases bilaterais, mas a garantia de aplicabilidade exige também uma estrutura institucional menos fluida do que aquela proporcionada pelo GATT. Ademais, a substancial redução das diferenças entre os principais centros econômicos torna cada vez menos viável a adoção de soluções bilaterais visto que esses arranjos, na grande maioria das vezes, se revelam demasiadamente limitados. Nesse quadro, o estabelecimento da Organização Mundial de Comércio se torna uma alternativa mais condizente com as necessidades atuais, que exigem maior coordenação entre as economias políticas nacionais.

Convém notar que, em absoluto, a nova organização desconsidera a experiência do GATT. Na verdade, é justamente essa experiência que proporciona as bases para a OMC, incluindo medidas recentes, tomadas durante a Rodada Uruguai, como aquelas relacionadas com os mecanismos de proteção contra práticas consideradas desleais no comércio internacional (anti-dumping, direitos compensatórios, medidas anti-dumping etc.). Para os países em desenvolvimento, em particular para aqueles em estágios mais avançados no processo de industrialização e que se vêem diante da necessidade de aumentar sua exposição à concorrência internacional a fim de melhor se integrarem à ordem econômica vigente, essas perspectivas se apresentam

relativamente promissoras, pois suas posições dificilmente deixarão de ter o concurso de aliados expressivos, como de fato aconteceu ao longo da última rodada de negociações. Por outro lado, a revisão dos regulamentos no uso de instrumentos anti-dumping e outros códigos de proteção reduziu as possibilidades de uso abusivo desses instrumentos, sobretudo por parte das nações mais poderosas. No que se refere aos problemas de acesso a mercados, houve uma redução generalizada do nível das tarifas que, em princípio e na média, deve favorecer tanto a países industrializados quanto aos países em desenvolvimento. Obviamente, novas questões surgirão e deverão ser objeto de grande controvérsia como já o são, por exemplo, os casos já mencionados acima, do que vem sendo chamado de "dumping social" e "dumping ecológico", onde se alega que vantagens comparativas no comércio não podem ser baseadas em condições injustas de trabalho ou em uso predatório dos recursos naturais e ambientais. Caracterizar a ocorrência dessas circunstâncias envolve muitas dificuldades e a preocupação é que esse tipo de discussão não prejudique a posição comercial de muitos países em desenvolvimento. Isto, no entanto, apenas reforça ainda mais a idéia de que a necessidade de um quadro institucional mais preciso para o comércio internacional expressa o interesse de um número crescente de países.

Bibliografia

AGNEW, J. "Global Hegemony versus National Economy: The U.S. in the New World Order". in: DEMKO, G.J. & WOOD, W.R. (eds.) *Reordering the World. Geopolitical Perspectives on the 21st Century* (p. 269-79). Boulder: Westview Press, 1994.

AXELROD, R. *Evolution of Cooperation*. New York: Basic Books, 1984.

AXELROD, R. & KEOHANE, R. Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions. *World Politics*, 38(1): 226-254. Oct. 1985.

CONYBEARE, J. A. C. Managing International Trade Conflicts: Explanations and Prescription. *Journal of International Affairs*, vol. 42, nº 1, Fall 1988, p. 75-95.

DIEBOLD, W. The End of ITO. *Essays in International Finance* nº 16. Princeton University Press, 1952.

GARDNER, R. N. *Sterling-Dollar Diplomacy*. Oxford: Clarendon Press, 1956.

HANSEN, A. H. *America's Role in the World Economy*. London George Allen & Unwin, 1945.

HIRSCHMAN, A. O. *A Economia como Ciência Moral e Política*. São Paulo: Brasiliense, (1984) 1986.

KEIZAI KOHO CENTER (Japan Institute for Social and Economic Affairs). *Japan 1993. An International Comparison*. Tokyo: 1993.

KENNEDY, P. *The Rise and Fall of the Great Powers. Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. London: Fontana Press, 1989.

KENWOOD, A. G. & LOUGHEED, A. L. *The Growth of the International Economy. 1820-1980*. London: George Allen & Unwin, 1983.

KINDLEBERGER, C. P. *The World in Depression. 1929-1939*. Middlesex: Penguin Books, 1987.

MOGGRIDGE, D. *The British Monetary Policy, 1924-1931. The Norman Conquest of $ 4,86*. Cambridge University Press, 1972.

OYE, K. A. (ed.) *Cooperation under Anarchy*. Princeton University Press, 1986.

ROSECRANCE, R. *The Rise of the Trading State. Commerce and Conquest in the Modern World*. New York: Basic Books, 1985.

SNIDAL, D. Coordination versus Prisoner's Dilemma: Implications for International Cooperation Regimes. *The American Political Science Review*. 79: 923-942, 1985.

WALDROP, M. M. *Complexity. The Emerging Science at the Edge of Order and Chaos*. New York: Touchstone, 1992.

WORLD BANK. *Global Economic Prospects and the Developing Countries. 1994*. Washington: The World Bank, 1994.

YOUNG, O. R. & OSHERENKO, G. "The Formation of International Regimes: Hypotheses and Cases". in: YOUNG, O.R. & OSHERENKO, G. (eds.) *Polar Politics: Creating International Environmental Regimes* (p. 1-21). Ithaca: Cornell University Press, 1993.

Notas

1 M. M. WALDROP, na introdução de seu livro *Complexity. The Emerging Science at the Edge of Order and Chaos.* (1992) afirma que "... todos os sistemas complexos têm, de algum modo, adquirido a capacidade de trazer ordem e caos para um particular tipo de equilíbrio. Esse ponto de equilíbrio, comumente chamado de *limite do caos*, está onde os componentes de um sistema nem se ajustam perfeitamente a um lugar e nem se dissolvem na turbulência" (p. 12).

2 R. ROSECRANCE, *The Rise of the Trading State. Commerce and Conquest in the Modern World*, 1986.

3 O "paper" de W. DIEBOLD (*The End of ITO*, 1952) é um dos raros trabalhos que analisa em mais detalhe o fracasso da tentativa de se criar a Organização Internacional do Comércio, a partir da Carta de Havana, de 1947.

4 O papel das potências dominantes na construção da ordem internacional é bastante discutido pelos autores que têm se ocupado dos "regimes internacionais". YOUNG e OSHERENKO identificam dois tipos de atitude típica de potência dominante nesse processo: a hegemonia coercitiva, onde as demais nações seguem ou obedecem por não terem outra opção; e a hegemonia benigna, onde a potência hegemônica procura induzir, persuadir e, principalmente, arca com os custos da construção de uma ordem internacional a ela favorável (Vide YOUNG, O. R. & OSHERENKO, G. (eds.) "*Polar Politics. Creating International Environmental Regimes*", 1993).

5 A. H. HANSEN, *America's Role in the World Economy* (1945) p.135.

6 J. A. C. Conybeare, analisando o problema da administração das disputas comerciais, argumenta que diferenças entre duas grandes nações comerciais tendem a terminar em cooperação, seguindo tipicamente a solução do "dilema do prisioneiro" (*Managing International Trade Conflicts: Explanations and Prescription*, 1988).

7 R. ROSECRANCE, 1986, op. cit.

8 A tese do "suave comércio", assim como outras formas concorrentes de ver o papel social e cultural do comércio são discutidas na obra *A Economia como Ciência Moral e Política* (1986) de A. O. HIRSCHMAN.

9 Neste trabalho o termo "cooperação" está sendo empregado no sentido de que os atores internacionais tomam decisões e adotam mecanismos de interação baseados na consulta e na negociação ao invés de, alternativamente, seguirem políticas autônomas. A cooperação internacional tem sido objeto de diferentes enfoques pelas várias correntes teóricas das relações internacionais. A discussão do significado da cooperação internacional pode ser encontrada, por exemplo, em R. AXELROD (*Evolution of Cooperation*, 1984) e em K. A. OYE (ed.) (*Cooperation under Anarchy*, 1986).

10 Essa questão é amplamente discutida por R. N. GARDNER em *Sterling-Dollar Diplomacy*, 1956.

11 Dados extraídos de P. KENNEDY, *The Rise and Fall of the Great Powers*, edição Fontana Press, 1989, p. 475.

12 Em 1990, o volume do comércio exterior dos países industrializados (em valores FOB) foi de US$ 4.900 bilhões, dos quais Estados Unidos, US$ 890 bilhões; Alemanha, US$ 730 bilhões; Japão, US$ 500 bilhões; e França, US$ 445 bilhões. (*Japan 1993. An International Comparison*. Keizai Koho Center, 1993).

13 Vide, por exemplo, C. P. KINDLEBERGER (*The World in Depression. 1929-1939*. 1986): "É tema deste livro que parte da razão para a extensão e a principal explicação para a profundidade da depressão mundial foi a incapacidade da Grã-Bretanha de continuar a desempenhar seu papel de garantidor do sistema e a relutância dos Estados Unidos em assumir esse papel até 1936" (p. 11).

14 Poder-se-ia empregar aqui a definição clássica de *regimes internacionais*: normas, regras, instituições e processos de tomada de decisão em determinada área em questão.

15 A própria Liga das Nações era olhada como uma iniciativa que havia fracassado melancolicamente. Esse fato explica, em grande parte, porque se optou pela criação de uma nova entidade - a ONU - ao invés, simplesmente, de retomar a Liga das Nações, mesmo com algumas modificações.

16 A esse respeito ver *The British Monetary Policy, 1924-1931. The Norman Conquest of $4,86* (1972) de D. MOGGRIDGE.

17 Ao final, da guerra os Estados Unidos haviam acumulado mais de 70% das reservas de ouro do mundo e foi somente em fins da década de 1950, em função de deficits comerciais, que essas reservas se reduziram para menos de 50%.

18 Dados extraídos de *The Growth of the International Economy. 1820-1980* (A.G. KENWOOD & A. L. LOUGHEED, 1983) e de *The Global Economics and the Developing Countries* (The World Bank, 1994).

A desintegração soviética: causas e conseqüências

VICTOR SUKUP*

Não há qualquer dúvida de que a desintegração da URSS e de seu bloco, com suas conseqüências como a unificação alemã e o fim da bipolaridade, constitui o acontecimento mais importante do pós-guerra. Esta, caracterizada pela guerra fria, terminou, com efeito, justamente quando se mostravam irreversíveis o naufrágio da reforma do sistema soviético tentada por Gorbatchov e, como conseqüência, o começo do fim da segunda superpotência.

Mas as interpretações sobre as causas profundas desta história recente, as lições da experiência soviética e as perspectivas de futuro variam enormemente segundo as opiniões. E como estes acontecimentos também estão ligados aos outros grandes interrogantes da humanidade neste fim do século - o "desenvolvimento sustentável", a justiça social, a integração regional, a industrialização dos países economicamente atrasados e até os fatores demográficos, técnico-culturais e religiosos -, uma visão de conjunto sobre o tema adquire um interesse verdadeiramente excepcional. Segundo o papa João Paulo II, "o comunismo tinha algumas sementes de verdade", como a preocupação pelos pobres e pelo desemprego; e sem "amortecedores" sindicais e socialistas, disse, há perigo de predomínio de um capitalismo selvagem, hoje muito mais agressivo que no tempo da URSS...

O processo que terminou com a URSS foi desencadeado pelos seus próprios problemas internos; mas, ao provocar a desintegração do

Rev. Bras. Polít. Int. 37 (2): 27-52 [1994].

* Economista e politólogo austríaco, Doutor em Estudos Latino-americanos da Universidade de Paris III. Professor de Relações Econômicas Internacionais das Universidades de Buenos Aires e de Tandil (Província de Buenos Aires). Fez uma estada de pesquisa de três meses em 1993 no Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais da Academia de Ciências da Rússia em Moscou.

bloco soviético, iniciada na Polônia em 1980, acelerou a queda deste Estado plurinacional que cobria uma sexta parte da terra.

1. Causas profundas da desintegração da URSS

Interpretações superficiais se limitam em geral a enfatizar uma clara e decisiva superioridade do "capitalismo" sobre o "comunismo". Tais simplificações podem levar a conclusões erradas sobre "o fim da história" etc. Reflexões mais pertinentes incluem referências ao atraso secular da Rússia dentro do esquema **centro-periferia** examinado por Raúl Prebisch, às tradições despóticas do país, ao isolamento da URSS e ao peso que teve que suportar na Segunda Guerra Mundial, entre outros elementos. Deve-se lembrar, além disso, o papel da URSS e do seu bloco na economia mundial dominada pela racionalidade capitalista de "livre-mercado" ou, de fato, por fortes interesses monopolistas.

Se Moscou se apresentava como um modelo alternativo aos países do mundo, isso implicava também um importante esforço militar. Embora muito difícil de estimar, era evidentemente ainda bem maior, em termos relativos, que nos Estados Unidos. E esta tendência à "sobreextensão imperial", descrita por Paul Kennedy, foi um dos fatores chaves da crise dos anos 80.

Se o "modelo soviético" perdeu a batalha, isso se deve, numa medida importante, aos conhecidos vícios deste modelo: um autoritarismo aberrante, até de tipo "1984", a burocratização excessiva com a supressão da iniciativa privada, a crescente incapacidade de competir na carreira científica-tecnológica, a irresponsabilidade ecológica ainda maior que a do capitalismo liberal [1], uma obsessão militar além das necessidades reais de defesa etc [2].

Mas também se deve a outros fatores, mais estruturais, responsáveis principais destes vícios, como o atraso secular e as longas tradições de despotismo e isolamento russos [3]; a massiva emigração de representantes da cultura e da ciência após 1917 e as terríveis dificuldades e contradições enfrentadas na URSS por eles [4]; as contradições internas do "império" e a "sobreextensão imperial"; assim como, ***last but not least***, as condições da sua inserção na economia mundial dominada pelo sistema rival [5]. Assim, a queda dos preços do petróleo

após 1985 foi uma causa importante dos problemas da URSS [6], em particular devido aos "efeitos perversos" do sistema mundial que levaram todos os países exportadores de petróleo a uma crise gravíssima.

Quanto aos fatores internos, é evidente que a União Soviética, herdeira do "cárcere dos povos", denunciada em seu tempo por Lenin, não era, no plano das relações entre seus povos, nem uma simples continuação do regime anterior, nem aquela associação de povos livres e fraternos da propaganda soviética. Não parece ter existido uma "exploração" econômica das repúblicas periféricas por Moscou, ou pelos russos em geral. Ao contrário, tudo indica que o "internacionalismo proletário" tinha aqui uma existência bastante real: uma parte importante do excedente econômico da Rússia se transferia para as regiões periféricas, subdesenvolvidas, mantendo certa coesão do imenso país com a sua enorme diversidade cultural e étnica. Esta coesão, contudo, sempre ficou relativa e nunca deu lugar, senão em forma muito embrionária, ao surgimento de um "povo soviético" realmente unido.

No plano interno, o fim da URSS não pode, sem dúvida, ser atribuído às suas contradições entre nacionalidades "oprimidas" e russos dominantes. Havia, certamente, conflitos étnicos e nacionais, só aparentemente apagados pelo despotismo staliniano e prestes a acender-se na primeira ocasião, especialmente na região do Cáucaso. Pode-se falar num "império soviético" *sui generis*; mas a sua desintegração teria sido inevitável na ausência da aguda crise do sistema político e econômico que eclodiu em 1991? A especialista francesa Hélène Carrrère d'Encausse anunciou, anos atrás, um "Empire éclaté", mas pensava que essa fratura começaria na Ásia Central, quando de fato começou, após as primeiras tensões no Cáucaso, longe dali, mais exatamente no Báltico...

O "império soviético" *lato sensu*, dominador de boa parte da Europa e da Ásia, obviamente era também a contraparte daquilo que pode chamar-se o "império (norte) americano" com as célebres *covert actions* da CIA e o apoio freqüente a golpes de estado através do mundo. A guerra do Vietnam teve, certo, conseqüências negativas para esse "império", mas não foi tão desastrosa para o seu papel de superpotência como foi para a URSS a sua intervenção no Afeganistão, fator importante da sua queda.

No fundo, como já o sublinhara Celso Furtado há mais de quinze anos, provavelmente só a imensa China com suas tradições culturais tão distintivas disporia da "massa crítica" suficiente para escapar da força de atração da civilização industrial ocidental [7]. A URSS falhou também - e sobretudo! - porque, apesar de avanços notáveis nos campos social, cultural e científico, obtidos com enormes dificuldades, não soube oferecer um projeto de civilização mais atrativo para o mundo moderno.

2. As repúblicas soviéticas na véspera da ruptura

O panorama geral das quinze repúblicas soviéticas na véspera da dissolução da União mostra dados estruturais muito diversos em termos territoriais, demográficos, econômicos e sociais.

A Rússia constituía quase 55% da população, 76% da superfície e tinha um papel amplamente predominante na economia, nas ciências e ainda mais nos recursos naturais como o petróleo.

As outras ex-repúblicas soviéticas têm superfícies que vão do tamanho da Bélgica (Armênia) até o da Argentina (Casaquistão). A Ucrânia vem em terceiro lugar quanto à superfície, mas em segundo quanto à população, seguida de longe pelo Uzbequistão e pelo Casaquistão. A maioria das outras repúblicas são muito menores: a Bielorrússia tem um pouco mais de dez milhões de habitantes, e o Uzbequistão e a Turcomênia se aproximam de meio milhão de Km^2, seguidos de longe pela Quirguízia e a Bielorrússia.

A densidade da população era de menos de 13 habitantes por Km^2 para a URSS em seu conjunto, de menos de 9 na Rússia e de 6 no Casaquistão, chegando a aproximar-se de 100 ou ainda superar esse nível em algumas repúblicas do Sul como a Ucrânia (v. tab. 1).

Nos primeiros lugares, quanto ao nível de vida, encontramos as repúblicas bálticas, bem acima da média; as repúblicas transcaucásicas e sobretudo as da Ásia Central vêm claramente atrás, enquanto a Rússia se situa perto da média. (v. tabela 2).

A URSS era um Estado ateu, mas as repúblicas da Ásia Central

e o Azerbaijão estavam muito marcados pela religião muçulmana, enquanto nas outras repúblicas predominava amplamente o cristianismo ortodoxo, com exceções como o catolicismo na Lituânia e o protestantismo na Letônia e na Estônia; também há minorias islâmicas da Federação Russa – aproximadamente 20 milhões –, em particular na região meridional ao pé do Cáucaso e nas Repúblicas Autônomas do Tatarstão e da Bachkíria, no curso médio do Volga [8]. Estas diferenças religiosas refletem-se, por exemplo, nas taxas de natalidade – e também de mortalidade infantil [9] – muito superiores nas áreas de tradições muçulmanas, e explicam provavelmente, em parte, a esperança de vida ligeiramente superior dos homens do Uzbequistão em relação aos homens russos com seus excessos alcoólicos proverbiais: 65,1 contra 63,8 anos, enquanto que para as mulheres, os dados eram de 71,0 e 74,0 [10].

Finalmente, a parte essencial do comércio exterior da URSS e sobretudo das suas exportações correspondia à Rússia, e destas, a maior parte ao petróleo, ao gás natural e a outras matérias primas. O CAEM - isso é, quase exclusivamente a Rússia – representava 23% da produção mundial de petróleo em 1980, 28% em 1985 e 22% em 1990 [11]. Juntos à Rússia, apenas a Turcomênia e o Azerbaijão têm excedentes; as outras repúblicas não somente dependiam – e continuam dependendo – fortemente das importações energéticas da Rússia, senão que tinham muitas vezes um déficit de comércio exterior" superior a 15 ou ainda 30% do seu PNB (v. tab. 3).

Tudo isso reflete uma estreitíssima interpenetração das economias agora "nacionais" da ex-União Soviética. Por razões de gigantismo industrial e de planejamento ultracentralizado, estas economias estão quase indissoluvelmente interligadas; como diz Lester Thurow, seria mais fácil, do ponto de vista econômico, dividir os Estados Unidos em seus 50 componentes do que a URSS em suas 15 repúblicas [12]. Daí a forte dispersão geográfica do comércio exterior russo: 70% em 1990 era intra-URSS, e ainda em 1993, 12% das exportações iam para a Ucrânia e 6% para a Bielorrússia, contra só 3,4% para a Alemanha, o maior parceiro do Ocidente (v. tab. 6).

3. Alguns aspectos da situação atual

O golpe de Estado de 19 de agosto de 1991 pretendia evitar "a fome e a espiral da miséria", e a situação, segundo um especialista em economia soviética, era "efetivamente catastrófica: penúrias e bilhetes de racionamento se multiplicaram, o aparelho industrial tinha-se deteriorado fortemente, a produtividade do trabalho registrou uma queda, os mercados negros conheceram uma verdadeira explosão, igual à da dívida externa." [13].

Nos anos seguintes, a queda da produção industrial e agrícola foi catastrófica, como mostram os dados de 1992 e 1993 que seguiram aos semelhantes para 1991. Na Rússia, os investimentos caíram 16% em 1991 e 45% em 1992, ficando em apenas 12% do PNB em 1993, acelerando ainda a queda em 1993 e 1994. Os piores resultados, logicamente, são registrados nas repúblicas envoltas em graves situações de guerra civil ou local como Armênia e Tajiquistão (v. tab. 4 e 5). Ao mesmo tempo, aumentou fortemente a pobreza, quase entrou em falência o sistema da saúde pública[14] e agravaram-se claramente as desigualdades, como o revelam a aparição simultânea de mendigos e de numerosos carros de marca Mercedes nas ruas e a inauguração tão simbólica de uma representação da Rolls Royce em Moscou em 1993. O desemprego ainda é baixo, mas deveria aumentar a vários milhões, enquanto a privatização das habitações promete multiplicar o número dos sem-teto. A corrupção, sem dúvida presente na antiga URSS, agora adquiriu dimensões não "italianas" ou "brasileiras", senão bem piores...

Já é quase proverbial o domínio que a máfia russa – e georgiana etc.- conquistou em Moscou e em outros lugares (e sua presença crescente, inclusive em nível mundial), e também aumentou fortemente a delinqüência em geral. Em 1993, segundo a imprensa local, havia em Moscou aproximadamente 100 assassinatos por mês, pouco mais que em Chicago, devendo este número atingir o total na Rússia de 25.000 ao ano. Diz-se que é difícil, em Moscou, fundar um banco, mas que é ainda mais difícil sobreviver como banqueiro [15]; até os miseráveis e inumeráveis *camelôs* e donos de kioskes de rua estão sendo obrigados a pagar tributos às máfias.

A máfia "ex-soviética", lembrando a Chicago dos anos 20, tomou conta, entre outras coisas, do tráfico de armas de um Exército Vermelho desabado - com conseqüências internacionais incalculáveis, incluindo as possibilidades de proliferação nuclear, de contrabando através das novas fronteiras entre ex-repúblicas soviéticas e do tráfico de drogas no qual a Ásia Central ex-soviética vira uma nova plataforma. Em abril de 1994, foi assassinado um deputado- empresário russo após ter publicado uma lista dos principais personagens vinculados à máfia que está notoriamente ligada a setores chaves da burocracia oficial [16].

A "transição para a economia de mercado" não pode funcionar, como muitos pensavam, porque não existe um "ambiente social" para isso, em particular um ambiente empresarial, e as privatizações hoje estão se realizando de modo semelhante com que se fizeram, há várias décadas, as coletivizações[17]. É, evidentemente, duríssima para uma população desacostumada a fenômenos como a especulação imobiliária e o desemprego. Proliferam já bandas juvenis perigosas e a prostituição, com o agravante das duras condições climáticas e a total desorganização da sociedade: "ficar na rua" é muito pior em Moscou do que no Rio de Janeiro... Em quase todo o ex-bloco soviético, aumentou fortemente a dívida externa, de 153,0 para 181,6 bilhões de dólares entre 1989 e 1992; na ex-URSS, esta dívida passou de 53,9 para 77,8 bilhões, e as reservas de divisas caíram de 80 para apenas 5 bilhões [18].

Em 1994, os povos ex-soviéticos não estão, sem dúvida, no caminho do bem-estar econômico, da democracia política e da paz interna. O mundo de hoje também não é mais seguro e pacífico do que era quando a URSS representava a segunda superpotência armada até os dentes. Ao contrário, se o perigo de uma grande guerra nuclear Leste-Oeste ficou afastado, multiplicaram-se focos de tensões regionais muito perigosos, como nos Bálcãs e no Cáucaso. A Ucrânia decidiu, para o espanto justificado do resto da Europa, continuar o funcionamento da perigosíssima central nuclear de Tchernobyl. Lembremos, neste contexto, que o desastre de 1986 custou, segundo reconheceu o próprio Ministério da Saúde da Ucrânia, 8 a 10.000 mortes neste país; o Greenpeace estima que meio milhão de pessoas terão morte acelerada e que ficaram contaminados 130.000 Km^2 habitados por 5 milhões de habitantes [19].

São muito diversas, no processo de desintegração da URSS, as situações dos países eslavos, bálticos, transcaucásicos e da Ásia Central, ou ainda da pequena república de Moldávia.

4. Presente e futuro das relações exteriores das ex-repúblicas soviéticas – uma visão de conjunto

Dadas as importantes diferenças estruturais, geográficas e culturais, também será muito diferente o futuro destes países e do seu relacionamento com a Rússia e com o mundo exterior. Pareceria lógico que as três repúblicas eslavas, etnicamente e culturalmente muito semelhantes, conservem laços mais estreitos com base em algum federalismo renovado, além da fragilíssima Comunidade dos Estados Independentes (CEI). É também muito possível que as repúblicas da Ásia Central e da Transcaucásia se reaproximem da Rússia ao constatar que relações estreitas com outros países vizinhos - a Turquia, o Irã ou a China - talvez não possam compensar as vantagens dos laços com uma Rússia mais desenvolvida e mais rica [20]; os países bálticos, provavelmente, ficarão ainda supondo uma certa recuperação econômica russa a médio prazo, mais ligados à Europa ocidental e em particular à setentrional, da qual estão mais próximos do ponto de vista cultural [21].

Todas estas conjecturas são muito arriscadas devido às enormes incertezas concernentes ao futuro da própria Rússia e dos outros países e grupos de países vizinhos. Mas é claro que a própria "transição para a economia de mercado" é ainda mais difícil pela própria desintegração da URSS em seus componentes [22]: até para a imensa Rússia é difícil encontrar novas complementariedades, por exemplo, substituir o algodão da Ásia Central por importações de fora da área e ao mesmo tempo reorganizar sua economia em geral.

Será em todo caso difícil, para os novos estados independentes da ex-URSS e do bloco soviético em geral, encontrar seu "lugar ao sol" na moderna economia globalizada, semidividida em blocos econômicos e estreitamente dominada pelos países industriais ocidentais e suas empresas transnacionais.

4.1. Os países bálticos

Problemas complexos deverão ser enfrentados pelos países bálticos. Tiveram, sem dúvida alguma, razões muito legítimas para desejar a sua independência, perdida nos acordos entre Hitler e Stálin, meio século antes. Mas ao receber da Rússia petróleo bem abaixo dos preços internacionais, e sendo a parte mais desenvolvida da URSS, também tinham grandes vantagens econômicas no seu relacionamento com o conjunto soviético. A União Européia não vai compensar facilmente essas vantagens por meio de investimentos produtivos, abertura de seus mercados, etc.

Nas relações econômicas exteriores, a substituição do poder de Moscou pelo do Ocidente poderia ter mais desvantagens que vantagens. Segundo um velho provérbio espanhol, "vale más ser cabeza de ratón que cola de león"; mas do ponto de vista econômico, isso poderia ser lido invertidamente. A vitória eleitoral dos "ex-comunistas" lituanos em 1992 se explica precisamente pelas desvantagens de uma ruptura muito brusca com Moscou, sem contar o problema das grandes minorias russas na Estônia e na Letônia [23].

4.2. A Rússia

Com três quartos do território da URSS e mais da metade da sua população, a Rússia continuará, sem dúvida, a ser um país de forte gravitação internacional. Não voltará a ser, talvez, uma superpotência - o que de fato só era no campo militar e, muito parcialmente, no campo científico, nunca em termos econômicos -, mas também não será, certamente, uma *quantité négligeable.*

Podem, no entanto, continuar manifestando-se tendências centrífugas dentro da enorme Federação Russa. Na medida em que a situação interna continuar deteriorando-se, poderá agravar-se até chegar a algumas rupturas irreversíveis. Mas pode-se supor que tais rupturas afetariam sobretudo algumas pequenas regiões do Cáucaso, como a Tchetchênia "independente" desde 1991.

Já é mais difícil imaginar uma independência real do Tatarstão ou da Bachkíria, ambos de 4 milhões de habitantes, e de 68 e 148.000 Km²: estas

Repúblicas Autônomas estão situadas em meio do território russo, têm 40 e 43% de russos, respetivamente, contra apenas 48 e 22% da "nação titular" - [24] e há séculos estão fortemente integradas na Rússia. Contudo, a imensidade do espaço russo não foi um *meltingpot* de tipo norte-americano, enfatizam dois autores desse país: "Em meados do século XVI, a Rússia deixou de ser um estado nacional 'normal', quando começou a sua extensão para o Leste, para ocupar enormes territórios entre o Volga e a costa do Pacífico sem absorver em certo crisol as populações locais. Do ponto de vista étnico, a Federação Russa, portanto, se assemelha a um queijo Gruyère..." [25].

Em meados do ano 1993, proclamaram-se também "Repúblicas Autônomas" várias regiões habitadas predominantemente por russos, tais como as de Vladivostok no Mar do Japão e de Sverdlovsk nos Montes Urais. Manifestam-se também mais abertamente autonomistas, regiões como a imensa Iakútia - de um milhão de habitantes e três milhões de Km^2 no Nordeste da Sibéria - ou a região do Tiumén, na Sibéria Norte-ocidental. O elemento comum destas reivindiações é a exigência de um maior controle sobre os seus recursos locais, superiores à média russa: ouro e diamantes da Iakútia, comércio com o Japão e a China no extremo Leste, petróleo e gás no Tiumén; e o fraco governo de Ieltsin já teve que recuar e aumentar fortemente a parte dos impostos a ser utilizada nas próprias regiões [26].

A guinada para a direita nacionalista do governo de Ieltsin, conseqüência da sua derrota eleitoral em dezembro de 1993, reflete uma maior preocupação russa pelo "exterior próximo", quer dizer, as ex-repúblicas soviéticas. As intervenções russas são particularmente decididas nos conflitos sangrentos do Cáucaso e no Tajiquistão, e nas pressões sobre os governos da Estônia e da Letônia em favor das importantes minorias russas residentes nestes países. Também continuam havendo tensões perigosas com a Ucrânia. No conflito do Tajiquistão, por alguns visto como uma continuação da guerra do Afeganistão, o dilema é grave: o estabelecimento de um regime islâmico militante não só forçaria o êxodo da minoria russa, mas poderia ter também "efeito dominó" e provocar uma massiva emigração de autóctones.

O novo nacionalismo russo é, em parte, saudoso do império do passado - até do domínio sobre Alaska e Finlândia e da "marcha para o Sul" nas suas manifestações mais agressivas - mas também, em parte,

limita-se a rejeitar as transferências de excedentes russos para as regiões periféricas: "la Corrèze avant le Zambèze", versão russa; reativa o velho anti-semitismo - contra a "conspiração judeu-maçônica" responsável por todos os males - e a crescente xenofobia contra georgianos e azérios na Rússia, que são freqüentemente comuns às diferentes variantes deste nacionalismo.

Nas relações exteriores em geral, as prioridades russas são Europa Ocidental, Estados Unidos e Extremo Oriente. Quanto ao Japão, o litígio das ilhas Curiles continua complicando as perspectivas de aproximação, porque uma simples cessão das ilhas agravaria as tensões autonomistas em Vladivostok. Com os Estados Unidos, há uma boa relação política, mas este país não pode "ajudar" muito devido aos seus próprios problemas. Na Europa Ocidental, o principal parceiro , de longe, é a Alemanha reunificada. Há temores, sobretudo na França, de um "novo Rapallo", mas a situação, nos dois países, é hoje muito diferente daquela do ano de 1922: a Alemanha não precisa de relações "especiais" com a grande potência do Leste e está estreitamente integrada ao contexto ocidental: "para ser santo, só se precisa ser um, mas para o pecado precisam-se de dois, e se nós quisermos certamente cometer mais uma vez este pecado de Rapallo", diz um especialista, "não o podemos por falta de parceiro..." [27]. E na sua visita à Alemanha, em maio de 1994, o presidente russo já expressou claramente o temor de que este país poderia, após a retirada das últimas tropas russas, perder o interesse em ajudar a Rússia.

Que Richard Nixon, na sua última viagem a Moscou, tenha visitado Alexander Rutskoi, poucas semanas após a sua libertação da cadeia, causando assim um evidente *affront* diplomático a Ieltsin, poderia ser um indício de uma reorientação do Ocidente frente ao presidente russo. Está claro, com efeito, que Ieltsin não é capaz de marcar um novo rumo. De fato, ele é sobretudo o chefe de um grupo de provincianos incompetentes que tenta tirar a Rússia da sua profunda crise existencial [28]. Aliás, como lamenta um historiador russo, as reformas desse grupo "já estão mortas" [29]. E isso se deve, provavelmente, tanto à incapacidade e à corrupção manifestas deste grupo quanto à sobrevivência de valores socialistas e solidários no povo russo, apesar da fraqueza de uma esquerda política renovada [30]. É difícil, na verdade, imaginar que a Rússia possa efetivamente adotar uma "economia de

mercado" de tipo ocidental, dadas as suas profundas tradições coletivistas diametralmente contrárias a esta e a ausência de uma verdadeira "cultura ocidental" favorável à "livre-empresa", como a que foi imposta durante longos períodos pelas grandes potências mundiais e desde a independência na América Latina [31].

O maior desafio "exterior" para a Rússia poderia ser o de evitar a sorte dos países exportadores de petróleo: as exportações extra-CEI agora consistem em 80% de energia, contra 40% em anos recentes; enquanto no primeiro semestre de 1993, os envios para as outras ex-repúblicas soviéticas caíram para 40%, aqueles com destino ao Ocidente aumentaram para 32%[32]. Apesar da queda da produção registrada nos últimos anos, isso pode continuar, dado que os maiores interesses de investidores estrangeiros se concentram neste setor, e devido à aguda pressão para ganhar divisas.

O outro grande problema, do ponto de vista das relações exteriores, é a situação das minorias nacionais: há 25 milhões de russos no "exterior próximo" e um contingente ainda maior de minorias nacionais - perto de 20% de 150 milhões - dentro da Rússia; no total, aproximadamente uma quarta parte da população soviética morava em 1989 fora das suas "terras nacionais" [33]. A reorganização das relações institucionais entre o governo de Moscou e os quase 90 "sujeitos da Federação" - Repúblicas Autônomas, distritos etc. - também será ainda uma tarefa muito complicada.

4.3. Os "irmãos eslavos": Ucrânia e Bielorrússia

Com 600.000 Km² e 52 milhões de habitantes, a Ucrânia é um país de dimensões comparáveis às dos maiores países da Europa Ocidental. Tem um potencial industrial, agrícola e mineiro (carvão) considerável. Sua capital Kiev foi o berço histórico-geográfico do povo russo, mas hoje os ucranianos enfatizam a sua vontade independentista, para a qual sua posição geográfica e suas dimensões podem dar, a longo prazo, certa viabilidade.

Mas o conflito com a Rússia sobre a frota do Mar Negro e a posse da península da Criméia continuam pesando sobre as relações com Moscou. Contudo, o problema energético pode ser, a curto prazo, ainda mais decisivo:

sem o petróleo e o gás da Rússia, a poderosa indústria da Ucrânia não pode funcionar, enquanto o país não conseguir conquistar uma competitividade internacional suficiente para pagar o petróleo aos preços do mercado mundial.

Em 1989, as exportações da Ucrânia, para fora da URSS, representavam 7% do seu PNB, mas os envios às outras repúblicas soviéticas nada menos que 27%, o que reflete sobretudo uma dependência quase total de abastecimento de petróleo, gás e madeira da Rússia. Trata-se de aproximadamente 70 milhões de toneladas de petróleo por ano, e se entre Ucrânia e Rússia passassem a regir os preços do mercado mundial, calculava-se em 1992 que a primeira deveria aumentar os seus envios à Rússia, por tonelada de petróleo, de 34 a 264 kilos de açúcar, de 7 a 79 kg de carne e de 144 a 907 kg de trigo, embora pudesse diminuir ligeiramente a quantidade correspondente de carvão, de 3,3 para 2,9 t. [34]. Tudo isso, combinado com a incapacidade da Ucrânia de aumentar a curto prazo suas exportações para outros países, ilustra as dificuldades deste país potencialmente rico mas agora sumido numa crise ainda muito mais aguda que a da Rússia.

As eleições legislativas recentes, segundo um especialista, "têm mostrado que os ucranianos estão conscientes do que pode implicar para eles uma oposição sistemática à Rússia: uma política assim transformaria seu país tarde ou cedo numa segunda Iugoslávia". No início, pensava-se que o país chegaria rapidamente à prosperidade, o presidente Kravtchuk prometendo maravilhas e desprezando a cooperação com as outras ex-repúblicas soviéticas em favor do comércio com o Ocidente: "era soltar pájaro en mano para quedarse con cien volando..." [35]. Foi lógica a vitória do rival de Kravtchuk, Leonid Kutchma, favorável à retomada de relações estreitas com a Rússia, nas eleições presidenciais de julho de 1994, embora fortes diferenças de voto entre o leste e o oeste do país signifiquem uma perigosa fratura interna [36].

Também implicam grandes perigos as tensões russo-ucranianas, centradas na frota da Criméia com sua maioria russa de dois terços: "O temor da Rússia pelas implicações da perda do seu império protetor e o medo estratégico da Ucrânia por sua sobrevivência nacional, embora não sem fundamentos, poderiam mostrar-se *self-fulfilling*, se são exageradas sem razão." [37]

A Bielorrússia, com seus 10 milhões de habitantes e 200.000

Km², tem pouco peso nos balanços geopolíticos e econômicos. Com maiores níveis de bem-estar que a Rússia, próximos dos vizinhos bálticos, contudo a principal vítima do desastre de Tchernobyl que devastou uma parte do seu território. Não possui problemas graves com seus vizinhos eslavos, e dada sua forte integração na economia russa (90% das exportações, 80% de importações, destas 90% de energia), continuará sem dúvida ligada estreitamente a ela[38], com a qual anunciou o restabelecimento da União monetária, elegendo-se, há poucos meses, com uma grande maioria, um novo presidente favorável a esta estreita cooperação com a Rússia.

4.4. As repúblicas transcaucásicas

Geórgia, Armênia e Azerbaijão são países relativamente pequenos e pobres, com explosivos conflitos internos. A Armênia, de tradição cristã, devastada por um terrível terremoto de 1988 e bloqueada pela Turquia, vizinha e inimiga, está enfrentando uma sangrenta guerra contra o Azerbaijão, de religião islâmica; e existem vários conflitos armados internos de difícil solução na Geórgia, provocando fortes quedas nas economias da região (v. tab. 3 e 4).

A Rússia foi historicamente a potência protetora dos armênios, vítimas dos massacres dos turcos. O Azerbaijão, rico em petróleo, orientou-se para a Turquia, culturalmente afim, mas voltou a aproximar-se da Rússia. Segundo um especialista, foi precisamente o tempo passado no contexto soviético que fomentou um verdadeiro despertar desta nacionalidade, agora mais distanciada do vizinho povo turco do ponto de vista cultural e lingüístico, e os aseries ficaram rapidamente decepcionados com a pouca ajuda concreta que podiam fornecer-lhes os turcos para acelerar seu desenvolvimento econômico[39]. Na Geórgia, a forte pressão militar russa, apoiando as tropas insurgentes locais, conjuntamente com a aguda necessidade do petróleo russo, levou o antigo chanceler soviético Eduard Chevarnadze a aceitar *in extremis* a volta da Geórgia à CEI para não tornar-se o segundo presidente violentamente afastado na curta história pós-soviética do seu país. Já antes disso, um jornal sério disse que o país estava à beira de um verdadeiro "abismo econômico", com uma queda de 46% da produção industrial e de 19% da produção agrícola em 1992, e pouco depois

acrescentou que dos aproximadamente 550.000 habitantes da Abkhásia secessionista já se tinham refugiado uns 200.000, principalmente através da fronteira russa [40].

4.5. As repúblicas da Ásia Central

Casaquistão, Uzbequistão, Turcomênia e Quirguízia compartem línguas da família turca. Só no Tajiquistão fala-se uma língua semelhante às indo-européias dos países vizinhos do Sul, Irã e Afeganistão. Existe uma minoria russa de cerca de 40% no Casaquistão e uma presença menos forte de russos nas outras repúblicas, de onde já muitos voltaram para a Rússia, sobretudo do Tajiquistão envolto numa cruel guerra civil. Ainda assim, ficam uns dez milhões de russos nestas repúblicas, o que também impede que Moscou se desinteresse totalmente delas.

Os antigos "camaradas" dirigentes comunistas transformaram-se rapidamente e oportunamente em presidentes "democratas", mas existem certas tensões particularmente agudas em algumas destas novas Repúblicas, onde a religião islâmica é totalmente predominante [41]. Alguns, como o presidente uzbeco Islam Karimov, mostraram bastante habilidade para satisfazer necessidades imediatas da população (terras, emprego etc.) e ao mesmo tempo preservar políticas bastante autoritárias e certa paz social que não existe atualmente em algumas outras repúblicas da região [42]. Contudo, não parece muito provável a criação de novas "Repúblicas Islâmicas" de tipo iraniano, dado que a população não tem em geral sentimentos religiosos muito fortes, sem contar o nível econômico, cultural e social bem mais alto que o dos países vizinhos do Sul, incluídas as partes orientais da Turquia [43].

4.6. A Moldávia

A menor das repúblicas ex-soviéticas, com exceção da Armênia, tem forte afinidade lingüístico-cultural com a vizinha Romênia da qual formava parte e com a qual poderia se reintegrar num futuro longínquo. Complica a situação a presença de fortes minorias russas e

ucranianas (aproximadamente 30 e 20%), especialmente numa região de tendência autonomista, e de outros pequenos grupos étnicos distintos dos moldavo-romanos majoritários [44].

5. Paralelismos entre as experiências soviética e latino-americanas e conclusões

É sobretudo nos campos do comércio exterior e de um modelo de consumo só possível - para poucos - mediante uma concentração brutal da renda, que se notam as grandes semelhanças entre as situações latino-americanas e as leste-européias. O discurso neoliberal promete paraísos consumistas inacessíveis na prática, já por razões de insuficiência de recursos naturais do mundo: se todo o antigo bloco soviético - ou toda América Latina - pudesse, por milagre, adotar também os estilos irresponsáveis de consumo do Ocidente, não ficariam quase petróleo e outros recursos para o resto do mundo. Seria impossível, ainda levando em conta todas as possibilidades das novas tecnologias de substituição.

Hoje, as novas repúblicas do Leste europeu e da ex-União Soviética estão apenas começando a conhecer o mundo do "capitalismo real", após ter saído com excessivo otimismo do "socialismo real". Descobrem pouco a pouco que este mundo, idealizado demais por seus povos, também impõe limitações muito duras ao seu desenvolvimento econômico, tal como já aprenderam há muito tempo, e continuam aprendendo, os países latino-americanos. Como sintetizou há pouco tempo o mais importante jornal suíço, suspeito de atitudes anticapitalistas: "Que os políticos ocidentais preguem na Europa oriental e central a 'água liberal' e bebam em casa o 'vinho protecionista', isso é um dos fenômenos mais vergonhosos que acompanham a abertura do Leste. Para os governos do Leste europeu, este duplo discurso significa uma grande dificuldade adicional na imposição à sua própria população das penosas reformas para chegar a uma economia de mercado." [45].

E um destacado intelectual da social-democracia alemã advertia, já em 1992, nesse mesmo sentido: "Quem promete o paraíso para

o ano 2000, mas só pensa nos seus próprios agricultores em 1992, não deve ficar surpreendido que em 1995, em vários países do Leste governem caudilhos" [46]. Frente à América Latina, predomina o mesmo duplo discurso, que já provocou reações críticas até na Argentina, embora liberal a *outrance*.

De fato, já houve antes um notável paralelismo entre as estratégias de desenvolvimento erradas ou custosas em termos sociais e de meio ambiente, como enfatiza um bom conhecedor do Brasil e da Polônia, numa comparação entre as duas experiências: acumulação de uma enorme dívida externa com falsas expectativas de poder reembolsá-la logo com as receitas das novas exportações, gigantismo industrial com terríveis agressões ao meio ambiente, crescentes desigualdades sociais etc. [47]. Enquanto na Europa Ocidental, a intensidade do uso do petróleo por unidade de PNB diminuiu fortemente após 1973, no Brasil e no México, como na URSS, aumentou ainda ligeiramente, ficando a da URSS ainda bem acima dos índices ocidentais, exceto os dos Estados Unidos [48].

"Pode dizer-se", resume um destacado autor tcheco, "que para os países do bloco oriental, os 40 anos de hegemonia soviética significaram isolamento dos mercados mundiais, economias distorcidas para ajustar-se à economia soviética e às necessidades desta, e a incapacidade destes países de existir, do ponto de vista econômico, como estados soberanos. São atores alijados na economia mundial, para os quais chegou tarde demais a garantia verbal de um "desenvolvimento independente", embora seja dada seriamente e garantida pelos soviéticos." [49]. E nesse diagnóstico ainda nem se fala da urgente necessidade de uma reestruturação radical do aparelho industrial para diminuir o excessivo uso energético e reduzir as agressões ao meio ambiente.

Na própria Rússia, o "tratamento de choque" liberal deu resultados claramente desastrosos; a única solução parece ser uma via mais eclética de combinação de uma economia de mercado com forte intervenção estatal em áreas estratégicas, com privatizações prudentes e a permanência de um importante setor coletivo na agricultura [50]. Por razões de tradições históricas e culturais, aliás, parece pouco provável que a Rússia, sempre de natureza coletivista, possa passar, num futuro previsível, a uma verdadeira economia de mercado; isso também vale,

grosso modo, para as outras ex-repúblicas soviéticas. Também é profundamente dissuasiva para os investidores estrangeiros uma série de práticas comuns na Rússia de hoje, diz um especialista norte-americano: não só a corrupção, a delinqüência e a ineficiência burocrática muito difundidas, senão também um ambiente xenófobo e uma forte instabilidade das regras do jogo, como a imposição de altos impostos quando um negócio começa a gerar benefícios [51].

São muitas as semelhanças - e também as diferenças - entre as situações da ex-União Soviética e da América Latina. Como enfatiza um historiador russo especializado em temas latino-americanos, nos tempos do primeiro *sputnik* na URSS, preferia-se a comparação com os Estados Unidos que deviam ser "alcançados e ultrapassados"; mas poucos anos depois, após a sabotagem das reformas de Khrushtchov e de Kossyguin e a intervenção na Tchecoslováquia, tinham aumentado os paralelismos: bloqueio tecnológico, crise do industrialismo estatista nacional, falta de adaptação às mudanças estruturais, deterioração ecológica, crescimento de fenômenos como a corrupção e a delinqüência, dos protestos da sociedade civil e das tendências de desintegração da sociedade, etc. Mas nem por isso devem ser perdidas de vista as grandes diferenças, por exemplo, o maior potencial científico soviético - que se está perdendo devido à forte emigração de cientistas e ao total abandono do setor -, a distinta natureza das estruturas industriais e agrícolas, a incomparavelmente mais complicada problemática étnico-nacional na ex-URSS, as diferenças geográficas e as diferentes formas de inserção na economia mundial, embora estas, contudo, formem parte dessa "aproximação objetiva de ambas situações históricas"... [52].

A idéia da **revolução mundial** é negada pela história recente que, ademais, evidencia a importância dos fatores étnico-nacionais e religiosos, tão subestimada pelo marxismo oficial soviético. Contudo, seria ilusório pensar por isso que se tenham acabado também o que o marxismo chama de "lutas de classes" e que estas não levem a novas lutas pela justiça social, inclusive sob a bandeira do "socialismo" considerado como alternativa às realidades amargas do capitalismo, por exemplo, na América Latina [53].

Confirmou-se que o otimismo relativo de Isaac Deutscher que, em 1957, achava que as reformas khrushtchovianas iam tirar a URSS do seu caminho errado [54], tem sido muito excessivo, enquanto a famosa

pergunta de Andrei Amalrik, "Sobreviverá a União Soviética até 1984?" recebeu a resposta "só por alguns anos mais".

Quanto às possibilidades de uma reconstituição parcial ou total da URSS sob uma nova forma, as perspectivas não são muito claras, devido à profunda desconfiança das ex-repúblicas soviéticas frente a Moscou. Fica, por outro lado, a grande pergunta de como se podem integrar melhor na economia mundial atual as ex-repúblicas soviéticas sem algum grau de cooperação com a Rússia. Para o economista liberal Grigori Yavlinski, aspirante sério à presidência, "a união política não é possível, a união militar não é necessária e a união econômica é imprescindível" [55].

No campo das relações internacionais, o problema básico da área ex-soviética e do mundo periférico em geral é que os países centrais não darão as boas-vindas a novos comensais no banquete da prosperidade. "Com uma cena global menos acolhedora para os *industrializing new comers*, qual será a probabilidade para eles de obter um êxito semelhante ao dos novos países industriais da Ásia oriental, quando tiveram o seu *take-off* há um quarto de século?", pergunta Paul Kennedy na sua reflexão sobre os *winners and losers* do século XXI [56]. Isto também concerne os países ex-soviéticos, incluindo a Rússia no seu eterno dilema da "ocidentalização" radical e das posições mais "eslavófilas" ou "eurásicas" que enfatizam, geralmente com um caráter nacionalista conservador, quando não abertamente retrógrado, a excepcionalidade ou ainda uma suposta superioridade moral da velha Rússia...

Notas

1 A importância do desastre de Tchernobyl como revelador das graves falhas do sistema e acelerador da *glasnost* é enfatizada por Tatiana VOROZHEIKINA, "La perestroika del sistema político: problemas y soluciones", in: Roberto RUSSELL (ed.), *Nuevos rumbos en la relación Unión Soviética/América Latina*, FLACSO/Argentina, Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990, p. 31-49.

2 Segundo alguns analistas, em meados dos anos 80, o atraso tecnológico soviético e a exitosa espionagem norteamericana, que haviam tornado inúteis todos os códigos secretos da URSS, teriam exigido de fato um importante esforço também militar para poder enfrentar o armamentismo de Reagan.

3 Ver, p. ex., Hans KOHN, *Historia del nacionalismo*, México-Madrid-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1ª reimpressão na Espanha, 1984, p. 464 e seguintes. Como este autor, o especialista finlandês Timo VIHAVAINEN, no seu capítulo "Russia and Europe: the Historiographic Aspect", in: Vilho HARLE e Jyrki IIVONEN (eds.), *Gorbachev and Europe*, Londres: Pinter Publishers, 1990, p. 2 e seguintes., insiste sobre a grande distância cultural entre Rússia e o resto da Europa, mesmo após as reformas de Pedro o Grande, quando se mantiveram o isolamento do país e as atitudes de desprezo do nacionalismo russo em relação ao Ocidente considerado mais inumano e menos "virtuoso".

4 Zhores A. MEDVEDEV, *La ciencia soviética*, México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

5 Uma lúcida análise de há quase um quarto de século sobre as contradições do "socialismo real" nas suas versões soviética, iugoslava, chinesa, tcheca e cubana pode encontrar-se em Gilles MARTINET, *Les cinq communismes*, Paris: Seuil, 1971. Já Trotzky e os seus seguidores tinham enfatizado a inviabilidade de um "socialismo num só país" sem a regressão "termidoriana" ultra-autoritária de Stalin. Apesar do isolamento relativo da URSS frente ao mercado mundial, esta contudo continuou participando do mesmo, mas essencialmente como exportadora de matérias primas, e sofria assim da deterioração dos termos de troca. A partir dos anos 70, com as suas crescentes exportações de petróleo e gás natural, a URSS tornou-se, deste ponto de vista, cada vez mais um país com estrutura de comércio exterior típica do Terceiro Mundo. O economista argentino Julio SEVARES resume assim a deterioração do sistema soviético nos anos de Gorbatchov: "El sistema se desorganizò y fragmentò con exclusivo beneficio de los directores, funcionarios, capitalistas incipientes y mafiosos que iniciaron rapídamente la acumulación primitiva capitalista sobre las ruinas del primitivo socialismo burocrático, convirtiendo en verdad una de las más dramáticas profecías de Trotsky: mientras más tiempo permanezca la URSS en la vecindad del capitalismo, más profundamente será la degeneración de sus tejidos sociales. Un aislamiento indefinido debera traer infaliblemente, no el establecimiento de un comunismo nacional, sino la restauración del capitalismo." "Problemas y disfunciones de la

planificación burocrática (Introducción a las causas del colapso soviético), *Realidad Económica*, Buenos Aires: 107, 1-4-92 a 15-5-92, p. 145.

6 Por volta de 1985, as exportações para os mercados ocidentais estavam constituídas em três quartas partes por petróleo e gás natural e asseguravam à URSS um superavit em divisas, que era cada vez mais dependente destas vendas; após este ano, com a queda dos preços mundiais, aparecem importantes deficits e aumenta fortemente a dívida externa, aproximando-se em 1991 a 100% das receitas de exportação, segundo o estudo do professor Vladimir Andreff, renomado especialista francês da economia soviética, em *La Correspondance économique*, Paris, 26-8-91.

7 Celso FURTADO, *Creatividad y dependencia*, México: Siglo XXI, 1979, p. 135-41.

8 Até existe uma ligeira maioria budista na pequena República Autônoma da Kalmkia, de pouco mais de 300.000 habitantes, ao lado do Mar Cáspio. Ver *Le Monde*, 8-7-93.

9 "Na Ásia Central dizem: 'Deus dá as crianças, Deus também as chama de volta'. Com muito maior número de crianças, a perda de uma não é sentida como uma grande tragédia, mas como um fato natural da vida". Entrevista com Víctor NADEIN-RAIEVSKY, especialista da Ásia Central ex-soviética do Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais de Moscou, setembro de 1993.

10 Bundesinstitut für ostwissenschaftliche und internationale Studien (ed.), *Sowjetunion 1990/91*, Munich e Viena: Hanser, 1991, p. 347 (dados para o ano 1988).

11 Raimund DIETZ et alii, *East-West Energy Trade - Recent Trends and Future Prospects*, Vienna: Institute for International Comparative Economics, N° 140, 1992, p.2.

12 Lester Thurow, *Head to Head*, New York: William Morrow and Company, Inc., 1992.

13 Erik IZRAELEWICZ, L'impossible réforme économique, *Le Monde*, 20-8-91.

14 "... os sistemas rudimentários da saúde pública se derrubam, os médicos enfrentam hoje doenças das quais se pensava anteriormente que tinham sido erradicadas ou confinadas às regiões mais pobres do Terceiro Mundo." *The Independent* (Londres), 6-8-93.

15 *Business World Weekly*, Moscou, 13-9-93.

16 Stephen HANDELMAN, The Russian 'Mafiya', *Foreign Affairs*, março-abril 1994, p. 83-96, e comentários da imprensa mundial.

17 Entrevista com Alexander NEKIPELOV, diretor adjunto do Instituto de Estudos Econômicos e Políticos da Academia de Ciências da Rússia, em Moscou, setembro de 1993.

18 *Neue Zürcher Zeitung*, 16-4-94.

19 *El País*, 26-4-94.

20 Entrevista com V. NADEIN-RAIEVSKY.

21 Entrevista com Vladmir RAZMEROV, especialista em relações exteriores soviéticas/russas do Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais, em Moscou, setembro de 1993.

22 Entrevista com A. NEKIPELOV.

23 Seria interessante analisar a relação entre a industrialização selvagem, os graves problemas ecológicos derivados, a nova consciência nacional e o problema das minorias russas. Assim, segundo Vladmir Razmerov, o antigo chefe comunista da Lituânia, filho de um grande proprietário local, soube evitar, pragmaticamente, a instalação das monstruosas fábricas geradoras de poluição e também, pela mesma política, a chegada de grandes contingentes de operários russos. A consciência ecológica teve certamente um papel importante na evolução política das três repúblicas a partir da *perestroika.* Quanto é complicada a problemática das minorias russas! Ver Karel BARTAK, La Lettonie et l'Estonie entre nationalisme et pragmatisme, *Le Monde diplomatique*, agosto 1993.

24 Bundesinstitut..., *op. cit.*, p. 352 (dados para 1989).

25 Jurij P. DAWYDOW e Dmitrij W. TRENIN - Ethnische Konflikte auf dem Gebiet der ehemaligen Sowjetunion, Europa-Archiv (Bonn) 48/7, 10-4-93, p. 182.

26 Jean RADVANYI, Vers l'émergence de "cinquante ou soixante principautés"? Dans une Russie affaiblie, la tentation régionaliste, *Le Monde diplomatique*, maio 1993.

27 Entrevista com V. RAZMEROV.

28 Pilar BONNET, *Boris Yeltsin, un provinciano en el Kremlin*, Madrid: El País/ Aguilar, 1994.

29 Yuri N. AFANASYEV, Russian Reform is Dead, *Foreign Affairs*, março-abril 1994, p. 21-26.

30 Entrevista com o historiador russo Kiva MAIDANIK, pesquisador do Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais, em Moscou, outubro de 1993.

31 Entrevista com Claudio SALOMN, economista e filósofo argentino formado na ex-URSS e residente em Moscou há mais de uma década, em Moscou, outubro de 1993.

32 *Business World Weekly*, 13-8-93.

33 No total, "das 50 nacionalidades com *homelands* (repúblicas federadas ou autônomas, V.S.) legais, 19,1% ou 49,0 milhões viviam fora destas em 1979 e 19,4% ou 52,4 milhões. em 1989. Se os russos, georgianos, azérios e uzbecos que viviam em unidades autônomas dentro das suas repúblicas são considerados como vivendo fora das suas *homelands*, estes números aumentam para 23,0 e 23,4% e 58,8 e 65,3 milhões. Em 1989, cerca de 55% destas pessoas eram russas que constituíam mais ou menos uma quarta parte de todos os russos. Se aqueles grupos étnicos sem *homeland* legal são tomados em conta, 24,8% ou 64,9 milhões em 1979 e 25,3% e 72,2 milhões em 1989 de toda a população da URSS viviam no *homeland* legal de outras nacionalidades. Assim, uma quarta parte da população soviética é considerada estrangeira. Se todas estas terras viessem a ser tecnicamente purificadas, um número impossível de pessoas deveria mudar-se...". *Nationality Papers*, Association for the Study of the Nationalities of the URSS and Eastern Europe, New York, 1991, p.69.

34 Alexei W. SEKAREV, *Die ukrainische Aussenwirtschaft zwischen GUS und*

Weltwirtschaft, Documento de Trabalho do Bundesinstitut für ostwissenschaftliche und internationale Studien, N° 20, Colônia, RFA. 1992.

35 K. S. KAROL, La tormenta de Ucrania, *El País*, 29-4-94; também convém enfatizar, com o autor, as agudas diferenças internas do país, com uma minoria de dez milhões de russos na parte oriental e uma pequena região ocidental com heranças culturais e históricas muito distintas.

36 M. GLENNY, El salto al vaco de Ucrania, *El País*, 18-7-94.

37 William H.KINCADE e Natalie MELNYCZUK, Eurasia Letter: Unneighborly Neighbors, *Foreign Policy*, primavera 1994, p. 84.

38 Erlends CALABUIG, En bons rapports avec Moscou. La Biélorussie resurgit sans précipitation, *Le Monde diplomatique*, março 1993.

39 Entrevista com V. NADEIN-RAIEVSKY.

40 *Neue Zürcher Zeitung*, 11-6-93 e 24-6-93.

41 Igor TRUTANOW, *Zwischen Koran und Coca Cola*, Berlim: Aufbau Taschenbuch Verlag, 1994.

42 Entrevista com V. NADEIN-RAIEVSKY

43 *Ibid.*

44 Anneli Ute GABANYI, Die Moldau zwischen Russland, Rumänien und der Ukraine, *Aussenpolitik*: 44 (1), 1° trim. de 1993, p. 97-106.

45 *Neue Zürcher Zeitung*, 18-3-94.

46 Peter GLOTZ, *Die Linke nach dem Sieg des Westens*, Stuttgart: DVA, 1992, p. 46.

47 Ignacy SACHS, Le géant brésilien encore loin du futur. L'échec du modèle qui séduit tant la Pologne, *Le Monde diplomatique*, nov. 1989.

48 Lester R. BROWN, "Reducir nuestra dependencia del petroleo", in: L. R. BROWN et alii, *El estado del mundo. Un informe del Instituto Worldwatch acerca del progreso hacia una sociedad perdurable*, México: Fondo de Cultura Económica, 1988, p. 114.

49 Zdenek MYLNAR, *Can Gorbachev Change the Soviet Union?*, Boulder-San Francisco-Oxford: Westview Press, 1990, p. 142-3.

50 Entrevista com Alexander NEKIPELOV.

51 Marshall I. GOLDMAN, Yeltsin's Reforms: Gorbachev II?, *Foreign Policy*, outono 1992, p. 87-88.

52 Kiva MAIDANIK, intervenção no colóquio sobre o futuro da URSS e da América Latina, organizado em Viena, Áustria, em maio de 1991, e entrevista com ele em outubro de 1993 em Moscou.

53 Georgi MIRSKY, "World Revolution and Class Struggle: Outdated Concepts?", in: Wayne S. SMITH (ed.), *The Russians aren't coming. New Soviet Policy in Latin America*, Boulder e Londres: Lynne Rienner Publishers, 1992, p. 29-36.

54 Isaac DEUTSCHER, *Dove va l'Unione Sovietica?*, Giulio Einaudi Editore, 1957.

55 *El País*, 6-8-94.

56 Paul Kennedy, Preparing for the 21st Century: Winners and Losers, *The New York Review of Books*, 11-2-93.

Tabela 1 - Superfície, população e densidade demográfica das ex-Repúblicas Soviéticas
(números calculados para o 1/1/90)

	Superfície (1.000 Km²)	Habitantes (milhões)	Densidade
Armênia	29,80	3,30	110,50
Azerbaijão	86,60	7,10	82,30
Estônia	45,10	1,60	35,10
Geórgia	69,70	5,50	78,30
Casaquistão	2717,30	16,70	6,10
Quirguízia	198,50	4,40	22,00
Letônia	64,50	2,70	41,70
Lituânia	65,20	3,70	57,10
Moldávia	33,70	4,40	129,40
Tajiquistão	143,10	5,20	36,70
Turcomênia	488,10	3,60	7,40
Ucrânia	603,70	51,80	85,90
Uzbequistão	447,40	20,30	45,40
Bielorrússia	207,60	10,30	49,40
Rússia (aprox.)	17075,00	150,00	8,70

Fonte, para as repúblicas com exceção da Rússia: Roland GTZ e Uwe HALBACH, Daten zur Geographie, Bevölkerung, Politik unc Wirtschaft der nichtrussischen Republiken der ehemaligen UdSSR, Bundesinstitut für Ostwissenschaften und Internationale Studien, Colônia, RFA.

Tabela 2 - Produto per capita em dólares e índice, mortalidade infantil
e população "abaixo da linha de pobreza"

	Prod. per capita (US$)	Índice (URSS=1000)	Mort. infantil (%)	Pop. pobre (%)
Armênia	4.710	94	20,40	14
Azerbaijão	3.750	75	26,20	34
Estônia	6.240	125	14,70	2
Geórgia	4.410	88	19,60	13
Casaquistão	3.720	74	25,90	16
Quirguízia	3.030	61	32,20	33
Letônia	6.740	135	11,10	2
Lituânia	5.880	118	10,70	2
Moldávia	3.830	77	20,40	12
Tajiquistão	2.340	47	43,20	51
Turcomênia	3.370	67	54,70	35
Ucrânia	4.700	94	13,00	6
Uzbequistão	2.750	55	37,70	44
Bielorrússia	5.960	119	11,80	3

Fonte: a mesma da tabela 1.

Tabela 3 - Comércio exterior e outros dados econômicos, 1991/92

	Exp. (bilhões $)	Imp. (bilhões $)	PNB 1992/1991 (%)	Prod. Ind. 1992/91	Prod agr. 1992/91	População (milhões)
Rússia	38,00	35,00	-20	-19	-8	148,70
Ucrânia	4,00	6,00	-15	-9	-10	52,10
Bielorrússia	1,10	0,70	-11	-10	-16	10,30
Uzbequistão	0,90	0,90	-13	-6	-5	21,20
Casaquistão	1,50	0,50	-14	-15	-0	17,00
Armênia	0,03	0,30	-43	-52	-10	3,40
Azerbaijão	0,80	0,30	-28	-24	-30	7,30
Moldávia	0,10	0,10	-21	-22	-18	4,30
Quirguízia	0,08	0,10	-26	-27	-24	4,50
Tajiquistão	0,10	0,10	-31	-24	-45	5,50
Turcomênia	0,10	0,10	-10	-17	-5	3,80

Fonte: Neue Zürcher Zeitung, 17/06/93, sobre a base de dados oficiais e estimativas próprias.

Tabela 4 - Comércio exterior e outros dados para 1993

	PIB	Prod. Ind.	Prod Agr.	Inflação	Exp.	Imp.
	(variação em relação a 1992, em %)			(em %)	(em milhões de $)	
Rússia	-12	-16,5	-4	880	45.906	31.226
Ucrânia	-15	-15	0,9	3.700	3.000	2.180
Bielorrússia	-9	-10,9	2	1.570	710	743
Uzbequistão	-3,5	-7	-0,3	1.100	706	947
Casaquistão	-13	-16,1	-3	1.350	1.270	358
Armênia	-9,9	-11,1	-5	1.820	31	87
Azerbaijão	-13,3	-6,8	-17	980	353	240
Moldávia	-4	-10	-3	1.180	164	182
Quirguízia	-13,4	-24,2	-8	1.190	100	106
Tajiquistão	-21	-19,5	-2	2.140	263	371
Turcomênia	-7,8	-5,3	-9	1.900	1.157	490
Total CEI (sem Geórgia)	-10	-14,6	-2	1.450	53.000	36.930

Fonte: Neue Zürcher Zeitung, 15/04/94, sobre base de dados do Instituto Vienense de Comparações Econômicas Internacionais, WIIW.

Tabela 5 - Estrutura do comércio exterior soviético, 1989

	Exportações (%)	Importações (%)
Energia e Matérias Primas	39,90	3,00
Minérios e Metais	10,50	7,30
Maquinária	16,40	38,50
Meios de Transporte, bens de consumo	2,60	14,40
Restante (alimentos etc.)	30,60	36,80

Fonte: Sowjetunion ..., p. 161.

Tabela 6 - Principais parceiros do comércio exterior russo, 1993

(em % do total)	Exportações	Importações
Alemanha	3,40	6,40
França	0,50	1,30
Estados Unidos	1,10	3,10
Polônia	2,00	3,00
Hungria	1,10	1,40
Ucrânia	12,00	6,30
Bielorrússia	6,20	2,90
Moldávia	1,00	1,20
Japão	1,40	1,00
Bulgária	1,30	1,30
Cingapura	0,10	0,90
China	4,00	3,30
Outros	65,90	67,90

Fonte: Komersant, Moscou, 09/09/93.

Tabela 7 - Estrutura do comércio exterior russo, em 1993

	Exportações	Importações
Matérias primas agrícolas	7	3
Outras matérias primas	48	11
Maquinária	12	21
Produtos de indústrias leves	5	23
Produtos de indústrias alimentares	6	28
Produtos de indústria química	10	2
Outros produtos	12	12

Fonte: a mesma da tabela 6.

O nacionalismo latino-americano no contexto da Guerra Fria

MONIZ BANDEIRA*

Por volta de 1938-39, Leon Trotsky, teórico marxista e, juntamente com Lenin, um dos dois principais líderes da Revolução Russa, concedeu ao líder sindical argentino, Matheo Fossa, uma entrevista na qual observou que no Brasil, àquele tempo, havia um regime "semifascista", que qualquer revolucionário só podia considerar com ódio. Porém, ponderou que, em caso de uma guerra contra a Grã-Bretanha "democrática", por exemplo, ele pessoalmente estaria ao lado do Brasil "fascista", porque, segundo sua percepção, não se trataria de um conflito entre a democracia e o fascismo. Segundo Trotski, se a Inglaterra "democrática" triunfasse, colocaria outro fascista no governo do Rio de Janeiro e ataria o Brasil a uma dupla cadeia, ao passo que se o Brasil saísse triunfante, a consciência nacional e democrática neste país tomaria impulso e acarretaria a derrocada da ditadura. Esta ponderação de Trotski, exposta antes da Segunda Guerra Mundial, mostrava já a necessidade de rever os conceitos ideológicos tanto do fascismo quanto do comunismo, à luz da realidade econômica, social e política da América Latina, bastante diversa daquela existente na Europa, onde o comunismo e o nazi-fascismo, como ideologias, surgiram e se desenvolveram.

Sem dúvida alguma, não se podia caracterizar a ditadura de Getúlio Vargas, o *Estado Novo* — denominação da ditadura que Vargas implantara com o golpe de Estado de 1937 — como um regime essencialmente fascista, apesar das similitudes formais que pudesse apresentar com aqueles existentes na Alemanha e na Itália. Não

Rev. Bras. Polít. Int. 37 (2): 53-73 [1994].

* Professor titular de História da Política Exterior do Brasil na Universidade de Brasília.

importa aqui analisar mais profundamente o caráter do Estado brasileiro após a revolução de 1930. O que cabe é ressaltar que, em conseqüência da tensão social e do dissídio dentro das classes dominantes no Brasil, as condições para o domínio da burocracia, das Forças Armadas e da polícia amadureceram entre 1930 e 1935 e o Estado ganhou relativa autonomia em relação à sociedade civil. O Estado Novo — regime vigente no Brasil em 1938 e a que Trotski se referiu — não tinha essencialmente um caráter fascista, pois, na verdade, constituía uma ditadura burocrática que, sustentada pela repressão militar-policial, permitiu a execução de um projeto nacional de desenvolvimento capitalista, a despeito da oposição de vários segmentos da própria burguesia e do conjunto do grande capital, predominantemente estrangeiro. Essa característica já o diferenciava dos regimes existentes na Alemanha e na Itália, cujo nacionalismo exprimia os interesses do grande capital em seus esforços de expansão. O mesmo se pode dizer em relação a outros regimes instalados na América Latina durante a Segunda Guerra Mundial e que acusados foram de servir aos objetivos políticos e militares do Eixo.

Em junho de 1943, as Forças Armadas desfecharam um golpe de Estado na Argentina e, em dezembro daquele mesmo ano, os militares, sob a liderança do Major Gualberto Villarroele, com o apoio do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), assumiram o poder na Bolívia, a provocar forte reação dos EUA, que perceberam naqueles acontecimentos a influência da Alemanha nazista. Entretanto, o Foreign Office da Grã-Bretanha compreendeu que os golpes militares na Argentina e na Bolívia não representavam clara ameaça de introdução do nazismo e do fascismo naqueles países, mas antes a reemergência, em forma aguda, do nacionalismo, "que era endêmico e às vezes epidêmico em todos ou quase todos os países da América Latina". Segundo a percepção dos *policy makers* britânicos, quando Cordel Hull, Secretário de Estado, bem como outras autoridades do governo dos EUA, referiam-se à Argentina ou à Bolívia com os qualificativos de *nazi* e *fascista*, o que talvez eles temessem, realmente, não era a ação da Alemanha e da Itália e, sim, o julgamento de todos os países da América Latina contra a influência dos EUA, com a admiração pela "atitude independente" de Buenos Aires, a espraiar o nacionalismo através do continente.

Com efeito, o golpe militar de 1943 na Argentina abatera a predominância da oligarquia agroexportadora na direção do Estado e o Coronel Juan Domingo Perón, que emergia como líder, tratava de organizar um sistema de poder similar àquele que Vargas articulara no Brasil após a Revolução de 1930, a entretecer, como alicerce, a aliança das Forças Armadas com os trabalhadores e as classes médias urbanas em torno de um projeto de industrialização e de desenvolvimento nacional. Os dois países estavam, portanto, sob ditadura de caráter bonapartista e nacionalista, sustentadas pelo aparelho burocrático-militar e, devido à influência da época, modeladas em algumas teorias nazi-fascistas, embora se diferenciassem, em seus objetivos econômicos e sociais, daquelas ditaduras que Mussolini e Hitler instalaram na Itália e na Alemanha. Destarte, o regime que os EUA passaram a combater na Argentina apresentava as mesmas semelhanças e características daquele que Vargas estabelecera no Brasil e que até o término da guerra mundial contara com seu suporte político, militar e moral. Na verdade, porém, o regime de Vargas, cujas tendências nacionalistas o Presidente Franklin D. Roosevelt aceitara, devido ao imperativo das circunstâncias — necessidade de cooperação do Brasil na guerra contra o Eixo — não se compatibilizava com as políticas liberais que os EUA se empenhavam em disseminar. Por este motivo, da mesma forma que continuaram a combater o Governo de Perón, os EUA se voltaram contra Vargas e insuflaram o golpe militar de 29 de outubro de 1945, que acabou com o Estado Novo, não para assegurar a restauração da democracia política, àquela época já em curso, mas para evitar sua ampliação social, devido à participação da massa trabalhadora, e erradicar não o que havia de totalitário e sim o que de nacional e popular existia no regime. Como o Foreign Office percebera no caso da Argentina, o objetivo dos EUA era impedir que o nacionalismo se espraiasse na América Latina e não lhes convinha, portanto, que Perón e Vargas se dessem as mãos.

O nacionalismo latino-americano desenvolveu-se fundamentalmente em oposição aos EUA, para os quais, desde os seus primórdios, a expansão de seus interesses econômicos na América Latina jamais respeitou qualquer fronteira. A guerra contra o México, a conquista do Texas e do Arizona, na década de 1840, constituíram a primeira grande diástole dos EUA, cujo enriquecimento material exacerbou-lhe o

expansionismo e a belicosidade. A tendência para o messianismo nacional, a idéia do povo eleito por Deus que o judaísmo legou aos puritanos, atualizou-se, americanizou-se e assumiu o nome de destino manifesto, movimento com que os EUA, na metade do século XIX, expandiram suas fronteiras até o Oceano Pacífico e tentaram apoderar-se, mediante expedições de flibusteiros, da América Central, bem com das ilhas do Caribe e até mesmo da Amazônia. No início do século XX, com a política do *big stick* do Presidente Theodore Roosevelt, os EUA continuaram a intervir nos países da América Central e no Caribe, onde consideravam Cuba sua fronteira natural e apoderaram-se, inclusive, do Canal do Panamá, o que criou profundas contradições com os países da América Latina. Tais contradições também se manifestaram no conflito com o México, em 1915, gerando tantos ressentimentos e desconfianças que o Presidente Franklin D. Roosevelt teve que promover a política de boa vizinhança, a partir dos anos 30. Assim, o nacionalismo latino-americano, na medida em que se voltava contra os interesses e a hegemonia dos EUA, configurou-se como pró-Eixo ou simpático ao nazi-fascismo, tal como aconteceu na Argentina e na Bolívia, onde, a partir de 1953, assumiu um caráter cada vez mais à esquerda no contexto da Guerra Fria, devido à bipolaridade do conflito internacional, depois de 1945.

Desta forma, o nacionalismo argentino, acusado de constituir uma variante latino-americana do nazi-fascismo e servir às potências do Eixo, passou a ser identificado, no início dos anos 50, com o comunismo. A expressão comuno-peronismo tornou-se usual para denominar a ideologia — o justicialismo — que o general Juan Domingo Perón tratou de difundir desde Buenos Aires. O Departamento de Estado norte-americano, em 1953, exigiu que a Argentina, a fim de que pudesse receber qualquer auxílio econômico ou financeiro, cessasse de divulgar o justicialismo através de suas Embaixadas e dos adidos sindicais, por percebê-lo como "propaganda de linha comunista", e abandonasse a *terceira posição*, opondo-se inequivocamente ao comunismo e aos desígnios da URSS. Assim, o nacionalismo latino-americano, inclusive aquelas correntes originárias de movimentos inspirados pelo nazi-fascismo, pareceu cada vez mais, naquela conjuntura, como manifestação do comunismo, na medida em que se opunha à expansão dos interesses econômicos dos EUA. Em 1952,

quando o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) promoveu, sob a liderança de Victor Paz Estensorro, a revolução na Bolívia, ele já firmara, segundo informações chegadas à Embaixada do Brasil em La Paz, um pacto com o Partido Comunista, visando a "combater e eliminar os propósitos norte-americanos de hegemonia" sobre aquele país. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em memorando ao Presidente da República, observou então que "o acontecido em La Paz transcende o caráter de uma simples revolução sul-americana, de estilo clássico, para assumir os contornos de um movimento de tendência nitidamente doutrinária, uma vez que se defrontam teses da esquerda e direita, se é que essas posições se extremam e não se confundem, tal é a semelhança por vezes entre ambas".

Também a Guatemala, àquele mesmo tempo, constituía motivo de preocupação, pois os EUA alegavam que a URSS ali tentava exercer influência e promover a infiltração do comunismo. Entretanto, o Embaixador do Brasil naquele país, Carlos da Silveira Martins Ramos, informou ao Itamaraty que "em Guatemala não há comunismo. Há comunistas, como em todas as partes do mundo, mas em número insignificante, sobretudo se comparamos com os que existem no Brasil, Chile, Cuba e até nos EUA (...)".

E acrescentou que a "animosidade" existente na Guatemala contra os EUA não era "nem maior nem menor" do que a que prevalecia em todos os países hispano-americanos e até mesmo em certos meios brasileiros. Segundo o Embaixador Martins Ramos, a recordar que a antiga política do *big stick*, da qual os países centro-americanos bem como o México foram sempre as primeiras vítimas, parte da "animosidade" resultava da conduta arrogante de certas companhias norte-americanas, tais como a Standart Oil e a United Fruit, no trato com os governos e os cidadãos dos países latino-americanos, implantando um "sistema de corrupção política" para a execução de seus "propósitos monopolistas". A United Fruit, comentou o Embaixador brasileiro, mandava e desmandava a "seu bel prazer" e, em Guatemala, onde a moeda equivalia ao dólar e o trabalhador rural recebia de US$ 0,15 a US$ 0,20 por dia, resistiu ou procurava resistir por todos os meios à implantação da legislação social, embora menos adiantada do que a existente no Uruguai, Brasil, Chile e EUA, que o Governo tentava promover, a fim de defender as camadas mais pobres da população.

O nacionalismo que o Governo Vargas, nos anos 50, exprimia, também se voltou, como nos demais países da América Latina, contra o predomínio dos EUA. E, naturalmente, buscou respaldo nos interesses europeus, mormente alemães, que o adensaram e lhe deram maior substância econômica, na medida em que interessados estavam em reconquistar os mercados perdidos, durante a Segunda Guerra Mundial, na América Latina. Mas, naquela conjuntura da Guerra Fria, ao agravar-se, durante os anos 50, a confrontação entre os dois pólos de poder internacional, a alguns círculos liberais e conservadores se lhes antolhava que qualquer manifestação contrária aos EUA resultava de manobra comunista, visando ao favorecimento da URSS. Por este motivo, *inter alia*, o Consulado-Geral da RFA em São Paulo procurou, cautelosamente, minimizar as notícias sobre a concorrência entre as companhias alemãs e norte-americanas, inclusive sobre a criação da Comissão Mista Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Econômico, que muitos imaginavam vir a ser a sucessora da extinta Comissão Mista Brasil-EUA, com a finalidade de completar os projetos do Programa do Ponto 4. A freqüência com que a imprensa, a partir da publicidade em torno do projeto da Volkswagen, passara a abordar a questão parecera-lhe uma tentativa de jogar a Alemanha contra os EUA. E, sob sua inspiração, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou um editorial, a afirmar que a RFA não tinha a intenção de estimular uma política econômica antinorte-americana.

O acirramento dessa disputa, algum tempo havia, tornara-se inevitável. Já em outubro de 1956, o *Auswärtiges Amt*, nas instruções ao Embaixador Werner Dankwort, aconselhara-o a não abusar de momentos antinorte-americanos que ocasionalmente ocorressem no Brasil, por modo a tirar "vantagens desleais" (*unlautere Vorteile*) para a RFA, embora reconhecesse que uma "competição justa" (*fairer Wettbewerb*) com os EUA, tanto no campo econômico quanto no cultural, era natural. De qualquer modo, ainda que a RFA, ao nível da diplomacia, não o pudesse desejar, os interesses econômicos de suas empresas contribuíram para robustecer as correntes políticas do nacionalismo, o qual, no Brasil«VARINDREM "Brasil"» como nos demais países da América Latina, assumia um caráter essencialmente contrário ao predomínio dos EUA. No entanto, esse nacionalismo, no mais das vezes, aparentava uma configuração de esquerda, dado o contexto

internacional, marcado pela confrontação bipolar de poderes, em que a Guerra Fria se processava. E aí suas manifestações também assustaram os círculos econômicos e políticos da RFA, sobretudo ao evoluírem para a estatização de empresas. Por esta razão, quando o Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, nacionalizou a subsidiária de uma companhia norte-americana de energia elétrica, a Bond & Share, o Itamaraty instruiu o Embaixador em Bonn no sentido de que, em conversações oficiais e particulares com autoridades, banqueiros e homens de negócios alemães, explicasse que tal medida de modo algum podia ser interpretada como "gesto de desapreço pela participação do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional", pois "constituía a solução que a própria empresa interessada admitia como adequada, nas circunstâncias", ou seja, diante da "precaríssima situação financeira" em que se encontrava e do seu "desaparelhamento técnico e material para prestar o serviço de que tinha concessão" [15]. O Brasil, segundo ainda a instrução do Itamaraty, esperava continuar a receber "em ritmo crescente os investimentos alemães", para os quais, assim como para os de qualquer origem, dispensada sempre seria a "mais absoluta proteção jurídica"[16].

Ao tempo de Goulart, o Brasil sofreu pressões ainda mais fortes dos EUA, que lhe bloquearam os créditos externos, dificultando-lhe o reescalonamento das dívidas, cujos prazos venciam, e deixando-o sem recursos para financiar o balanço de pagamentos. Foi outra vítima dos EUA, do enrijecimento de sua política na América Latina, ante o desafio da Revolução Cubana, dado que continuou o único país, isoladamente, a opor-se à sua estratégia de segurança contra o comunismo, implementada através da OEA, o que levou o Conselheiro Político da Embaixada da RFA, Gerhard Moltmann, a salientar que essa atitude, embora parecesse "surpreendente" e "inquietante", nada tinha de extraordinária para um observador da política externa daquele país[17]. Segundo ele, a política externa brasileira adquirira, através dos fatos, "certo acento antinorte-americano" e manteria a chamada linha "independente", diante das exigências dos EUA, sob quaisquer circunstâncias[18]. Aí, a consideração do Governo brasileiro pela marcada sensibilidade nacional e pelos sentimentos antinorte-americanos decisivo papel desempenhava, como tática de política interna, onde os ventos sopravam as velas da esquerda radical[19]. Porém,

o próprio Embaixador da RFA, Gebhard Seelos, percebera, já em setembro de 1963, que a explosão, mais cedo ou mais tarde, da aguda crise no Brasil — onde os comunistas procuravam utilizar o crescente antinorte-americanismo — dependia, em larga medida, da política dos EUA, para cujo Governo as garantias habituais sobre a melhoria das relações entre os dois países não mais bastavam[20].

Segundo o próprio Thomas Mann, Secretário de Estado Adjunto para os Assuntos da América Latina, os EUA pensaram "financiar, assim, a democracia"[21]. De qualquer forma, tratava-se de uma intervenção insólita nos assuntos internos do Brasil, a fomentar a dissenção civil, e contrastava com a atitude da RFA, que concluíra com o Governo Goulart, em novembro de 1963, as negociações financeiras, inclusive sobre os recursos do Fundo de Auxílio ao Desenvolvimento, sem estabelecer condições políticas, mas a exigir apenas contrapartidas econômicas e garantias jurídicas. Evidentemente, se bem que acompanhasse com preocupação os acontecimentos, sobretudo a crise de autoridade e a radicalização política, o *Auswärtiges Amt* sabia que o comunismo no Brasil não representava um "perigo agudo" para o Estado[22]. Mesmo o Departamento de Estado, com o seu daltonismo ideológico, considerava "escassas as possibilidades de que os comunistas dominassem o Brasil em futuro previsível"[23]. Entretanto, na medida em que se acentuara, em conseqüência do conflito com os EUA, a orientação nacionalista do Governo brasileiro, percebida como comportamento xenófobo (*fremdenfeindliche Einstellung*), assustou os investidores da RFA[24]. Assim, da mesma forma que as norte-americanas ou de outras nacionalidades, inclusive brasileiras, as empresas alemãs, instaladas no Brasil, voltaram-se, na maioria, contra o Governo Goulart, com medo do que se lhes afigurava como "perigo do comunismo" (*Gefahr des Kommunismus*), medo este que as *spoiling actions* da CIA e a crescente instabilidade política alimentavam.

Nos países do terceiro mundo, os EUA investiram e transformaram a CIA em um eficiente empresário de golpes de Estado e sublevações. Os EUA entraram em guerra com quase todos os povos, como Oswaldo Aranha previra[25], em um esforço para voltar à ordem mundial do passado. As lutas de libertação sofreram reveses. Mohamed Mossadegh, Primeiro-Ministro do Irã, foi deposto por um golpe de Estado, em 1953. Foster Dulles, em 10 de junho de 1954, exortou a

OEA a "ajudar o povo da Guatemala a livrar-se da maligna força do comunismo"[26], falando à Convenção Internacional do Rotary Club. Não escondeu o "compreensivo interesse"[27] dos EUA pelas atividades dos adversários de Jacob Arbenz. Na semana seguinte, mercenários, aliciados pela CIA, invadiram a Guatemala. O Embaixador norte-americano, John E. Peurifoy, participou diretamente da operação[28]. Arbenz, em 28 de junho, deixou o poder e Foster Dulles anunciou que "agora o futuro da Guatemala estava nas mãos do próprio povo"[29]. Vargas, para não ter que renunciar ou ser deposto, suicidou-se, em 24 de agosto de 1954, a denunciar a "campanha subterrânea" dos grupos internacionais, que se aliaram aos grupos nacionais "revoltados contra o regime de garantia do trabalho", e a "violenta pressão" sobre a economia brasileira, para o obrigar a ceder. Perón não resistiu no governo mais do que um ano. Apesar de que, com a política de abertura ao capital estrangeiro, conseguisse desacelerar a inflação, reerguer o salário real e, com a melhoria do balanço de pagamentos, estimular as atividades econômicas, a situação política na Argentina se deteriorava a tal ponto que, em 19 de setembro de 1955, ele teve que renunciar à Presidência da República e refugiar-se na canhoneira *Paraguai*, após quatro dias de sangrenta rebelião conjunta da Marinha e do Exército.

De fato, àquele tempo, o que mais afetava, no hemisfério, os interesses de segurança dos Estados Unidos não era exatamente a luta armada pró-comunista, como as guerrilhas na Venezuela e na Colômbia, mas, sim, o desenvolvimento da própria democracia naqueles países, onde o recrudescimento das tensões econômicas e dos conflitos sociais aguçava a consciência nacionalista e os sentimentos antinorte-americanos, a envolverem a maioria do povo, passavam a condicionar o comportamento de seus respectivos governos. Assim, de acordo com todas as evidências, mais do que uma questão de política nacional, de política interna de países como Argentina, Peru, Guatemala, Equador ou Brasil, os golpes de Estado, que, depois da Revolução Cubana, abalaram toda a América Latina, constituíram um fenômeno de política internacional, cujo epicentro se encontrava na mutação da estratégia de segurança continental, promovida pelo Pentágono. E não sem motivo o Embaixador Ilmar Pena Marinho, Chefe da Delegação de Brasil na OEA, manifestou sua preocupação com a possibilidade de que o Colégio Interamericano de Defesa, criado por pressão dos

Estados Unidos, viesse a transformar-se em uma "academia de golpes de Estados", onde os estagiários e instrutores norte-americanos, a influenciar seus colegas latino-americanos, manifestavam abertamente opiniões sobre a necessidade de criar-se um sistema permanente de ação coletiva, capaz de intervir onde quer que não se pudesse enfrentar, com recursos internos do próprio país, a ameaça comunista.

Conforme a previsão da CIA, ao avaliar, entre fins de junho e começo de julho de 1963, a evolução da crise, o Brasil tomaria drásticas medidas, a fim de enfrentar os problemas do balanço de pagamentos, caso os EUA e o FMI lhe sustassem toda a assistência financeira[30]. Suspenderia o pagamento da dívida externa, se não a repudiasse, cortaria ou, talvez, proibiria as remessas de lucros. E os investimentos estrangeiros cessariam. Porém, se houvesse alívio das remessas e das obrigações de pagamento da dívida, o Brasil poderia manter, ao menos, o nível mínimo de importações com a continuidade das exportações, embora as taxas de crescimento diminuíssem, o desemprego aumentasse e a inflação recrudescesse[31].

A CIA observou que a colaboração do Bloco Socialista não supriria a lacuna causada pela interrupção do intercâmbio econômico do Brasil com os EUA e a Europa Ocidental. No entanto, a URSS poderia assegurar os objetivos de acordo comercial com aquele país, fazendo consideráveis esforços para atender às suas necessidades, caso o Governo brasileiro promovesse ampla agitação contra os EUA. E, conquanto a URSS estivesse relutante em assumir encargos a largo prazo, sobretudo em vista de seus compromissos com Cuba e em outras regiões, poderia, sem obrigar-se a garantir a viabilidade econômica do Brasil, prestar-lhe importante cooperação, como o atendimento de grande parte, senão de todas as suas necessidades de petróleo (equivalentes a 20% do total de importações). A CIA não acreditava, entretanto, que Goulart se alinhasse com o Bloco Soviético, com o qual apenas aumentaria suas relações de comércio, dentro dos limites economicamente possíveis, porque seria vantajoso alargar os mercados de exportação e reduzir as importações da área do dólar[32]. De qualquer forma, com ou sem a ajuda da URSS, as políticas do Brasil quase certamente tornar-se-iam mais e mais radicais e suas relações com os EUA, na melhor das hipóteses, encrespar-se-iam, enquanto as tensões internas entre esquerdistas e conservadores, aguçando-se, levariam a situação

a um ponto crítico. Àquele tempo, meados de 1963, a CIA inclinava-se a acreditar que o Brasil decairia para o "ultranacionalismo e uma solução autoritária", se os EUA lhe bloqueassem toda a assistência financeira[33]. Conforme constatava, a maioria dos brasileiros era nacionalista e por isto se lhe afigurava "muito difícil" conseguir grande apoio para abater o Governo de Goulart, pois pareceria um esforço com o objetivo de satisfazer os EUA. Mais fácil seria, em sua opinião, o Governo de Goulart obter respaldo para medidas, como o repúdio de dívida externa, nacionalização de propriedades norte-americanas e maior cooperação com o Bloco Soviético[34]. Daí, o "grande perigo", que ela percebia, de uma inflexão para o autoritarismo, pelo próprio Goulart, dado o "extremo clamor" dos ultranacionalistas e da esquerda contra os EUA, cujas relações com o Brasil sofreriam, assim, sério revés[35]. Por outro lado, a CIA ainda ponderou que, qualquer que fosse o desdobramento das relações com os EUA a respeito das questões financeiras, o Brasil provavelmente não abandonaria a "linha nacional e independente" de sua política exterior. Mesmo um "governo moderado ou direitista", que cooperasse mais estreitamente com Washington, continuaria com aquele propósito de independência nos assuntos internacionais e de liderança na América Latina[36]. A CIA considerava, entretanto, que, embora as dificuldades internas compelissem os políticos brasileiros para "soluções de esquerda", não era inevitável que a crise evoluísse naquela direção. A prever que o Governo brasileiro, através de uma série de atos e negociações, não atenderia totalmente às exigências norte-americanas, mas também não se afastaria demasiado dos EUA, de modo a não perder qualquer possibilidade de assistência, a CIA julgava que "ainda chances" havia em favor de que Goulart terminasse seu mandato constitucional, em janeiro de 1966, e que seu sucessor fosse "alguém mais responsável" e "talvez mais constante" em aderir "ao gradualismo e à cooperação hemisférica"[37].

A queda de Goulart e, posteriormente, a ascensão do General Humberto Castelo Branco ao poder significaram uma ampla vitória dos EUA, não contra os comunistas, que o Departamento de Estado sabia não terem condições, "em futuro previsível", de tomar o poder, e sim contra as tendências nacionalistas, excitadas pelas necessidades do processo de industrialização do Brasil e pelo recrudescimento das lutas

sociais, dentro de uma conjuntura nacional de extrema escassez de recursos e marcada internacionalmente pelo impacto da Revolução Cubana. O movimento que derrubou Goulart e, em seguida, editou o Ato Institucional, na primeira de uma série de outras erupções de arbítrio, refletiu e realizou aquelas doutrinas de segurança nacional e contra-insurreição, ao instalar no Brasil um regime em contra-revolução permanente. Suas políticas fundamentaram-se na *Weltanschauung* maniqueista do militarismo, segundo a qual a confrontação entre os dois pólos do poder internacional — EUA e URSS — se deslocara para o interior de cada país, uma vez que o desenvolvimento das armas nucleares e de sua capacidade de destruição não só superara a guerra convencional como praticamente inviabilizara o conflito direto entre as duas superpotências.

O Governo de Castelo Branco defendeu a reformulação do conceito de soberania que, não mais se restringindo aos limites e fronteiras territoriais, abrangeria o caráter político e ideológico dos regimes, de modo a permitir a intervenção dos países americanos nos assuntos internos uns dos outros, quando um governo aceito como democrático estivesse ameaçado por movimento supostamente comunista ou de natureza semelhante. Sua proposta, inspirada pelos EUA, era a da integração de contingentes militares de todos os países americanos em uma *stand-by force*, pronta para intervir imediatamente onde quer que se caracterizasse um processo de subversão. O Presidente Castelo Branco entendia que "o nacionalismo se agravou internamente, criando contradições em nossa política externa", e que se deturpou a ponto de tornar-se "opção disfarçada em favor dos sistemas socialistas"[38].

A indicação de Costa e Silva para a Presidência do Brasil constituíra uma derrota de Castelo Branco, que a aceitou apenas a fim de evitar a fratura das Forças Armadas, pois de sua unidade a própria sorte do regime autoritário dependia. Sua candidatura consolidara-se, de fato, nos quartéis, onde forte insatisfação e mesmo oposição a Castelo Branco já se manifestavam[39], sobretudo através da chamada *linha dura*. Diante de tal quadro, Costa e Silva precisava desvincular-se de certos aspectos, sobretudo em política exterior, das diretrizes de Castelo Branco, bem como daqueles elementos de sua equipe, a exemplo de Campos, Bulhões e o próprio General Golbery do Couto

e Silva, Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), acusados de servirem mais aos interesses dos EUA que aos do Brasil. Ele começou, por esse e outros motivos, a falar em retomada do desenvolvimento e em "humanizar a revolução", de modo a tornar-se mais simpático perante o povo, cuja hostilidade ao regime autoritário já se refletia sobre o prestígio das Forças Armadas. E a CIA observou que sua tendência era mais para o nacionalismo e que não surpreenderia se o Brasil tomasse uma posição "algo mais independente", em política exterior, embora mantivesse uma atitude "basicamente amistosa" em relação aos EUA[40]. Previu, outrossim, que Costa e Silva continuaria a encorajar os investimentos estrangeiros, mas talvez lhes impusesse um controle mais estrito. Posteriormente, Alfred Stepan anotaria que, "em lugar do ativo internacionalismo da ex-Força Expedicionária Brasileira e dos oficiais da Escola Superior de Guerra", que formaram a coluna vertebral da administração de Castelo Branco, "Costa e Silva apelou para o nacionalismo e as relações com os EUA passaram a experimentar numerosos pontos de tensão"[41].

Com efeito, embora não existisse propriamente um apelo ao nacionalismo, pelo menos como nos tempos anteriores ao golpe de Estado de 1964, a presença de oficiais da *linha dura*, como Albuquerque Lima, e de representantes dos setores do empresariado, que aspiravam a retomada do esforço de industrialização, deu ao Governo de Costa e Silva uma conotação própria, mais autônoma, e as fricções com os EUA reapareceram, em decorrência das necessidades intrínsecas do desenvolvimento do Brasil, abafadas, mas não extintas, durante a administração consular de Castelo Branco. Ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, banqueiro e ex-Governador de Minas Gerais, anunciou o propósito de pôr "a diplomacia a serviço da prosperidade", pois estava "convencido de que as desigualdades externas, tanto no plano internacional quanto no plano interno, são a principal fonte de insegurança, de insatisfação, constituindo, por conseguinte, a mais grave ameaça à paz"[42]. Segundo ele,

> *"uma nação sufocada pela estagnação é uma nação insegura, como é inseguro um mundo em que se estratifique o presente equilíbrio entre Estados ricos e Estados pobres"*[43].

O próprio Costa e Silva, no dia seguinte ao de sua ascensão à Presidência, afirmou que a política exterior do Brasil não poderia

continuar como "simples reflexo" de sua condição de país em desenvolvimento, mas deveria tornar-se a "expressão dos anseios e aspirações de um país decidido a acelerar intensamente esse desenvolvimento"[44]. Seu objetivo era a conquista de recursos externos e maior soma de cooperação estrangeira, quer sob a forma de meios materiais, quer de auxílio técnico, a fim de que o Brasil tivesse "intensa participação" na revolução científica e tecnológica do século XX. Seu pronunciamento, colocando a política exterior no "rumo dos interesses do País, ou seja, da sua soberania", significou a ruptura com a doutrina da *interdependência* e das *fronteiras ideológicas*, formulada pelo Governo Castelo Branco. Costa e Silva orientar-se-ia apenas pelo "interesse nacional, fundamento permanente de uma política externa soberana"[45].

Tanto em 1965 quanto em 1968, quando os oficiais da *linha dura* ameaçaram sublevar-se, induzindo Castelo Branco e, depois, Costa e Silva a renovarem os atos de arbítrio, com o revigoramento dos atos de exceção, o que eles pretendiam não era apenas impedir qualquer forma de contestação ao regime autoritário, mas também o compelir a tomar medidas de maior controle sobre a economia, de modo a robustecer o papel do Estado como agente de desenvolvimento nacional.

Assim como nem todos os oficiais da *linha dura* compartilhavam das mesmas aspirações nacionalistas de Albuquerque Lima e preocupavam-se somente com a repressão, nem todos os que integravam a corrente de Castelo Branco apoiavam suas posições em matéria econômica e política internacional. Entretanto, como traço comum, o nacionalismo, embora às vezes vago, permeava praticamente quase todo o *establishment* militar e, uma vez expurgada a esquerda antiimperialista, após o golpe de Estado de 1964, ele passou a manifestar-se através da direita radical. Neste sentido, pode-se dizer que os militares da *linha dura*, envesgando para o nacionalismo-autoritário, exprimiram, naquele momento, os sentimentos e os anseios da maioria da oficialidade das Forças Armadas, em suas contradições com os governos de Castelo Branco e, posteriormente, de Costa e Silva, quando este optou pelas diretrizes de política econômica, defendidas por Delfim Neto e Hélio Beltrão.

No entanto, embora os militares da direita nacionalista fossem

os que tanto se empenharam pelo *endurecimento* do regime, a institucionalização do arbítrio, possibilitando o recrudescimento do seu caráter repressivo, convinha muito mais àqueles oficiais superiores, que detinham os postos do Governo, e aos interesses econômicos a eles aliados, por modo a assegurar condições favoráveis aos investimentos privados nacionais e, sobretudo, estrangeiros. Dessa forma, assim como o Ato Institucional nº 2, o Ato Institucional nº 5 serviu também para conter e isolar os líderes da direita nacionalista, por constituírem igual e, sem dúvida, a mais séria "ameaça de subversão", dado que dispunham de tropas. A perspectiva de que desfechassem um *putsch* realmente assustava a comunidade estrangeira dos homens de negócios. Por outro lado, as operações de guerrilhas, que tanto nas cidades como em algumas regiões do interior organizações de esquerda deflagraram, concorreram igualmente para arrefecer as lutas intestinas e unificar as Forças Armadas no combate ao que consideravam como inimigo comum.

O fracasso do movimento de Albuquerque Lima, que não ousou ou não pôde, apesar de sua força, desfechar o golpe de Estado, não significa a derrota do nacionalismo nas Forças Armadas, e sim de sua expressão mais radical, quando muito oficiais superiores já então debatiam a experiência do Peru, sob o regime do General Juan Velasco Alvarado, e começavam a questionar o direito de propriedade, em face dos interesses nacionais, como no caso da reforma agrária. Diante de tais circunstâncias, da mesma forma que o Governo Costa e Silva, o do General Emílio Garrastazu Médici (1970-1974), ao conservar Delfim Neto no Ministério da Fazenda, tratou também de compatibilizar as mesma diretrizes de política econômica, favoráveis ao capital estrangeiro, com o esforço de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que sensibilizava as Forças Armadas com o Projeto Brasil - Grande Potência. Não houve mudanças substanciais, exceto a extensão dos subsídios, que antes apenas contemplavam os bens de capital de origem estrangeira, àqueles de produção nacional, embora a política liberal/seletiva de importações continuasse a concorrer para o atraso relativo do setor.

Médici manteve e desdobrou, basicamente, as diretrizes da *diplomacia da prosperidade*, a partir da rejeição do conceito de independência, que implicaria a redução da soberania nacional, como um dos

elementos ideológicos da política de estratificação das posições de poder, no sistema internacional. O Brasil, como potência emergente, reivindicou então "parcela de decisão cada vez maior", no sistema internacional, uma vez que as dimensões de seus interesses e de suas responsabilidades nas relações aumentavam. Na medida em que o Brasil buscava o reconhecimento internacional como potência emergente, o Governo de Médici tratou, portanto, de o diferenciar do chamado Terceiro Mundo, diante do qual sua política exterior assumiu uma posição mais conservadora e mesmo reacionária. Apoiou Portugal na ONU e concorreu, através da *diplomacia militar paralela*, para o êxito e a consolidação dos golpes de Estado na Bolívia (1971), Uruguai (1971-73) e Chile (1973). Estas intervenções, mais ou menos encobertas, não ocorreram por influência dos EUA, embora, naquelas circunstâncias, os interesses dos dois países coincidissem, e sim como desdobramento, ao nível internacional, da política de segurança e também de expansão do nacionalismo-autoritário, que não só concentrava internamente esforços no combate às operações de guerrilha urbana e rural como se empenhava em dilatar as fronteiras econômicas do Brasil[46].

O regime autoritário, buscando legitimar-se, desde 1967, pelo nacionalismo de fins, aproveitou o excesso de liquidez no mercado de euro-dólares e recorreu intensamente aos empréstimos internacionais, com o objetivo de acelerar o ritmo do desenvolvimento capitalista do Brasil e o transformar em grande potência mundial até o ano 2000. O Governo do General Ernesto Geisel continuou a recorrer aos empréstimos internacionais, mas para cobrir, sobretudo, a conta do petróleo e pagar os juros e o principal dos próprios empréstimos internacionais.

Durante o governo do General João Batista Figueiredo, a política exterior do Brasil, sob a direção do Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, não só manteve como se aprofundou na direção traçada pelo Governo de Geisel. O avanço da abertura política e a decretação da anistia geral libertaram-na de certos condicionamentos ainda residuais, devido à permanência, até então, do caráter internamente discriminatório e excludente do regime autoritário, dando-lhe consistência e credibilidade, ao permitir que ela se avigorasse com o processo de redemocratização e coerentemente se apresentasse como pluralista, ecumênica e universal.

Diante das crescentes contradições com os EUA, os regimes militares, implantados na Argentina e no Brasil, implementavam políticas exteriores, cujas diretrizes não somente se assemelhavam como convergiam e apontavam para a conveniência da cooperação. A Junta Militar, sob a presidência do General Jorge Rafael Videla, manteve a adesão da Argentina, decidida ao tempo da administração de Campora e Perón, ao Movimento dos Países Não-Alinhados, com os quais as posições do Brasil, particularmente a partir do Governo Geisel, quase sempre se identificavam. Outrossim, a necessidade de melhorar o balanço de pagamentos e as dificuldades cada vez maiores para vender carne e grãos no mercado mundial, devido ao fechamento da Comunidade Econômica Européia, levaram a Argentina a destinar mais e mais suas exportações à URSS, enquanto, desde 1978, o Eximbank lhe negava empréstimos, por violação dos direitos humanos, atendendo a uma recomendação do Departamento de Estado[47]. Por estas razões, quando a URSS invadiu o Afeganistão, em dezembro de 1979, a Junta Militar de Buenos Aires, embora condenasse a agressão, recusou-se a participar do embargo à venda de cereais àquele país, promovido pelo Presidente Jimmy Carter, dos EUA. Alegou que não fora previamente consultada e que a Argentina tanto não endossava decisões tomadas fora do país quanto condenava as ações econômicas com forma de pressão ou represália[48]. O Brasil, igualmente, reprovou a invasão, mas não aderiu nem ao embargo de grãos nem ao boicote às Olimpíadas de Moscou (1980). E assinou com a URSS, em 1981, um acordo comercial e tecnológico, pelo prazo de 5 anos. Àquele tempo, em cerca de 85% das Resoluções da Assembléia Geral das Nações Unidas, os votos dos dois países coincidiram (o que continuou a acontecer nos anos 80), em oposição aos EUA[49], cuja atitude no caso da Polônia o Brasil também não apoiou, da mesma forma que se opôs à tentativa de intervenção na Nicarágua, quando o regime revolucionário da Frente Sandinista, instalado após a derrubada da ditadura de Anastácio Somoza (1979), inflectiu ainda mais para a esquerda.

Apesar do forte caráter anticomunista dos regimes militares, a Argentina e o Brasil, em maior ou menor grau, aproximavam-se, sem dúvida, da URSS, a fim de conquistarem, internacionalmente, maior margem de autonomia relativa, na medida em que suas relações econômicas e políticas com os EUA se tornavam cada vez mais

conflitivas. Esta tendência, a acentuar-se na segunda metade dos anos 70, já inquietava o Departamento de Estado, cujas preocupações com os rumos da América do Sul recresceram, quando aqueles países, após firmarem o Acordo Tripartite, trataram de sepultar a rivalidade e a hipótese de conflito permanente como vetores do seu relacionamento. Com efeito, em 1980, o General João Batista Figueiredo, sucessor de Geisel na Presidência do Brasil, realizou uma visita oficial a Buenos Aires (a primeira de um Chefe de Estado brasileiro desde 1935), onde assinou com Videla uma série de protocolos de cooperação, inclusive na área militar, para a fabricação conjunta de aviões e mísseis, e no campo da energia atômica, o que permitiria aos dois países, não signatários do Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares, alcançarem mais rapidamente o domínio do ciclo completo de uma tecnologia de fundamental importância estratégica.

A inflexão do nacionalismo latino-americano, identificado durante os anos 30 e 40 como expressão do nazi-fascismo, para a esquerda, no contexto bipolar da Guerra Fria, demonstrou a necessidade de reavaliação dos conceitos de esquerda, tendências políticas que se modificaram através do tempo e do espaço, não apenas no seu conteúdo, mas também na sua forma e até mesmo nos objetivos a que se propunha. Como o grande mestre do Direito, Alberto da Rocha Barros, salientou, a permanência da palavra tende a estabilizar o conceito, mas a realidade, que o conceito pretende representar e a palavra exprimir, modifica-se a cada instante, está em movimento, em contínuo fluxo em que o ser e o não-ser se integram, um constante *devenir*, de modo que o conceito não pode estabilizar-se, na medida em que precisa refletir a realidade[50].

Assim, para compreender os movimentos políticos e os regimes implantados na América Latina a partir de 1930, necessário se torna, mais do que nunca, analisá-los em sua concreticidade econômica, social e histórica.

Notas

1 Trotski, Leon, La lucha antiimperialista es la clave de la revolución, entrevista concedida ao líder sindical Mateu Fossa (1904-1973) e publicada no *Socialist Appeal*, 05/11/1938, *in*: Trotski, Leon, *Escritos*, Tomo X, 1938-39, vol. I, Bogotá-Buenos Aires: Editorial Pluma Lido, 1976, p. 39 a 42.

2 *Id., Ibid.*

3 Minuta de P. Mason, 14.1.1944, File AS130, Public Record Office, Foreign Office 371 37698. Minuta do Lord Halifax, Telegrama do Foreign Office a Washington, 15.1.1944, File 294, Public Record Office, Foreign Office 371 37698.

4 *Id.*

5 *Inclose Minute*, Conversa com Mr. Boham e C. B. Jerram, 22 de dezembro, anexada à carta de D. Kelly a J. V. Perowne, do Foreign Office, de 27.12.1943, File AS271, Public Record Office, Foreign Office 371 37698.

6 *Memorandum for the President*, Subject: "Current Status of U.S.- Argentine Relations", secret security information, 5.3.1953, a) Walter B. Smith, Eisenhower Library.

7 Memorandum para o chefe, interino, secreto,do Departamento Político e Cultural, a) Galba Santana, Segundo Secretário, 19 de abril de 1952.AHMRE-B - 601.3 (31) - Revoluções - Bolívia - 1949-67.

8 Memorandum ao Presidente da república, secreto, Ministério das Relações exteriores, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1952, . cópia., *Ibid*

9 Ofício n. 221, secreto, Emb. Carlos da Silveira Martins Ramos ao Chanceler Raul Fernandes, guatemala, 26/08/50, AHMRE-B MDB, secretos, A-K, Ofícios recebidos, 1950-57.

10 *Id.*

11 *Id.*

12 Bericht - 303-02 Tgb. Nr. 126/54, Generalkonsulat der Bundesrepublik Deutschland an das Auswärtige Amt, São Paulo, den 26.1.1954, AA-PA, Ref. 306, Band 90; A Comissão Mista Brasil-EUA fora criada pouco antes da posse de Vargas na Presidência da República (1951), a fim de equacionar os problemas e formular projetos de desenvolvimento, nos setores de transporte, distribuição e energia, entre outros. Mas o andamento dos trabalhos da Comissão Mista desapontou Vargas. E, entre junho e julho de 1953, o Departamento de Estado decidiu, unilateralmente, encerrar suas atividades. *Vide* Moniz Bandeira, 1989, p. 30 a 39; Em informação, secreta e datada de 29.4.1953, o Embaixador Teixeira Soares propusera ao Secretário Geral do Itamaraty, Embaixador Pimentel Brandão, a criação de uma Comissão Mista Brasil-Alemanha, no tipo da que com os EUA ainda funcionava, para zelar pelo "andamento da política comercial entre os dois países", com "termos concretos de mensuralidade econômica e fitos políticos". AHMRE-B 811 (42)(00), Relações Econômicas, Financeiras e Comerciais, (78) a (81b), 1947/67 - 9927.

13 Bericht 303-02 Tgb. Nr. 126/54, Generalkonsulat der Bundesrepublik Deutschland an das Auswärtige Amt, São Paulo, den 26.1.1954, AA-PA, Ref. 306, Band 90.

14 Entwurf, Allgemeine Instruktion für Herrn Botschafter Dr. Werner Dankwort in Rio de Janeiro. Dr. Gerhard Moltmann, Vortragender Legionsrat, an den Botschafter der BRD, Herrn Dr. Werner Dankwort. 306/210 - 02/91.04/1485/56, Bonn, den 16.10.1956, AA-PA, Ref. 306, Band 21.

15 Telegrama n° 41, confidencial, expedido, MRE para a Embaixada em Bonn, 20.6.1959, AHMRE-B, Telegramas Expedidos, secretos e confidenciais, Bonn, 1950/71.

16 *Id. Ibid.*

17 Bericht Nr. 467/63-306-83.00/0923/63, Moltmann an das Auswärtige Amt, den 25.4.1963, AA-PA, Ref. IB2, Band 329.

18 *Id. Ibid.*

19 *Id. Ibid.*

20 Bericht Nr. 1188/63 - 306 - 81.10/0/2058/63, Seelos an das Auswärtige Amt, den 25.9.1963, AA-PA, Ref. III B4, Band 14.

21 Declarações de Thomas Mann, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19.6.1964.

22 Politischer Jahresbericht 1963 - IB 2-81.39/1372/64, Botschaft der BRD an das Auswärtige Amt, Rio de Janeiro, den 20.5.1954, AA-PA, Ref. IB 2, Band 321.

23 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31.3.1964, p. 4.

24 Brief, Dr. Werner Heuze - Geschäftsführung - Auto-Union (DKW-Vemag), Vemag S.A Lizenznehmerin - an den Herrn Gerhard Schröder, Bundesminister des Auswärtigen, Ingolstadt, den 16.12.1963, AA-PA, Ref. III B4, Band 18.

25 Carta de 2.12.1952, Aranha a Vargas, Washington, Pasta de 1952, AGV.

26 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11.6.1954.

27 *Id., Ibid.*

28 David Wise - Thomas Ross, *O Governo Invisível*, Rio de Janeiro: Editora civilização Brasileira, 1965, p. 174, 179, 180, 189 e 190. Castillo Armas, que, oficialmente, comandou a rebvelião contra Arbenz, chegou à cidade da Guatemala, não à frente de suas tropas, mas no avião de Peurifoy.

29 "Se o golpe da CIA havia varrido o comunismo da Guatemala, o que veio em sua esteira não foi a democracia. Como primeiro ato, a Junta de Governo cassou o direito de voto dos analfabetos, alienando assim, de um golpe, cerca de 70% da população do país - quase todos índios". Wise - Ross, p. 190.

30 Entrevista de Carvalho Pinto ao Autor, São Paulo, 26.10.1976.

31 Central Inteligence Agency — NIE 93-2-63: *Situation and Prospects in Brazil*, 2.7.1963, JFKL.

32 *Id.*

33 *Id.*

34 *Id.*

35 *Id.*

36 *Id.*

37 *Id.*

38 Discurso de Castelo Branco, no Palácio Itamaraty, por ocasião da entrega de diplomas aos candidatos aprovados para a carreira de diplomata, em 31.07.1964, *in*: Ministério das relações Exteriores, *A Política Exterior da Revolução Brasileira* (Discursos), Seção de Publicações, 1968, p. 12 e 13.

39 Central Intelligence Agency, *Special Report - The role of the Military in the Brazilian Government*, SC nº 00663/65B, 26.3.1965, secret, Lindon B. Johnson Library.

40 Central Intelligence Agency, *Special Report - Costa e Silva, Brazil's Next President*, 20.1.1967, secret, LBJL.

41 Stepan, Alfred, *The Military in Politics - Changing Patterns in Brazil*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1971, p. 236.

42 Discurso de posse do Ministro Magalhães Pinto, no Itamaraty, em 15.3.1967, *in*: Ministério das Relações Exteriores, Secretaria Geral Adjunta para o Planejamento Político, *Documentos de Política Externa* (de 15 de março a 15 de outubro de 1967), s/d, p. 2.

43 *Id.*

44 Declaração do Presidente Costa e Silva por ocasião da primeira reunião ministerial, em 16.3.1967, *in: Documentos de Política Externa*, p. 5.

45 Discurso de Costa e Silva no Itamaraty, em 5.4.1967, *in: Documentos de política Externa*, p. 11 e 12.

46 *O Eixo Argentina-Brasil (O Processo de Integração da América Latina)*, Editora da Universidade de Brasília, 1987, p. 52 a 58.

47 Puig, J. C., *Integración Latinoamericana y Régimen Internacional*, Caracas, Fundación Bicentenário de Simon Bolívar, 1987, p. 176 a 178. Vacs, Aldo Cezar, *Los Socios Discretos - El Nuevo caracter en las Relaciones entre la Argentina y la Unión Soviética*, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1984, p. 71 a 84.

48 Lanús, J. A., *De Chapultepec al Beagle - Política Exterior Argentina - 1945-1980*, Buenos Aires: Emecé Editores, 1982, p.114 a 116.

49 Moniz Bandeira, L. A, *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina - O Continente nas Relações Argentina-Brasil (1930-1992)*, São Paulo: Editora Ensaio, 1993, p. 241.

50 Rocha Barros, Alberto, *O Poder Econômico do Estado Contemporâneo e seus Reflexos no Direito*. Monografia para o concurso à cadeira de Introdução à Ciência do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda., 1953, p. 21.

História e cidadania no contexto da África contemporânea

WOLFGANG DÖPCKE*

Durante os últimos anos, vários países do continente africano estão realizando um difícil processo de redemocratização. As mudanças no plano internacional e o profundo esgotamento dos regimes monopartidiários e não-democráticos deram fôlego a movimentos populares, lutando para recapturar espaço para o desdobramento de elementos da sociedade civil e de instituições e princípíos de democracia formal. Para ser radical e durável, a democratização e a luta para espaço civil não se pode restringir à reconquista e à reforma de instituições, às relações formais e institucionais de poder e ao processo formal da participação no exercício do poder. A reordenação do relacionamento entre sociedade e Estado significa também desvincular o discurso ideológico das predeterminações do Estado e suas classes dirigentes. Visões e versões sobre o passado, ou seja a história, devem fazer parte da reconquista da cidadania. Este artigo tem a intenção de relacionar a História da África, na sua expressão acadêmica, e a luta pela cidadania no passado e no presente.

I

Quem fez e quem está fazendo a história da África como disciplina acadêmica? A história da África – como disciplina – foi ou é principalmente diferente da, por exemplo, história da Europa?

Rev. Bras. Polít. Int. 37 (2): 75-88 [1994].

* Doutorado em História pela Universidade de Hannover (Alemanha); Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília.

Foi, sem dúvida, diferente. Até aproximadamente 1945, a história acadêmica foi, como o próprio continente e seus povos, sujeita a uma colonização. Os trabalhos sobre o passado africano eram predominados pelas mesmas pressuposições que deram a justificativa ideológica para a dominação européia neste continente. Inspirada pelo pensamento social-darwinista e convencida da alta superioridade da Europa – seja no passado ou no presente – a história acadêmica da Europa não permitiu uma história da África porque, na visão da época do imperialismo, a África tinha passado mas não tinha história.[1]

Dentro desta visão, a África era um continente estático, sem dinâmica, sem mudança, sem conquista cultural semelhante à da Europa. Em tímida associação com esta negação de uma história e de um passado que merece um estudo profundo, existiam suposições sobre o caráter e a mente "dos africanos" como, por exemplo, a de que eram imitadores, não criativos; que não tinham nem uma mente crítica nem inteligência. Se houve desenvolvimento cultural e progresso econômico e social na África negra foi somente como resultado da imigração das raças mais brancas, seja das chamadas camitas ou, com mais impacto, dos colonizadores europeus. Sob esta visão, portanto, realmente a história começou com a chegada dos europeus.[2]

É claro que esta perspectiva historiográfica refletia ideologicamente a realidade da subjugação colonial e que a recusa em admitir um passado digno coincidiu com a recusa em permitir um presente autodeterminado e, portanto, democrático. A negação da história refletia a falta de cidadania na realidade colonial. A desapropriação de um passado com valores coincidia com a desapropriação de valores da humanidade no presente.

Mas resta ainda uma questão: como, e com que intensidade, esta negação da história da África superou o discurso acadêmico e a mentalidade coletiva na própria Europa, chegando à África? Foi o colonialismo europeu capaz – e tinha ele a intenção – de transformar os africanos em povos sem história? Nesse contexto, fortes dúvidas são oferecidas.

Primeiramente, o colonialismo na África em geral não tinha um coerente projeto ideológico. Onde este existia, a ideologia colonial era o aspecto menos convincente exatamente porque era tão racista. Em segundo lugar, as vias de transmissão de ideologia – principalmente as

escolas de segundo grau – atingiam somente uma pequena minoria da população, principalmente a futura elite intelectual e administrativa. Foram estes estudantes – que adquiriram conhecimento e técnicas intelectuais ocidentais e assumiram uma posição de alto privilégio em função disso – que foram confrontados com estas pressuposições racistas de um continente sem história. E foram - um pouco mais tarde - exatamente eles que articularam a necessidade de se recapturar e descolonizar o passado, bem como o presente. Pará eles, a "redescoberta" do passado africano[3] significava a recaptura da dignidade. A autodeterminação - ou seja os direitos de cidadania do presente - como foi exigida pelos movimentos de descolonização, liderados pela pequena elite inteletual, necessitava de uma visão positiva do passado.

Conseqüentemente, a História da África foi descolonizada e o foi fundamentalmente. Depois da Segunda Guerra Mundial - e paralelamente ao processo político da descolonização do continente - iniciou-se uma nova história da África que rompeu categoricamente com as suposições das interpretações colonialistas. Este progresso fundamental que, na realidade, fundou a história da África como uma disciplina científica, respondeu às necessidades da nova África, ou seja, à criação de Estados-nações e ao surgimento de novas formas de consciência e identificação coletivas. Quase emergiu daí a nova interpretação do passado africano que, a partir dos anos 1960, começou a encher as estantes das bibliotecas universitárias no mundo inteiro. Contrariando a posição colonialista de um continente sem história, da "passividade" e da "primitividade" dos africanos, a história acadêmica reavaliou e recapturou o passado africano.[4]

As estruturas políticas e sociais de alta complexidade da África pré-colonial mereceram então bastante destaque e a história da África pré-colonial, bem como colonial, foi reinterpretada em termos de "atividade, adaptação, escolha e iniciativa africanas."[5] O que fez esta nova história "africanista" não foi o fato de ter sido feita por africanos mas o amplo consenso ideológico entre os historiadores sobre o passado, o presente e o futuro do continente. Desde o início, a história "africanista" viveu em um ambiente "supracontinental". Existem autores que alegam que a historiografia nacionalista-africanista foi dominada por não-africanos[6], mas na nossa opinião representava - e ainda é - realmente muito mais um esforço inteletual coletivo e

supranacional. Contudo, foi dentro desta tendência geral que surgiram as diversas "escolas" historiográficas, dentre as mais importantes a "escola de Ibadã" (ou seja a historiografia nacionalista predominante na Nigéria), e a "escola de Dar es Salaam" que, por muito tempo, influenciou a produção acadêmica na África Oriental.[7]

O surgimento da historiografia africanista foi celebrado como uma grande contribuição da ampla "descolonização da mente" dos povos africanos e, neste sentido, possui vínculos muito fortes com a autodeterminação coletiva e direitos de cidadania. Mas, novamente, a questão sobre uma possível hegemonia deste novo discurso permanece. É óbvio que as elites, que tinham tido o privilégio de obter educação ocidental, desenvolveram esta profunda estima por sua própria cultura e história, a fim de contrariar a humilhação cultural e também o alheamento que caracterizaram as suas experiências com o colonialismo. A história não somente dava auto-estima às novas elites, mas também assumia um papel ideológico central na transformação do Estado colonial em uma nação independente, no famoso *nation building*.

No entanto, o grau de penetração desta visão sobre o passado na sociedade, no meio do povo comum, é sujeito a muitas dúvidas. É questionável - em primeiro lugar - se o "povo" (as pessoas comuns) - ao contrário das elites - realmente precisava de uma "descolonização da sua mente", especialmente das imagens do passado. É questionável ainda se o colonialismo, como sistema fraco e ideologicamente pouco convencível, realmente deixou marcas profundas nas visões do passado do povo comum, que, de qualquer maneira, sempre foram bem diferentes daquelas produzidas pela historiografia ocidental. Em segundo lugar, muitos autores mantêm a posição de que a nova historiografia tinha pouco impacto sobre o pensamento cotidiano, porque a via de transmissão principal - as escolas públicas e os novos livros de escola - desenvolveu-se somente lentamente.[8] Mas, de outro lado, esta via de transmissão assumiu muito mais importância do que durante o colonialismo e deve ter iniciado hoje em dia - junto com os novos meios de comunicação - uma lenta mas bem perceptível mudança no discurso hegemônico acerca do passado africano.

Logo que a historiografia nacionalista começou a ampliar-se na sociedade, esta orientação no ambiente acadêmico entrou em uma crise profunda, uma crise que bem ilustra as suas limitações em termos

de conquista de espaço na luta pela cidadania. Com a entrada da África no profundo ciclo de crise a partir do fim dos anos 1960, com a derrota das democracias, o desdobramento do sistema de corrupção ou, resumidamente, com a incapacidade e má vontade das novas elites de cumprir suas promessas e satisfatoriamente governar os países independentes, entrou em crise também o projeto intelectual dessas mesmas elites, pelo menos no âmbito universitário e acadêmico.

Mostrou-se aí a orientação elitista e conservadora da historiografia nacionalista. Foram criticados principalmente as formas e métodos historiográficos ("conservadores"), a função sócio-política (a legitimação das elites), a glorificação do exercício de poder político no passado e no presente, a não-consideração e reconhecimento da importância das classes, do mercado mundial etc. Foram os próprios historiadores nacionalistas que lançaram esta crítica contra o consenso historiográfico dos anos 1960.[9] Iniciou-se um amplo e extremamente fértil debate (que ainda está em vigor), cujo resultado foi uma reformulação de algumas posições da historiografia africanista, a entrada das idéias da teoria do subdesenvolvimento e do marxismo (em muitas variações) na historiografia e o surgimento de novos ramos (ou escolas) de abordagem e interpretação.[10]

Este debate e a reformulação das posições acadêmicas claramente afastaram-se do ambiente não-acadêmico. A descoberta de classes (e luta de classes) e do "povo" em vez das elites na história pelo marxismo ficou restrita ao ambiente universitário-acadêmico. Os debates sobre classes ou "articulação de modo de produção" nunca entraram nas salas de aula de segundo grau e nos livros de ensino secundário que, ainda hoje, são principalmente influenciados pelos paradigmas populistas da historiografia nacionalista. Além disso, é possível dizer que - tendencialmente - a própria África está perdendo importância em relação à produção de conhecimento científico histórico. A maioria das universidades no Continente entrou em uma crise tão profunda - refletindo a crise econômica geral - que o trabalho acadêmico tornou-se muito difícil senão impossível, que resultou, entre outras coisas, em uma emigração de muitos historiadores para a Europa e os Estados Unidos.

Resumidamente, oferece-se a hipótese de que a historiografia acadêmica, considerando suas abordagens do passado, poderia ter uma

posição chave na luta para conquistar espaços autodeterminados, mas restam realmente muitas dúvidas se a disciplina teve amplo impacto fora do mundo dos intelectuais e das novas elites. Tendências mais recentes, como a história social, história oral e "de baixo", que se oferecem para interagir com lutas sociais e democráticas, entraram na historiografia africana acadêmica mas, com notáveis exceções (por exemplo, a África do Sul), não superaram o ambiente acadêmico para se vincular às lutas populares a fim de reconquistar o espaço civil. Mas, entre as exceções, o exemplo de Zimbábue, que será discutido em seguida, mostra que a historiografia acadêmica pode dar uma contribuição, embora pequena, para estas tentativas de recuperar espaço democrático de um Estado que chegou a ser onipotente e sufocante.

II

Zimbábue, a ex-Rodésia do Sul, foi uma das últimas colônias da África a conseguir a sua independência em 1980. Não foi a metrópole (Grã-Bretanha) que representou o maior obstáculo no caminho da descolonização e de um sistema politico democrático, mas foram os colonos brancos (menos do que 5% do população) que defenderam seus privilégios e monopólios políticos e sócio-económicos com alta obstinação. A má vontade do regime branco, que declarou a sua independência unilateral (e ilegal) da Grã-Bretanha, em 1965, em conceder qualquer direito político à maioria africana e a brutalidade da supressão dos movimentos africanos democráticos quase impunham a luta armada aos africanos. Esta luta, que começou através de bases nos países vizinhos na metade dos anos sessenta, entrou na sua fase decisiva entre 1972 e 1979 e teve mais de 25.000 vítimas fatais, principalmente entre a população civil rural negra. Logo depois do início, a resistência africana sofreu um cisma entre a ZAPU (Zimbabwe African People's Union) e a ZANU (Zimbabwe African National Union) que permaneceu mesmo depois da Independência até os anos noventa. O que começou como uma luta entre personalidades e gerações, e sobre estratégias e táticas políticas dentro do movimento, desenvolveu-se mais e mais numa divisão profunda, baseada em uma explosiva mistura de orientação ideológica, alianças internacionais e

construção de identidades e lealdades étnicas. A ZANU recrutava cada vez mais entre as populações que falavam Shona (80% da população total) e infiltrou-se, a partir de Moçambique, em áreas que aquelas populações ocuparam, enquanto a ZAPU foi mais ativista nas partes do país onde há uma maioria que fala ndebele.[11] Os movimentos de libertação não "ganharam" a guerra mas conseguiram desestabilizar o regime, tanto que este tinha que conceder negociações sobre uma nova constituição e um armistício (1979). Nas livres e democráticas eleições de Fevereiro de 1980 - que finalmente acabaram com o domínio branco em Zimbábue - a ZANU conseguiu uma grande maioria de 63% dos votos.[12]

Nenhum evento estampou a memória coletiva da população de Zimbábue com tanto impacto como esta guerra de libertação. Nenhum conjunto intelectual foi tão forte e influente no sentido de reordenar a paisagem política e ideológica como aquele que foi provocado pela "vitória" dos movimentos de libertação. Esta guerra de libertação e a participação nela alcançaram o centro de gravitação ideológica da nova ordem que se ergueu depois de 1980.

Surgiu uma visão, uma imagem da guerra e da época entre 1965 e 1980, que é intimamente ligada à consolidação do domínio político das novas elites que conquistaram o Estado colonial em 1980. É esta visão do processo de libertação que serve como principal gerenciador de legitimidade política para as novas classes dirigentes. Não foi principalmente o fato dos novos dirigentes terem sido eleitos democraticamente em 1979, ou seja, de que tinham mandato democrático, mas sim o fato de que eles participaram da libertação do país, de que eles se tornaram heróis vivos, que lhes garantiu a legitimidade para governar, decidir e falar em nome do povo.

Este destaque da legitimidade "revolucionária" pode ser explicado pelo papel chave que este conjunto ideológico assumiu na tentativa de construção de uma nova identidade nacional, focalizando-se nos valores e imagens da guerra, ou melhor, na visão oficial desta guerra. Mas, de outro lado, mostrava-se também que uma legitimidade política, baseada em um mandato de predeterminada duração foi menos agradável, que ele tinha regras fixas, que se exigia transparência etc. "Herói você é uma vez para sempre", raciocinava-se, e com esta legitimidade eterna tem-se menos preocupação com as regras de uma democracia formal.

A imagem oficial da libertação propõe uma completa e harmônica fusão entre "o povo" (ou seja, os camponeses), os escalões políticos do maior movimento de libertação - a ZANU - e os guerrilheiros no campo. O objetivo da guerra - a "libertação" da população africana - funde-se inseparável com um de seus resultados mais marcantes em uma finalidade só: o estabelecimento do domínio político de uma nova classe. Esta imagem toma expressão plástica em imponente forma nas esculturas gigantescas do *Heroes Acre* (campo dos heróis: o centro do culto heróico do novo Estado) que mostram Robert Mugabe ("líder" do ZANU e Presidente Executivo do Estado) liderando a insurreição armada das massas - e ao mesmo tempo fundindo-se com elas. Estas esculturas no *Heroes Acre* não somente representam uma renascença do culto de personalidade parecido com o do stalinismo na África preta, mas foram feitas por artistas norte-coreanos, um país que se tornou um dos mais fiéis aliados do Zimbábue independente.

Mas surgiu também uma forte hierarquização da legitimidade revolucionária que mostra sua melhor expressão no culto dos heróis e na hierarquia dos cemitérios dos heróis. Os heróis não são iguais. O Estado define a categoria heróica, decide sobre sua posição entre os heróis nacionais (com direito a um túmulo no *Heroes Acre* em Harare) e os heróis de pequeno porte nos campos locais.[13]

O que é mais significativo do que esta caraterização dos heróis são as exclusões. Não fazem parte da memória oficial séria e do culto de memória dos heróis os próprios guerrilheiros comuns do movimento ZANU e todo o outro ramo dos movimentos de libertação, o partido ZAPU e seu exército guerrilheiro (a ZIPRA). Os ex-combatentes, na maioria jovens sem formação escolar completa, tornaram-se, depois da independência, um problema social e do serviço social, cuja palavra chave é "reintegração". A exclusão do movimento minoritário - da ZAPU - da memória heróica foi acompanhada por uma marginalização real até mais drástica, que culminou depois de 1982 em uma guerra interna e civil monodirecional (com fortes elementos de perseguição étnica) e na quase eliminação física deste movimento, que finalmente foi engolido pela ZANU. Richard Werbner atribui a ferocidade da atuação das brigadas étnicas do exército do Zimbábwe (tortura, fome como arma e execuções contra a população civil ndebele aconteceram

freqüentemente) ao próprio fenômeno da exclusão: partes significantes da população foram (simbolicamente e também na realidade) afastadas da "nação", que foi erguida no contexto da referida fusão do Estado, partido (ZANU) e povo não-oposicionista.[14]

Mas também o próprio povo, aqueles camponeses que deram a ajuda essencial para os guerrilheiros e que tinham que conviver e sofrer com toda a raiva de retaliação do exército colonial, ficava fora do culto estadista e tinha que se restringir à parte aclamatória. Os jovens guerrilheiros bem como "o povo" foram desindividualizados e desumanizados. Eles aparecem na memória estadista como uma mera função dos líderes e heróis individualizados.

Como reagiram "o povo" de um lado e a historiografia acadêmica de outro à esta ocupação de espaço ideológico pelas novas elites e seu Estado? Os primeiros dois ou três anos da independência foram de mera lua-de-mel. O país mergulhou em um verdadeiro delírio de independência. O fim das sanções e das discriminações internas, boas colheitas e aumento dos preços agrícolas, reformas sociais, a expansão explosiva do sistema escolar e outros desenvolvimentos positivos eliminaram cada divergência entre as novas elites e outros setores da sociedade. A produção histórica acadêmica inseriu-se completamente neste surto de harmonia, reproduzindo a limpa imagem oficial.[15]

A partir de aproximadamente 1984, contudo, a situação virou. Combinaram-se fatores climáticos (seca) com erros na política econômica e outros fatores para provocar uma crise econômica grave e prolongada. Mostrou-se que as novas elites não somente conquistaram o Estado, mas que elas o tomaram também como plataforma para conquistar a sociedade.

Politicamente, revelou-se que uma guerra de libertação não era uma escola ideal para aprender sobre democracia. presidente Mugabe recorreu a provérbios tradicionais (por exemplo: há lugar para um touro só em cada curral) para estigmatizar e afastar cada tipo de oposição e vozes críticas. O Estado tornou-se um pouco totalitário, com toda pompa, cerimônias, simbolismos e repressão observados em outras ditaduras da África e do socialismo real na Europa oriental e na Ásia.

Mas o Estado servia também a outra finalidade para as novas elites: servia como plataforma de acumulação. No decorrer de muito

pouco tempo, os heróis se tornaram acumuladores, através de milhares de esquemas de corrupção direta ou indireta. O Estado degradou-se e transformou-se em um supermercado para alguns de seus membros. Muitos daqueles heróis que adquiriram alta legitimidade e honra na luta pela reconquista das terras africanas roubadas pelos colonos brancos, de repente, tornaram-se fazendeiros e latifundiários.

Essa tendência altamente visível das novas elites, de viver contra os próprios valores por elas estimados publicamente como bases éticas do novo Zimbábue, gerou uma crise de legitimidade e confiança profunda. Seções importantes da sociedade chegaram a desconfiar da retórica das elites e "o povo" sugeriu o fim da "lua-de-mel". Ampliaram-se versões populistas sobre o político *sui generis* como homem mau. Surgiu também a projeção populista para o passado desta identificação de política com corrupção, seguindo o lema: "os corruptos do presente não podem ser os heróis do passado". Também como parte desta projeção e com um radicalismo populista e generalizador (certamente não justificado em sua generalidade), foi questionada a atuação das elites durante a própria guerra de libertação. Surgiram alegações tais como: "Enquanto os nossos filhos morreram nas batalhas contra o exército branco na Rodésia, eles (os chefes políticos) viveram uma boa vida no Hotel Polano em Maputo (Moçambique)."

Mas, além desta revolta populista, além dos boatos de rua e dos bares, surgiram mudanças mais positivas dessa crise ideológica. O Estado e seu partido perderam controle sobre setores importantes da sociedade (como os intelectuais, alguns jornais, a Universidade, os sindicatos, os advogados etc.) e, conseqüentemente, surgiu espaço para os primeiros passos de redemocratização.

Nesse novo contexto, estebelece-se um vínculo importante entre história e cidadania. Movimentos pela conquista de espaço para a sociedade civil estenderam-se por vários setores da sociedade mas, principalmente, como no resto da África, pela sociedade urbana e por suas ramificações. Dentro destas tendências de redefinir o relacionamento entre Estado e sociedade, a historiografia também mudou seu visual. As lendas estatísticas e o heroísmo trivial saíram dos trabalhos, que agora destacam a alta complexidade no relacionamento entre os camponeses e os guerrilheiros.[16] Reemergiram nos trabalhos acadêmicos seções da população, cujas contribuições para a luta foram simples-

mente ignoradas na visão oficial, como a das mulheres rurais, que efetivamente sustentaram os guerrilheiros, em uma paisagem vazia de homens.[17]

Surgiram também vários projetos de história local, com a participação das escolas (e seus intelectuais críticos: os professores). *Foram estabelecidas fundações com a finalidade de resgatar a história* da guerra, especialmente no ambiente do movimento minoritário (ZAPU) que enfrentou o perigo de ser extinto da memória coletiva. Há também agora várias tentativas populares de definir e venerar heróis, com base em critérios próprios do povo.[18]

A memória comum da guerra começou a ser recapturada em publicações de tipo recordações de memória popular. Mostrou-se que "o povo" entende o heroísmo diferentemente da imagem oficial. A concepção de heroísmo nestas perspectivas se refere, por exemplo, à capacidade de agüentar sofrimento e superar o medo de morrer; de suportar terror, irracionalidade e abuso, não somente das tropas do regime colonial mas também dos jovens guerrilheiros, sem perder a crença na causa justa da luta. Heroísmo significa também perder vizinhos e parentes "desnecessariamente", sem perder o respeito à vida e a vontade de viver.[19] Revelaram-se os traumas psicológicos, seja de guerrilheiros, seja de camponeses, advindos de assassinatos injustos e sem razão, cometidos pelos guerrilheiros, da injustiça das acusações de bruxaria, que quase sempre resultaram na execução da vítima. Fica evidente agora que a guerra de libertação se encravou na memória do povo comum não simplesmente como um ato heróico por conquistar o poder militar e político contra "os brancos" ou de dar senso e legitimidade a uma nova ordem. "O povo" comum tem outra visão, outra memória, uma memória de alta complexidade e profundeza. Recuperar esta memória e guardá-la, dar a ela um lugar respeitável na sociedade, significa conquistar cidadania. A história acadêmica está dando uma contribuição importante para esta recaptura e mostra, no contexto de Zimbábue, a alta importância do vínculo entre história e cidadania.

Notas

1 Como introdução à historiografia da África servem: Jewsiewicki, B. e Newbury, D. (orgs.), *African Historiographies: What History for Which Africa?*, London: Sage Publications, 1986. Fage, J.D., "A evolução da historiografia da África" & Curtin, P.D., "Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral", ambos em: *UNESCO História da África*, vol. 1 (org.: Ki-Zerbo), São Paulo 1982.

2 Veja, por exemplo: MacGaffey, W., "Concepts of Race in the Historiography of Northeast Africa", in: *Journal of African History*, VII, 1, p. 1-17, 1966. Sanders, E. R., "The Hamitic Hypothesis; Its Origin and Functions in Time Perspective", in: *Journal of African History*, X, 4, p. 521-32, 1969. Ki-Zerbo, J., "Editorial note: theories on the 'races' and history of Africa", in: Ki-Zerbo, J. (org.), *UNESCO General History of Africa*, vol. 1, p. 261-270, Paris/London/Berkeley: UNESCO/Heinemann/University of California Press, 1981. Um exemplo clássico desta associação de civilizações antigas com influência não-africana é o "Great Zimbabwe" e culturas semelhantes na África Austral e sua ligação com as tentativas dos colonos brancos da Rodésia de construir uma imagem de superioridade cultural, veja, por exemplo: Carroll, S. T., "Solomonic Legend: The Muslims and The Great Zimbabwe", in: *The International Journal of African Historical Studies*, 21, 2, p. 233-47, 1988. Tangri, D., "Popular Fiction and the Zimbabwe Controversy", in: *History in Africa*, 17, p. 293 - 304, 1990. Beach, D.N., *The Shona and Zimbabwe 900 - 1850*, Gweru: Mambo Press, 1984.

3 Esta expressão é tomada de um amplamente conhecido livro de Basil Davidson: *À descoberta do passado de África*, Lisboa 1981 (orig. London 1978).

4 Veja, por exemplo, nota 1 e especialmente: Curtin, P.D., *op. cit.*, p. 88.

5 Terance Ranger citado em: Freund, B., *The Making of Contemporary Africa. The Development of African Society since 1800*, London: Macmillan, 1984, p. 5.

6 Freund, B., *op. cit.*, p. 4.

7 Como introdução: Lovejoy, P.E., "Nigeria: the Ibadan School and its critics", in: Jewsiewicki, B. e Newbury, D. (eds), *op. cit.*, p. 197-205. Kuper, A., "Nationalist Historians in search of a nation: the 'New Historiography' in Dar es Sallam", in: *African Affairs*, 69, N° 277, 1970 e também a resposta de Ranger: "The 'New Historiography' in Dar es Salaam: an answer", *African Affairs*, 70, 278, 1970, p. 50-61.

8 Veja, por exemplo, a muito bem pesquisada introdução na historiografia nigeriana: Käse, W., "Die Entwicklung der nigerianischen Geschichtsschreibung von ca. 1955 bis 1990: Ein Überblick", manuscrito não-publicado, Hamburgo 1993.

9 Veja, por exemplo: Anyandele, E.A., "How Truly is our Nigerian History", in: *African Notes*, Vol. 5, N° 2, 1969, p. 19-35. Afigbo, A.E., *The Poverty of African Historiografy*, Yaba 1977. Ochieng, W., "Undercivilization in Black Africa", in:

Kenya Historical Records, II, 1973. Vários artigos em relação ao debate crítico dentro das "escolas nacionalistas" estão in: Jewsiewicki, B. e Newbury, D. (org.), *op. cit.* Veja também: Käse, W., *op. cit.*

10 A recepção do marxismo (em todas as suas variedades) e das teorias de desenvolvimento evidentemente não pode ser elaborada aqui. Como literatura básica pode servir: Gutkind, P. & Waterman, P. (org.), *Africa: a Radical Reader*, London: Heineman, 1977. *Canadian Journal of African Studies* (special issue), "Mode of Production: the Challenge of Africa", vol. 19, N° 1, 1985. Bernstein, H. e Depelchin, J., "The Object of African History", in: *History in Africa*, 5, 1978. Copans, J., "The Marxist Conception of Class: Political and Theoretical Elaboration in the African and Africanist Context", in: *Review of African Political Economy*, N° 32, p. 25-38, 1985. Freund, B., *op. cit.*, cap. 1. Hopkins, A.G., "On importing Andre Gunder Frank into Africa", in: *African Economic History Review*, 2, 1975. Jewsiewicki, B. e Newbury, D. (eds), *op. cit.* Law, R., "Review Article: In Search of a Marxist Perspective on Pre-Colonial Tropical Africa", in: *Journal of African History*, XIX, 3, p. 441-452, 1978. Leys, C., "Kenya: What Does 'Dependency' Explain?", in: *Review of African Political Economy*, N° 17, p. 108-113, 1980. Mafeje, A., "On the Articulation of Modes of Production: Review Article", in: *Journal of Southern African Studies*, Vol. 8, N° 1, p. 123-38, 1981. Vansina, J., "Lessons of 40 Years of African History (Review Essay)", in: *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 25, N° 2, p. 391-398, 1992.

11 Estas divisões e identidades etnolingüísticas são, como em muitas partes da África, "imaginações" coletivas muito recentes e têm pouca, senão nenhuma tradição e conotação pré-colonial. As exigências do colonialismo e a própria guerra de libertação foram poderosos gerenciadores destas novas formas de mentalidade. Veja, por exemplo: Ranger, T.O., *The Invention of Tribalism in Zimbabwe*, Gweru: Mambo Press, 1985. Chimhundu, H., "Early Missionaries and the Ethnolinguistic Factor during the 'Invention of Tribalism' in Zimbabwe", in: *Journal of African History*, 33, 1992. Depois da Independência em 1980, o conflito ZANU/ZAPU foi totalmente "tribalizado", quando a tentativa da ZANU de aniquilar a ZAPU como fator político se tornou efetivamente contra a população de Matabeleland como um todo.

12 Como introdução: Martin, D. & Johnson, Ph., *The Struggle for Zimbabwe. The Chimurenga War*, London: Faber and Faber, 1981. Ranger, T.O., *Peasant Consciousness and Guerrilla War in Zimbabwe. A Comparative Study*, London 1985.

13 Veja um interessante estudo sobre este aspecto: Kriger, N., "In Search of a National Identity: The Politics of War Heroes", manuscrito não-publicado, 9/5/1990.

14 Werbners, R., *The Tears of the Dead: The Social Biography of an African Family*, Edinburgh 1991.

15 Veja, por exemplo: Martin, D. & Johnson, Ph,. *op. cit.* Ranger, T.O., *Peasant Consciousness*. Lan, D., *Guns & Rain. Guerrillas & Spirit Mediums in Zimbabwe*, Harare, 1985.

16 Veja, por exemplo: Kriger, N., "Zimbabwe's Guerrilla War: Peasant Perspectives", PhD-Thesis, John Hopkins University, Baltimore 1988. Kriger, N., "The Zimbabwean War of Liberation: Struggles within the Struggle", in: *Journal of Southern African Studies*, vol. 14, N° 2. 1988, p. 304. Ranger, T.O., "The Meaning of Violence in Zimbabwe", paper for the conference: Constructing Terror: Violence and Decolonization, Cambridge 1991. Hallencreutz, C.F. & Moyo, A.M. (eds), *Church and State in Zimbabwe*, (= Christianity South of the Zambezi, Vol. 3) Gweru: Mambo Press, 1988. Werbners, R., *op. cit.*

17 Neste contexto é importante destacar a coletânea com biografias - principalmente cobrindo o período da guerra - de mulheres rurais: Staunton, I. (comp. & ed), *Mothers of the Revolution*, Harare: Baobab Books, 1990.

18 Aqui é suficiente mencionar as atividades de MAFELA TRUST, ZIMFEB e OTASI.

19 Veja especialmente: Irene (comp. & ed), *op. cit.* Werbners, R., *op. cit.*

20 Reynolds, P., "Children of tribulation: the need to heal and the means to heal war trauma", *Africa*, vol. 60, N° 1, 1990.

Há 130 anos o Tratado da Tríplice Aliança

FRANCISCO FERNANDO MONTEOLIVA DORATIOTO*

Há 130 anos, em 1º de maio de 1865, era assinado o Tratado da Tríplice Aliança, pelo qual a Argentina, o Brasil e o Uruguai se aliavam para enfrentar o Paraguai. Esse foi um dos acordos internacionais mais importantes na história dos três países signatários. De fato, ele permitiu, de um lado, criar condições mínimas, militares e políticas, para enfrentar e vencer o Chefe de Estado paraguaio, Francisco Solano López. Por outro lado, o tratado de 1º de Maio de 1865 estabeleceu uma cooperação inédita entre Brasil e Argentina, cujas relações, desde o período colonial, tinham sido de rivalidade. O contexto que levou à assinatura desse documento, bem como o significado do seu conteúdo, são o objeto deste artigo.

Na década de 1840, obtida a unidade interna e definido o caráter do Estado Nacional brasileiro - monárquico, centralizador e avalista dos grandes proprietários escravocratas - pôde o Rio de Janeiro elaborar uma política para o Rio da Prata. Tal política tinha por objetivo maior conter o projeto expansionista representado por Juan Manuel de Rosas, líder da Confederação Argentina, de instalar, sob a hegemonia de Buenos Aires, uma república que abrangesse o território do antigo Vice-Reino do Rio da Prata.

Uma tal república nacionalizaria a bacia hidrográfica platina, podendo criar obstáculos a sua livre navegação e dificultando, se não impedindo, o acesso do Império do Brasil ao Mato Grosso. O contato regular dessa Província, com o resto do território brasileiro, era impos-

Rev. Bras. Polít. Int. 37 (2): 89-112 [1994].

* Mestre em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, onde prepara o doutorado.

sível por via terrestre, sendo feito por transporte marítimo/fluvial, em que navios, vindos do Atlântico, penetravam no estuário do Prata, navegando os rios Paraná e Paraguai, passando por Assunção, até alcançarem Mato Grosso. Ademais, um Estado republicano grande e estável na região platina poderia vir a ser um pólo de atração sobre o Brasil Meridional - somente em 1845 teve fim, no Rio Grande do Sul, a tentativa autonomista republicana da Farroupilha - e, ainda, um exemplo a estimular setores republicanos brasileiros.

Desse objetivo maior da diplomacia imperial derivou o de considerar o Uruguai e o Paraguai como "Estados tampões", cujas independências constituíram-se em interesse nacional brasileiro. Quanto ao Paraguai, dois eram os objetivos específicos do Rio de Janeiro: garantir, mediante tratado bilateral, a livre navegação, por navios mercantes e de guerra brasileiros, do rio de mesmo nome e, ainda, conseguir a ratificação, pelo Governo paraguaio, da expansão territorial brasileira ocorrida desde o período colonial. Como critério para definir a fronteira com esse vizinho, o Governo Imperial se atinha ao "uti possidetis", pelo qual a posse de um território cabe ao país que nele tem estabelecimentos tanto oficiais, quanto particulares. Desse modo, o rio Apa seria, para o Brasil, o limite fronteiriço. O Governo de Assunção, por sua vez, propunha, como elemento definidor da posse sobre o território litigioso, o Tratado de Santo Ildefonso. Por esse documento, assinado em 1777, pelas metrópoles portuguesa e espanhola, a área em disputa seria paraguaia, tendo o rio Branco como marco fronteiriço. O Brasil rechaçava tal proposta, argumentando que o Tratado de Badajoz, de 1801, tornara sem efeito aquele de 1777.[1]

Na década de 1840, impôs-se o entendimento nas relações brasileiro-paraguaias para enfrentar o inimigo comum, representado pelo projeto expansionista de Juan Manuel de Rosas. Em 1852, o líder da Confederação foi deposto e exilado, por uma ação militar comum de setores anti-rosistas do Prata: federalistas argentinos, liderados por Justo José Urquiza, caudilho da província de Entre Ríos; forças brasileiras e a facção política uruguaia dos "colorados", que acabavam de vencer, graças a essa aliança, a guerra civil em que enfrentaram os "blancos", apoiados por Rosas.

Entre 1852 e 1862, a Argentina esteve dividida em dois Estados, com capitais nas cidades de Buenos Aires e de Paraná, que

reconheceram a independência paraguaia. Enquanto isso o Império buscava exercer a hegemonia no Prata e consolidava sua ascendência no Uruguai, assinando com este, em 1851, cinco tratados, inclusive um de limites. A diplomacia imperial voltou-se, então, para o Paraguai, aflorando as divergências nas relações bilaterais. As autoridades de Assunção criaram obstáculos à livre navegação do rio Paraguai, condicionando-a à delimitação dos limites entre os dois países no rio Branco. Ameaçado pelo Brasil de uma guerra para a qual ainda não estava preparado, o Governo paraguaio assinou com o Império, em 1856, um tratado em que se garantia a livre navegação e postergou por seis anos a discussão das fronteiras, mantendo-se o *status quo* do território litigioso.[2] Tal adiamento também foi estabelecido, nesse mesmo ano e nas mesmas condições, quanto à definição das fronteiras do Paraguai com a Confederação Argentina.

Apesar do tratado assinado em 1856, as autoridades paraguaias continuaram a dificultar a passagem dos navios brasileiros que rumavam para Mato Grosso. Somente nova ameaça de ação militar do Império, respaldada pela Confederação Argentina, levou o Governo paraguaio a recuar. Em fevereiro de 1858 era assinado, em Assunção, um convênio pelo qual o Brasil obteve que os rios fossem franqueados à navegação e, ainda, que se definisse a Bahia Negra como limite ocidental, no Chaco, entre os dois países.[3]

A defesa, por parte do Governo Imperial, dos limites à altura do rio Apa, era intransigente. Ao que tudo indica interpretava-se que qualquer concessão nesse aspecto seria uma ameaça à própria manutenção de Mato Grosso como parte integrante do Brasil. De fato, em julho de 1859, Francisco Adolpho de Varnhagen, novo Encarregado de Negócios brasileiro a caminho do Paraguai escrevia que as "tendencias de absorpção do território de Mato Grosso, em virtude da proximidade da Assumpção, tem crescido progressivamente de 1750 para cá."[4]

Estando para vencer a moratória estabelecida em 1856, para a questão de limites, o Governo Imperial enviou plenos poderes a seu representante em Assunção a fim de iniciar negociações sobre o assunto. Enquanto isso, o Governo paraguaio convocava homens para o exército nas regiões próximas à fronteira com o Brasil. Nas conferências que o representante brasileiro teve com o Presidente Carlos Antonio López, acompanhado este de seu filho, Francisco Solano

López, escutou a proposta de que os dois países dividissem o território litigioso, entre o Apa e o Rio Branco. Tal idéia já fora apresentada anteriormente, "tendo sido sempre repellida pelo Governo Imperial".[5] Como conseqüência, a questão de limites permaneceu indefinida e, também com a Argentina, o Paraguai não avançou na delimitação das fronteiras.

Essa era a situação, quando da morte, em setembro de 1862, de Carlos Antonio López. Sob o governo de seu antecessor, José Gaspar de Francia, o Paraguai vivera o isolamento imposto por Buenos Aires, com a finalidade de levá-lo a aceitar incorporar-se à Confederação Argentina. Já Carlos López consolidara a independência paraguaia e buscara modernizar a economia do país, ao abrí-lo para o exterior, importando técnicos e tecnologia, principalmente da Grã-Bretanha. Essa modernizazação tinha caráter militar ou defensivo, enquanto o camponês paraguaio utilizava ainda técnicas de cultivo de dois séculos de idade.[6]

Francisco Solano López sucedeu seu pai na Presidência. O país que recebeu para governar necessitava ampliar o comércio externo, de modo a conseguir recursos para continuar a importar tecnologia. Com isso, o território litigioso com o Brasil adquiria maior valor para Assunção, por ser área de produção de erva-mate, um dos produtos paraguaios de maior exportação. O preço da erva-mate estava deprimido por excesso de oferta nos mercados consumidores platinos, e um aumento da exportação paraguaia somente se daria à custa do produto brasileiro, largamente consumido na região.[7] Era esse mais um motivo a somar-se aos de ordem geopolítica na disputa brasileiro-paraguaia de limites.

O aprofundamento da inserção da economia paraguaia na divisão internacional de trabalho, vendendo produtos primários e importando tecnologia e manufaturados, dirigia a política externa do país para uma nova postura. Esta era no sentido de fazer-se mais presente no Prata, em busca de um porto marítimo seguro que garantisse o incremento do comércio paraguaio com a Europa. Essa nova postura do Paraguai repercutiu nas suas relações com o Brasil e a Argentina. Nesta, apesar da vitória do projeto centralizador de Estado, decorrente da derrota militar de Urquiza, em 1862, restaram resistências federalistas nas províncias. Para combater o recém-nascido Gover-

no central, presidido por Bartolomé Mitre, a oposição federalista buscou articular-se com as forças platinas contrárias a Buenos Aires. Eram elas os "blancos", que estavam no poder no Uruguai e o Paraguai, que se aproximavam do Governo de Montevidéu em busca de uma saída para o oceano.[8]

Desde 1860, o Uruguai estava sob a presidência do "blanco" Bernardo Berro. O porto de Montevidéu apresentava-se como concorrente de seu congênere de Buenos Aires, pois Entre Ríos e Corrientes dele se utilizavam como variante comercial para suas exportações. Desse modo, a República uruguaia estabeleceu relações com a resistência federalista contra Mitre. Ao Estado centralizado que Buenos Aires procurava consolidar, os "blancos" contrapunham um entendimento entre seu país, o Paraguai e aquelas duas províncias argentinas.[9]

Já no Brasil, o ano de 1862 assistiu à ascensão de um Gabinete Liberal, o primeiro desde 1848. O período de instabilidade ministerial que se seguiu, até 1864, desarticulou a política externa brasileira.[10] A ausência de diretrizes externas e a feroz luta política interna levaram o Governo Imperial a se envolver nos assuntos políticos uruguaios.

O Presidente Berro, por sua vez, procurou enfraquecer a hegemonia brasileira em seu país. O Governo uruguaio recusou-se a renovar o Tratado de Comércio e Navegação, quando este expirou em 1861, eliminando os privilégios comerciais do Império. Atingindo os interesses de estancieiros gaúchos, Montevidéu instituiu o imposto sobre as exportações de gado em pé para o Rio Grande. As autoridades uruguaias também tomaram medidas no sentido de evitar, em seu país, o uso de mão-de-obra escrava por fazendeiros brasileiros, trabalho esse que barateava sua produção de charque em prejuízo dos produtores locais desse tipo de carne, que tinham custos maiores decorrentes da utilização do trabalho livre.[11]

Em abril de 1863, o caudilho "colorado" Venâncio Flores invadiu o Uruguai com tropas recrutadas e organizadas em Buenos Aires e com o beneplácito do Governo argentino. Nesse mesmo ano, Juan José de Herrera tornou-se Ministro das Relações Exteriores do Uruguai e buscou seguir uma política independente, rompendo com a postura pendular de seu país diante da Argentina e do Brasil, na qual quando um destes países ameaçava o Governo Oriental, buscava-se a proteção no outro. Como a política paraguaia parecia estar estruturada

no sentido de enfrentar as pressões tanto do Rio de Janeiro, quanto de Buenos Aires, Herrera preconizou uma aliança com Assunção, como forma de estabelecer um novo sistema de equilíbrio de poder regional. Ao eixo Montevidéu-Assunção deveriam somar-se as províncias argentinas que desejavam a autonomia.[12]

Para tratar com o Paraguai, o Governo Oriental enviou a Assunção Octávio Lápido, com instruções datadas de março de 1863, anteriores, portanto, à invasão "colorada" que se deu no mês seguinte. Esse Enviado convidou o Governo guarani para uma aliança, sob o argumento de que apenas pela união dos dois países haveria um equilíbrio no Prata de modo a conter as ambições argentinas e brasileiras. Solano López evitou comprometer-se quer com Montevidéu, quer com Urquiza, que também propusera ao Governo paraguaio uma ação conjunta, embora não rechaçasse taxativamente as propostas de aliança.[13]

Solano López tentou, num primeiro momento, mediar as divergências entre Buenos Aires e Montevidéu e fracassou, pois o Governo argentino, acusado oficialmente pelo Uruguai de ser o instigador da revolta "colorada" com fim de anexar o país, dera explicações ao Brasil, a pedido deste, que tranqüilizaram o Rio de Janeiro. O agravamento da tensão nas relações argentino-uruguaias levou Solano López a adotar postura mais dura, ao ameaçar o Presidente argentino Bartolomé Mitre de que Assunção poderia abandonar sua neutralidade. Tal assertiva não intimidou Mitre em resposta, na qual, contra todas as evidências, reafirmou a neutralidade de seu país na guerra civil uruguaia.[14] No início de 1864, Buenos Aires e Montevidéu rompiam relações diplomáticas, ao mesmo tempo em que a revolta "colorada" prosperava.

No Brasil, desde 1863, o ânimo popular estava exacerbado. O Governo Imperial rompeu relações diplomáticas com a Grã-Bretanha, devido ao bloqueio, por belonaves desse país, da barra do Rio de Janeiro. A ação naval britânica visava pressionar o Império a pagar a indenização pelo desaparecimento dos salvados do "Prince of Wales", naufragado no sul. O pagamento foi feito sob protesto e mostrou o Governo Imperial, exercido pelos liberais, impotente. O clima no Rio de Janeiro agitou-se mais ainda com a reabertura da Câmara, dissolvida em 1862, que voltava ávida para recobrar-se do silêncio, sucedendo-se debates intensos sobre os mais diferentes assuntos. No Brasil, infor-

mou a Legação argentina a seu Governo, "despúes de la cuestión ingleza el fragor de las armas se agita en su seno".[15]

Em abril de 1864, o deputado conservador Ferreira da Veiga descrevia súditos do Império encontrados decapitados nas estradas uruguaias, com o documento de nacionalidade na boca como ultraje, ao passo que outros eram açoitados. Ao mesmo tempo, vindo do Rio Grande do Sul, o General Souza Neto trazia uma representação formal dos pecuaristas dessa Província ao Governo brasileiro, denunciando desordens na fronteira e buscando o apoio governamental. O Gabinete de Zacarias temia perder o controle da situação, tendo em vista a possibilidade de os estancieiros gaúchos tomarem a iniciativa de, aliados aos "colorados", fazer guerra a Montevidéu por sentirem-se desamparados pelo Rio de Janeiro na defesa de seus interesses.[16]

O ambiente no Rio de Janeiro, em 1864, era, portanto, propício a uma intervenção no Uruguai. Ao Gabinete Imperial, por sua vez, essa ação, além de ater-se a objetivo de Estado o de manter a posição hegemônica brasileira no país vizinho, apresentava-se útil na luta política interna. Era a oportunidade dos liberais mostrarem-se à opinião pública brasileira tão competentes quanto os conservadores em enfrentar os problemas externos. O Prata era "uma válvula de escape, na medida em que pode lavar-se aqui a honra e a dignidade nacional", comprometidas pelas humilhações impostas pela Grã-Bretanha.[17] Aquela intervenção servia, ainda, para desviar a atenção da mais profunda crise financeira e comercial, que o país viveu no século passado,a partir de setembro de 1864, e que chegou a provocar distúrbios de rua no Rio de Janeiro.[18] Por último, o Governo brasileiro não confiava inteiramente no Presidente Mitre. Uma intervenção contra os "blancos" era vista, pelas autoridades brasileiras, como uma forma de contrabalançar a influência argentina junto a Flores, impedindo que eventual vitória "colorada" na guerra civil beneficiasse exclusivamente a Buenos Aires.[19]

Em abril de 1864, o Rio de Janeiro enviou, em missão ao Uruguai, o Conselheiro José Antonio Saraiva, acompanhado de uma esquadra comandada pelo Vice-Almirante Tamandaré. Sob a justificativa de exigir do Governo uruguaio a punição dos funcionários que teriam abusado de sua autoridade contra cidadãos brasileiros residentes no país, tratava-se de criar condições para justificar a invasão da

República vizinha, já chefiada pelo também "blanco" Atanásio de la Cruz Aguirre, que sucedera a Berro. Enquanto Saraiva negociava com os governantes orientais, era organizada e distribuída a força imperial na fronteira.[20]

O Conselheiro Saraiva, contudo, convenceu-se de que o Brasil poderia atingir seus objetivos promovendo a paz interna no Uruguai. Esta implicaria uma reestruturação do Governo uruguaio, com o afastamento dos elementos que se opunham aos interesses brasileiros. Autorizado pelo Governo Imperial a promover tal paz, buscou aquele Conselheiro entender-se nesse sentido com Buenos Aires. Em encontro realizado no dia 11 de julho de 1864, Saraiva ouviu de Mitre que seu Governo não via no Brasil desígnios que não fossem justos e compatíveis com a independência e a integridade uruguaias.[21]

Enquanto isso, o Presidente Aguirre enviava, também no mês de julho, Antonio Contreras ao Paraguai. O Enviado uruguaio afirmou a Solano López que o Brasil pretendia anexar uma porção do território uruguaio e que à Argentina, em contrapartida, caberia o que sobrasse, ou, então, o controle do Governo Oriental. Confiando no respaldo paraguaio, Aguirre recusou-se a afastar do Ministério os "blancos", tidos como radicais, e a nomear, em seu lugar, políticos "colorados". Tal acordo tinha sido negociado por Saraiva, juntamente com o Chanceler argentino Rufino de Elizalde e pelo representante britânico em Buenos Aires, Thornton. Fracassada a tentativa de pacificação, o Governo Imperial instruiu Saraiva a apresentar um *ultimatum* ao Presidente Aguirre, para que atendesse as exigências brasileiras. Isso foi feito em 4 de agosto, dando-se, ao Presidente, prazo de seis dias e ameaçando-se com a entrada de tropas brasileiras no Estado Oriental para garantir os direitos dos súditos do Império. Não tendo sido atendidas aquelas exigências, Saraiva retirou-se, no dia 11 desse mês, para Buenos Aires. Ali encontrou-se com Rufino de Elizalde e ambos declararam, em nome de seus países, que a paz no Uruguai era indispensável para que suas questões internacionais fossem solucionadas. Os Governos argentino e brasileiro expressaram que qualquer um deles poderia agir contra Montevidéu por meios lícitos pelo "direito das gentes", respeitada a integridade e independência do Estado Oriental.[22]

O Governo uruguaio recebeu com satisfação o *ultimatum*[23], pois levaria o Paraguai a assumir decididamente a aliança sonhada por

Herrera. Assim, Montevidéu rompeu relações com o Império e entregou ao Governo guarani cópia do *ultimatum*. No dia 30 de agosto, Assunção protestou contra qualquer ocupação do território uruguaio por forças do Império. Essa ação, afirmou aquele Governo, seria "atentatória do equilíbrio dos Estados do Prata" e acrescentou não assumir a responsabilidade pelas conseqüências de qualquer ato brasileiro.[24] A ameaça de Solano López, implícita nessa nota, não foi levada a sério quer pelo Governo brasileiro, quer pelo argentino.[25]

Os relatórios dos agentes brasileiros em Assunção minimizaram a capacidade militar paraguaia e as intenções agressivas de Solano López, o que certamente influenciou o Governo Imperial a não levar em devida conta as ameaças desse Chefe de Estado. O Ministro Residente, Viana de Lima, em um primeiro momento, relutara em crer que o Governo paraguaio tivesse atitude bélica para com o Brasil, pelas conseqüências que lhe adviriam de tal ato. Logo esse representante passou a crer pouco provável que o líder paraguaio declarasse a guerra. Esta, acrescentava, era desejada pela elite paraguaia, não por hostilidade ao Império, mas como forma de livrar-se de Solano López.[26] Sauvan Lima escreveu que uma boa tropa, de 10.000 homens, seria suficiente para derrotar o Exército de Solano López. O diplomata fazia tais assertivas apesar da base precária de suas informações, pois, estava isolado em sua casa, na qual alguns criados eram espiões e, na prática, impedido de sair à rua.[27]

Em setembro de 1864, Saraiva retornou ao Rio de Janeiro, tornando-se, então, Tamandaré o representante político, além de Chefe militar do Brasil no Uruguai. No dia 12 do mesmo mês, em decorrência do "ultimatum", uma brigada brasileira penetrou em território uruguaio, retornando dias depois ao Rio Grande do Sul. Dois meses após, em 10 de novembro, o vapor "Marquês de Olinda", embarcação de uma companhia brasileira que fazia o serviço de navegação pelos rios Paraná e Paraguai, até Corumbá, foi aprisionado pela canhoneira paraguaia "Tacuarí", horas após ter saído de Assunção rumo a Mato Grosso. Frente a um pedido de explicações, no dia 13 do mesmo mês, de parte da Legação brasileira sobre o ocorrido, o Governo guarani entregou uma nota, datada do dia anterior, rompendo relações com o Império. Além disso, nesta mesma nota proibía-se a navegação de navios com bandeira brasileira no rio Paraguai.[28]

A gravidade da situação levou o Gabinete Liberal a enviar em missão ao Prata um conhecedor da região, o político conservador José Maria da Silva Paranhos. Este tinha instruções de buscar uma aliança com Buenos Aires, tendo em vista uma intervenção conjunta no Uruguai, em apoio a Flores. Tal união fazia-se necessária porque o Brasil não possuía forças suficientes para atacar, sozinho, a cidade de Montevidéu, e, "posto que não fosse julgada provável", havia a hipótese de uma invasão paraguaia do território brasileiro.[29] Paranhos procurou ampliar o caráter dessa aliança de modo a que compreendesse uma ação em comum entre o Império e a Argentina contra o Paraguai, que foi recusada pelo Presidente argentino.[30] Mitre não podia compor-se formalmente com o Império, devido à reação interna que tal ato provocaria na oposição.

Cercada a Argentina por dois vizinhos em guerra, escreveu o Presidente Mitre a Urquiza, o Império era o que "puede hacernos más mal, y lo que hasta hoy nos ha hecho más bienes", enquanto com o Paraguai, "podemos tener en lo futuro cuestiones de interés nacional". A ação brasileira no Prata foi facilitada por esse Mitre, simpático ao Império por afinidade ideológica, decorrente dos dois países viverem sob governos liberais, e por interesses concretos. Assim, o jornal carioca "O Correio Mercantil" revelava, em setembro de 1864, ter aquele Presidente "a melhor boa vontade conosco" e, inclusive, seu Ministro da Marinha teria oferecido carvão aos vapores brasileiros que operavam na costa uruguaia. A boa vontade do Governo argentino era tal que permitia a Paranhos solicitar autorização para instalar Miguel Joaquim de Souza Machado, Vice-Cônsul Imperial em Paissandú, como espião em Corrientes, "para informar-nos das ocorrências que possam interessar-nos do lado do Paraguai".[31]

Em 23 de dezembro de 1864, Solano López iniciou a guerra contra o Brasil, enviando duas expedições, uma fluvial e outra terrestre, contra Mato Grosso. Enquanto isso, no Uruguai, Aguirre resistia à pressão militar brasileira, porque seu Governo tinha por objetivo "ser consecuente (...) con su aliado, el Gobierno Paraguayo" e estava convencido que este agiria "en consonancia" com Montevidéu.[32] A essa altura, o Governo uruguaio fora informado de que os paraguaios invadiriam, na primeira semana de dezembro, o Rio Grande do Sul, visando à manutenção da independência oriental.[33]

O Paraguai não atacou o sul do Brasil no prazo previsto e logo terminou o mandato presidencial de Aguirre e sucedeu-o outro "blanco", Tomás Villalba. Este estava sob a influência dos comerciantes, que se encontravam temerosos dos prejuízos ao comércio que adviriam do bloqueio de Montevidéu e de seu porto, declarado em 2 de fevereiro de 1865 por Tamandaré.[34] No dia seguinte à posse de Villalba começaram as negociações de paz com Paranhos. Em 20 de fevereiro foi assinado, com a aquiescência argentina, o Protocolo de Paz de Villa Unión, pelo Enviado brasileiro, por Manuel Herrera y Obes, representando o Presidente em exercício, e por Venâncio Flores, líder "colorado". Por esse documento Flores assumia a Presidência da República.[35]

O sucesso de Paranhos custou-lhe sua demissão. A justificativa do Governo Imperial para tal ato era a de não ter o acordo reparado a honra brasileira ultrajada pelo Governo "blanco". Este providenciara a queima, em praça pública, dos tratados de 1851 e, na ocasião, a bandeira imperial foi arrastada pelas ruas da capital uruguaia por "blancos" indignados com os acontecimentos de Paissandú, que caíra em mãos de Tamandaré e de seus aliados "colorados", os quais fuzilaram os defensores "blancos" dessa posição. Em Montevidéu, contudo, as forças brasileiras foram responsabilizadas pelo ato. Tamandaré, que bloqueava a capital, quis bombardeá-la como forma de desagravar o pavilhão imperial. Tal represália foi evitada graças aos argumentos de Paranhos sobre sua inconveniência política.[36]

Contava Solano López isolar o Império. Ao atacar Mato Grosso, que sabia desguarnecido em homens,[37] procurou não só garantir sua retaguarda, mas, provavelmente, apoderar-se de armamento que supunha existir nos quarteis dessa Província.[38] Informado da fraqueza militar do Brasil,[39] o Chefe de Estado paraguaio planejava bater as forças brasileiras que estavam operando no Uruguai e obrigar o Império a assinar a paz.[40]

Os planos de Solano López começaram a se inviabilizar com a rendição de Montevidéu e a tomada do poder no Uruguai pelos "colorados". Contudo, baseado na informação que lhe fora enviada por Urquiza, de que a Argentina seria neutra no conflito brasileiro-paraguaio,[41] e interpretando que tal neutralidade significava não criar obstáculos à ação paraguaia, Solano López decidiu invadir o Rio

Grande do Sul. Mesmo o Chanceler paraguaio, que, por sua condição, deveria ter uma melhor visão da realidade regional do que a estreita análise de seu Presidente, estava convencido da vitória militar sobre o Brasil.[42] Como conseqüência, as forças paraguaias invadiram Corrientes em 13 de abril de 1865, sem produzir os efeitos esperados. O General Urquiza não se levantou contra Mitre por temer prejuízos às atividades econômicas de Entre Ríos, caso esta fosse palco de uma guerra.[43] Ademais, a presença do Brasil na guerra, com sua poderosa esquadra no Prata, dificultaria, se não impediria, às províncias argentinas banhadas pelo rio Paraná manter comércio exterior.

A nota paraguaia, com a declaração de guerra, chegou a Buenos Aires em 8 de abril, mas Mitre já era conhecedor, no mínimo desde o início desse mês, de seu conteúdo e de que o território argentino seria invadido.[44] Dois dias antes do ataque paraguaio a Corrientes o jornal "La Tribuna", de Buenos Aires, escrevia que "antes de concluír esta semana, podremos anunciar (...) que se ha celebrado una triple alianza entre la República Argentina, el Império del Brasil y el Estado oriental, contra López".[45]

Ao atacar o território argentino, Solano López fazia o jogo de Buenos Aires, onde se preparava, desde o ano anterior, uma aliança com o Império. Em 18 de agosto de 1864, no encontro entre Elizalde e Saraiva, em Puntas del Rosário, chegou-se a um acordo sobre a necessidade de uma aliança argentino-brasileira para a solução pacífica das questões platinas, embora a formalização do acordo caberia à "prudência e ao patriotismo do Imperador e do General Mitre".[46]

A iniciativa da aproximação e do estabelecimento de uma aliança argentino-brasileira coube ao Presidente Mitre. Quando partiu para o Rio de Janeiro, no começo de abril de 1865, onde representaria o Governo argentino, José Mármol tinha instruções para trabalhar por uma aliança, em que se buscasse "ligar con el Brasil nuestros intereses". A política do Governo argentino foi bem sucedida, tendo sido estabelecida a aliança entre os dois países, a qual, conforme Mármol, foi fruto da diplomacia de Mitre.[47]

A possibilidade de uma cooperação argentino-brasileira existia desde o encontro de Elizalde com Saraiva no ano anterior, em Puntas del Rosário. O Tratado da Tríplice Aliança, contudo, não foi estabelecido à época, resultando, sim, da invasão paraguaia de Corrientes. Esta

precipitou os acontecimentos, tendo Francisco Octaviano de Almeida Rosa - enviado pelo Rio de Janeiro para substituir Paranhos no Prata - que agir por conta própria quanto ao conteúdo daquele acordo. Não possuía, esse diplomata, instruções sobre o assunto, mas apenas as de colaborar com o Governo de Flores e, ainda, de obter que a Argentina não dificultasse a ação brasileira contra Solano López.[48]

Para assinar o Tratado da Tríplice Aliança, Almeida Rosa baseou-se nas instruções gerais que recebera quando do início de sua missão. Nelas era estabelecido que, findo o conflito, o Governo paraguaio deveria pagar indenização de guerra; as fortalezas às margens do rio Paraguai deveriam ser arrasadas, como garantia da livre navegação e os limites brasileiro-paraguaios deveriam ser os propostos desde a década de 1850. Em 1º de maio de 1865, representantes da Argentina, Brasil e Uruguai, respectivamente, Rufino de Elizalde, Almeida Rosa e Carlos de Castro, assinaram o Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai. O texto desse acordo era secreto e estabelecia não somente a aliança militar, como ainda os pré-requisitos para o estabelecimento da paz. Também as fronteiras entre o país guarani e os vizinhos argentino e brasileiro foram previamente determinadas.[49]

Nas negociações, segundo Almeida Rosa, era intenção do Governo argentino de obter do Brasil todos os auxílios de guerra, mas sem assumir compromisso algum, de modo que, terminado o conflito, pudesse incorporar o Paraguai. Contudo, afirmava o Enviado Imperial, a intenção de Mitre foi frustrada "com a minha linguagem enérgica, com a perspectiva dos recursos militares e financeiros [do Brasil] e com a lealdade da aliança oriental". Os representantes britânico e espanhol em Buenos Aires confirmaram a resistência do Governo argentino em garantir a independência do Paraguai.[50]

No final, o artigo 9º do tratado de Aliança determinou que, terminada a guerra, seriam garantidas a independência, a soberania e a integridade territorial paraguaia. Tal integridade, porém, seria do que restasse de território ao país guarani, após ser aplicado o artigo 16º daquele tratado, pelo qual o Paraguai perdia para os aliados territórios até então sob sua soberania, ou, ainda, litigiosos. Por esse artigo coube à Argentina todo o Chaco Boreal - terras à margem direita do rio Paraguai, até a Bahía Negra, na fronteira com o Mato Grosso - e a margem esquerda do Paraná até o Iguaçu, ou seja, a área das Missões.

Ao Império coube o território pelo qual há anos mantinha disputa com Assunção, estabelecendo o documento da Aliança que a fronteira seria pela linha do rio Igurei, Serra do Maracajú e pelos rios Apa e Paraguai.

Pelo tratado de 1° de Maio, os Aliados se comprometiam, pelo artigo 6°, deporem as armas apenas em comum acordo e depois da derrubada de Solano López, ficando proibida qualquer iniciativa em separado de paz por um dos países aliados com o líder paraguaio. A derrubada do Presidente guarani apresentava-se ao Império como pré-requisito à paz, pois o líder paraguaio era o "guarda-costas" dos federalistas argentinos e dos "blancos" em Montevidéu, sendo sua deposição tida como uma questão de "segurança" pelo Governo Imperial.[51]

Terminado o conflito, o Paraguai deveria, segundo o artigo 14° do tratado de Aliança, pagar indenizações de guerra. Ao Governo que substituísse o de Solano López caberia indenizar todos os gastos de guerra feitos pelos Governos aliados, bem como os danos e prejuízos causados durante o conflito às propriedades públicas e particulares, por tropas paraguaias em territórios dos países vizinhos. Pelo documento de 1° de Maio, o comando-em-chefe dos exércitos aliados caberia ao Presidente Mitre, enquanto as operações se dessem em território argentino ou paraguaio. A nomeação do Presidente argentino para o comando supremo das forças aliadas foi um ato político do Governo Imperial, que temia ser visto como uma ameaça por outros países americanos, com ambições sobre o Paraguai, caso um brasileiro ocupasse tal posição.[52]

Os Aliados, em notas trocadas entre si, - as "reversais" - ressalvaram o direito da Bolívia de discutir suas prerrogativas sobre o Chaco Boreal. O Governo de La Paz manifestara pretensões sobre esse território pela primeira vez em 1852, quando protestara junto à Confederação Argentina por tê-lo reconhecido como de jurisdição paraguaia no tratado assinado com Assunção em 14 de setembro daquele ano. Foi assinado um protocolo, também em 1° de maio, que estabelecia a demolição da fortaleza de Humaitá e a proibição de o país guarani levantar, no futuro, outras fortificações que pudessem obstaculizar a livre navegação do rio Paraguai.

Convencido da curta duração da guerra, o Governo argentino apresentou ao Brasil, ainda em 1865, um projeto de paz. Tal projeto e

o texto do Tratado da Tríplice Aliança foram encaminhados, para um parecer, à Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado. O documento da aliança tinha sido aprovado pelo Gabinete Liberal, mas seu conteúdo, graças aos votos dos Conselheiros conservadores, foi duramente criticado no parecer dessa Seção, bem como a proposta argentina de paz.[53]

O parecer da Seção dos Negócios Estrangeiros classificou as estipulações do Tratado da Tríplice Aliança, referentes ao Chaco Boreal, como contrárias à política tradicional do Império, concebida no sentido de manter não só a independência do Paraguai, como também a parte de seu território necessária para separar a fronteira de Mato Grosso do contato direto com o território argentino. Como o tratado de aliança reconhecia também a área das Missões como argentina, estava ameaçada, conforme tal parecer, a independência paraguaia, pois o país guarani seria colocado num "abraço apertado" da Argentina, com o qual seria fronteiriço a leste e oeste, além de já o ser ao sul. Aumentava as suspeitas dos Conselheiros o fato de os artigos 8º e 9º do documento de aliança garantirem a citada independência pelo prazo de cinco anos no pós-guerra e não perpetuamente. Chamava-se a atenção para o fato de que as ilhas de Atajo, também conhecida como Cerrito, e Apipé, que não eram mencionadas no tratado de aliança, tornavam-se argentinas pelo projeto apresentado pelo Governo de Buenos Aires. Em tal documento, ressaltava-se, não constava a demolição da fortaleza de Humaitá e era restringida a ação da esquadra imperial em operações de bloqueio no futuro.

Frente ao fato de o tratado de aliança ser uma realidade, a Seção dos Negócios Estrangeiros afirmava que a melhor situação seria a de que a Argentina não tivesse "nem um palmo de costa" acima do rio Pilcomaio - o que acabou ocorrendo no pós-guerra. Caso Buenos Aires não concordasse em reduzir suas pretensões territoriais, sugeria-se que o Império ampliasse as suas, exigindo como linha divisória com o Paraguai não o rio Igurei, como estabelecia o documento de 1º de maio, mas, sim, o rio Iparreguaçu, ou, no mínimo, até o rio Aquidabã. Desse modo deixar-se-ia "uma presa mais limitada à futura absorpção argentina".

Almeida Rosa defendeu-se dessas críticas, argumentando que a política "tradicional" somente alimentava discórdias oriundas da

época colonial por meio de suspeitas e amesquinhamento da República Argentina. Para o Enviado Imperial, a política tradicional resultara para o Brasil em decepções e guerras no Prata, além de um "espantoso" crescimento da dívida pública. Acrescentava o diplomata que, o fato de continuar com tal postura, na ocasião em que se podia fazer a paz duradoura com Buenos Aires, somente poderia ser defendido por aqueles que não presenciavam os sofrimentos dos brasileiros na guerra que se estava travando contra o Paraguai. Por tais motivos, afirmava Almeida Rosa, "pertenço à escola dos que hão de aconselhar o Brasil a paz com seus vizinhos depreendendo-se das pretensões dos tratados portugueses".[54]

Além dessas considerações, anos depois o Senador Francisco Octaviano de Almeida Rosa acrescentava, na tribuna, outros argumentos em defesa dos termos que negociara para o Tratado da Tríplice Aliança, recordando "o momento crítico" no qual o documento fora assinado. O Brasil, afirmou ele, não podia contar com o apoio de outras nações, estava rompido com a Grã-Bretanha e encontrava-se isolado em relação às repúblicas vizinhas, em decorrência de questões de limites, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos mantinham uma atitude "inquieta" para com o Império. Contestava, também, as críticas que surgiram ao auxílio financeiro, em forma de empréstimo, concedido pelo Governo Imperial a Buenos Aires. O quadro era tão grave em 1865 que se o Governo argentino tivesse planejado aproveitar-se da situação "dar-lhe-íamos o dobro, o triplo e até seríamos obrigados a prestar-lhe contribuições gratuitas".[55]

Quanto à concordância com as pretensões argentinas sobre o Chaco, Almeida Rosa considerou sua atitude em aceitá-las uma "grande arte da política brasileira", pois, com isso, Buenos Aires reconheceu os limites do Império com o país guarani e contraiu "a obrigação de os defender à força das armas". Além disso, o território chaquenho não era, segundo Almeida Rosa, fértil nem povoado, sendo uma área que talvez não fosse ocupada sequer no século XX. Ademais, ao aceitar as pretensões territoriais de Buenos Aires, pensava o diplomata brasileiro facilitar a definição dos limites entre o Império e a Argentina, evitando "criar embaraços à solução de nossos interesses ou suscitar na República a idéia de que a pretendíamos diminuir".[56]

Almeida Rosa também respondeu às críticas do Conselho de

Estado por não constar do Tratado da Tríplice Aliança, mas em protocolo anexo, a demolição das fortificações paraguaias nos rios em que houvesse outro país ribeirinho. Assim ocorreu, conforme Almeida Rosa, porque a Argentina localizava-se na foz ou águas baixas dos rios brazileiros e não podia aceitar, "sem cerimônia", o princípio de que as nações ribeirinhas, em tais circunstâncias, não pudessem ter fortificações, as quais somente o país ribeirinho das nascentes poderiam possuir, o que seria claro benefício ao Brasil, em desvantagem do aliado. Peguntava aquele Enviado se o Império "quer francamente dizer isso à Bolívia e ao Peru, para o Amazonas e seus afluentes", cuja foz, e não a nascente, localizava-se em território brasileiro. Lembrava, ainda, que somente o Brasil tinha uma esquadra e que Tamandaré recebera ordens de arrasar as fortificações paraguaias, o que tornava de somenos importância fazer constar tal determinação no tratado de 1º de Maio, pois a execução da medida dependia unicamente do Império.[57]

O texto argentino para o projeto de paz parecia, aos Governantes do Império, uma tentativa de Buenos Aires para criar as condições necessárias para anexar o Paraguai no pós-guerra. Já um contra-projeto brasileiro, apresentado em 1866, ao propor a manutenção das tropas aliadas no país guarani, mesmo depois de assinada a paz, poderia ser interpretado como uma tentativa de estabelecer um protetorado, quando, na verdade, buscava evitar, com a presença de forças imperiais, que a influência argentina viesse a ameaçar a independência paraguaia. A ascensão ao poder, no Brasil, dos conservadores, em 1868, e, nesse mesmo ano, de Domingo Faustino Sarmiento à Presidência da Argentina, um adversário da política mitrista de cooperação com o Império, pôs fim a um redirecionamento das relações brasileiro-argentinas, no qual a cooperação superava a rivalidade. Daí as divergências , no pós-guerra entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires sobre a reorganização política e definição de fronteiras do Estado paraguaio, que quase levaram a um conflito armado brasileiro-argentino.[58]

A guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai resultou do próprio processo histórico do Rio da Prata e não da ação exógena do "imperialismo britânico", como aponta uma corrente revisionista, sem base documental. São variáveis explicativas para esse conflito as questões de fronteiras e a instabilidade na balança de poder no Prata, criada pela necessidade do comércio exterior paraguaio de obter um

porto marítimo e apresentando-se, para tanto, o de Montevidéu. O pano de fundo dessas variáveis, porém, é o da definição e consolidação dos Estados Nacionais na região. No contexto que originou a guerra de 1864-1870, estavam em jogo a consolidação do Estado centralizado argentino e a existência de Uruguai e Paraguai como Estados "tampões" no Prata, em posição política subalterna e com economias periférias em relação às duas potências regionais, Argentina e Brasil. Quanto ao Estado brasileiro, seu espaço territorial estava em risco, devido à fragilidade do contato entre Mato Grosso e o resto do Império, feito, quase exclusivamente, pela navegação do rio Paraguai. É de se especular, mesmo, se um reordenamento do equilíbrio de poder no Prata, como ambicionava Solano López não teria ameaçado a própria permanência do Rio Grande do Sul no Império. Afinal, os gaúchos tinham uma tradição autonomista e, mais ainda, republicana, contida por sua dependência econômica do mercado brasileiro, consumidor da produção de charque dessa Província.

A invasão paraguaia do Brasil e da Argentina criou as condições para a assinatura por esses dois países e pelo Uruguai do Tratado da Tríplice Aliança. Embora resposta à agressão militar ordenada por Solano López, tal tratado inseria-se em um projeto maior, do Presidente argentino Bartolomé Mitre, de pôr fim às relações de rivalidade brasileiro-argentinas, substituindo-as por uma hegemonia compartilhada.[59]

Essa tentativa de aliança entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires não conseguiu, porém, ultrapassar a mera conveniência passageira, o que provocou seu fim com a vitória militar sobre Solano López e a realização dos objetivos específicos de cada um dos países aliados. No Brasil, os liberais no poder até 1868, assustados com as críticas dos conservadores, que haviam elaborado a política tradicional de contenção da Argentina no Prata, não tiveram a ousadia e a competência de elaborar uma política com novas diretrizes para a região. Com isso, os conservadores, ao retornarem ao Governo, tiveram facilitada a retomada da política tradicional, pela qual a Argentina era considerada um inimigo potencial, a ser contido. Pondo fim àquela tentativa de hegemonia compartilhada, do lado argentino assenhoraram-se do poder, também em 1868, políticos impregnados de desconfianças contra o Estado Monárquico brasileiro e inimigos da política externa mitrista.

Não se realizou, portanto, o potencial do Tratado da Tríplice Aliança, o de ser o marco de uma nova fase das relações brasileiro-argentinas, com projeção extra-regional. Isso seria possível porque o Império e a Argentina, juntos, tinham fronteiras com todas as nações da América do Sul e a consolidação da aliança entre os dois países teria levado a uma nova correlação de forças não só nas relações intra-continentais, como também na inserção dos dois países no contexto internacional.

Notas

1 Francisco F. Monteoliva DORATIOTO, *A Guerra do Paraguai*, São Paulo: Brasiliense, 1991, Série "Tudo é História", n. 138, p. 38-39.

2 José Maria da Silva PARANHOS para o Marquês de CAXIAS, sem data [1855], in: Wanderley PINHO, *Cotegipe e seu Tempo*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937, Série Brasiliana, v. 85. p. 442-444.

3 Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral do Império [doravante: RRNE], 1858, p. 39.

4 Francisco Adolpho de VARNHAGEN para o Chanceler José Maria da Silva PARANHOS, Montevidéu, 20/7/1859. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação do Brasil no Paraguai - Ofícios Enviados, [doravante: AHI-LBPOE] 201-1-9.

5 Antonio Pedro de Carvalho BORGES para o Chanceler MAGALHÃES TAQUES, Assunção, Particular, 5/1/1862 e Confidenciais de 24/2 e 2/4/1862. idem, 201-1-10.

6 Luiz Alberto MONIZ BANDEIRA, *O Expansionismo Brasileiro; o papel do Brasil na Bacia do Prata: da colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, p. 161-162.

7 Idem, ibidem, p. 222-225.

8 Id., ibid., p. 219.

9 Id. 220.

10 Amado Luiz CERVO, *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1822-1889)*, Brasília: Editora da UnB, 1981, p. 88-89.

11 José Pedro BARRÁN, *Apogeo y Crisis del Uruguay Pastoril y Caudillesco*, Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1982, p. 70.

12 Enrique Arocena de OLIVEIRA, *Apogeo y Evolución de la Diplomacia Uruguaya, 1828-1948*. Montevideo: Imprenta del Palácio Legislativo, 1984, p. 90-91.

13 José Pedro BARRÁN, op. cit., p. 81. Enrique Arocena OLIVEIRA, idem, p. 90 e 92. Efraím CARDOZO, *Vísperas de la Guerra del Paraguay*, Buenos Aires: El Ateneo, 1954, p. 129.

14 Nota de José BERGES, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, para o Chanceler Rufino de ELIZALDE, Assunção, 6/9/1863. Archivo del General Mitre [doravante: AGM], v. II, p. 41. ELIZALDE para Mariano BALCARCE, Ministro argentino em Londres, Buenos Aires, 9/10/1863. Archivo de Rufino de Elizalde [doravante: ARE], v. IV, p. 100. SOLANO LÓPEZ para MITRE, Assunção, 20/12/1863. AGM, T. II, p. 37. MITRE para SOLANO LÓPEZ, Buenos Aires, 29/2/1864. idem, ibid, p. 58

15 Joaquim NABUCO, *Um Estadista no Império: Nabuco de Araújo*, São Paulo: Progresso, s.d., v. II, p. 163. José I. GARMENDIA, Oficial da Legação Argentina, para ELIZALDE, Rio de Janeiro, 5/5/1864. ARE, v. IV, p. 372.

16 Sessão da Câmara de 5/4/1864, in: Hélio LOBO, *Antes da Guerra (A missão Saraiva ou os Preliminares do Conflicto com o Paraguay)*. Rio de Janeiro: Instituto

Histórico e Geográfico Brasileiro, 1914, p. 38. Joaquim NABUCO, idem, ibid., p. 163. Luiz A. Moniz BANDEIRA, op. cit., 232-233.

17 Amado Luiz CERVO, op. cit., p. 16.

18 Rui Guilherme GRANZIERA, *A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil; Moeda e Vida Urbana na Economia Brasileira*. São Paulo: HUCITEC; Campinas: UNICAMP, 1979.

19 BLANCO DEL VALLE, Ministro Residente, Ofício 52, Rio de Janeiro, 9/5/1864. *Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores - Consulado e Legación en Brasil* - Espanha, Legajo 1416.

20 "Instruções da Missão Confiada em 1864 ao Conselheiro Saraiva", Rio de Janeiro, 20/4/1864. in: Hélio LOBO, op. cit., p. 292-294. SARAIVA para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Montevidéu, 14/5/1864, in: Luiz A. Moniz BANDEIRA, op. cit., p. 305 e 233.

21 Hélio LOBO, idem, p. 299-300. General Augusto TASSO FRAGOSO, *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934, v. I, p. 123.

22 Joaquim NABUCO, op. cit., v. II, p. 176-177 e 303. General Augusto TASSO FRAGOSO, idem, ibidem, p. 128.

23 R. U. BARTOLANI, representante italiano, para ELIZALDE, Particular, Montevidéu, sem data. ARE, v. II, p. 389.

24 Nota do Governo paraguaio à Legação brasileira em Assunção, 30/8/1864. RRNE, 1865, p. 173-174.

25 ZACARIAS, Sessão do Senado de 4/8/1866. Anais do Senado [doravante: AS], 1866, v. IV, p. 11. ELIZALDE para SARAIVA, Buenos Aires, 11/10/1864. ARE, T. IV, p. 395.

26 José dos Santos BARBOSA para PAES BARRETO, Reservado n. 2, 26/2/1864. AHI, "Repartições Consulares Brasileiras - Assunção", 238-3-2. VIANA DE LIMA para DIAS VIEIRA, Ofício Confidencial e Reservado, cifrado, Assunção, 19/9/1864. idem, LBPOE, 201-1-10. Idem, Confidencial e Reservado, 10/10/1864. ibidem. Ocorreu o contrário do que pensara a elite paraguaia, com seus membros, durante a guerra, sendo presos, torturados e mortos por Solano López, que se apoderou de suas propriedades, jóias e dinheiro.

27 VIANA DE LIMA para DIAS VIEIRA, idem e 10/10/1864. ibidem. VIANA DE LIMA para Vice-Almirante TAMANDARÉ, Confidencial, Assunção, 13/10/1864. id.

28 Nota do Governo paraguaio à Legação Imperial, Assunção, 12/11/ 1864. RRNE, 1865, p. 180.

29 PARANHOS, Sessão do Senado de 5/6/1865. AS, 1865, v. II, Apêndice, p. 7-10.

30 Barão do RIO BRANCO, *Visconde do Rio Branco*, Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1947, Obras do Barão do Rio Branco, v. VII, p. 189. PARANHOS para o Barão de COTEGIPE, Rio de Janeiro, 6/10/1871. Arquivo do Barão de Cotegipe - Instituto Histórico e Geográfico, Brasileiro, Lata 922, Pacote 31.

31 MITRE para URQUIZA, Buenos Aires, 27/1/1865. AGM, v. II, p. 123. "Do correspondente em Montevidéo", *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 17/9/1864. Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro, Microfilme PRSPR-1(4). PARANHOS para MITRE, Particular e Reservada, sem local, 7/12/1864. ARE, v. IV, p. 399.

32 AGUIRRE para Domingo ENENO, Montevidéu, 07/12/1864. Archivo General de la Nación - Argentina [doravante: AGNA], Archivo del General Justo José Urquiza, VII, Tomo 269.

33 Antonio de las CARRERAS para URQUIZA, Montevidéu, 07/12/1864. Idem, ibidem.

34 José Pedro BARRÁN, op. cit., p. 88.

35 "Protocollo de Negociação da Paz celebrada em Villa de União", 20/2/1865. RRNE, 1865, p. 157.

36 Baptista PEREIRA, *Figuras do Império*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1931, Série Brasiliana, v. 1, p. 12.

37 "Declaración del indio brasilero desertor de las fuerzas de Coimbra, José Antonio Acosta", 10/10/1864. ANA, v. 340, n. 11.

38 Arturo BRAY, *Solano López, Soldado de la Gloria y del Infortúnio*. 2a. edição, Asunción/Buenos Aires: Editorial Nizza, 1958, p. 200.

39 José BRIZUELA, Agente Comercial paraguaio, para Chanceler José BERGES, Montevidéu, 30/12/1864. Archivo General de la Nación - Argentina, "Paraguay - Vários", X-1-9-12.

40 Conforme José Vásquez SAGASTUME, à época representante uruguaio em Assunção, in: Hélio LOBO, op. cit., p. 276.

41 SOLANO LÓPEZ para URQUIZA, Assunção, 14/1/1865. AGNA, Sala VII, Archivo del General Justo José Urquiza, Tomo 270.

42 José BERGES para José MÁRMOL, Assunção, 31/1/ 1865. AGNA, "Colección de José Mármol - Correspondencia", VII-20-4-8, Documento 7671.

43 URQUIZA para MITRE, San José, 29/12/1864. AGM, v. II, p. 44.

44 ALMEIDA ROSA, Montevidéu, "Conversa com Mármol, 2 de abril ás 6-7 h. da tarde". AHI, Missão Francisco Octaviano, 272-1-20. Cônsul da Argentina Adolfo SOLER para ELIZALDE, Assunção, 9/3/ 1865 Archivo del Ministério de Relaciones Exteriores y Culto, "Paraguay - Correspondencia Diplomática y Consular", Caixa 51, Pacote 1.

45 "Corrientes amenazado!" e "Triple Alianza", *La Tribuna*, Buenos Aires, 11/4/1865. Biblioteca del Congreso, sem classificação.

46 SARAIVA para ELIZALDE, Rio de Janeiro, 22/9/1864. ARE, v. IV, p. 394.

47 ELIZALDE para MÁRMOL, Confidencial, Buenos Aires, 29/1/1865. AGNA, VII-2-4-8. MÁRMOL para MITRE, Rio de Janeiro, 04/5/1865. Archivo Inédito del General Bartolomé Mitre, documento n. 6891.

48 ALMEIDA ROSA para DIAS VIEIRA, Confidencial, Buenos Aires, 20/4/1865. AHI, 272-1-21.

49 O Tratado da Tríplice Aliança e seus anexos encontram-se publicados no RRNE, 1872, Anexo 1, p. 1-28.

50 ALMEIDA ROSA para DIAS VIEIRA, Confidencial, Buenos Aires, 25/4/1865. AHI, 272-1-21. A informação sobre Thornton encontra-se em Joaquim NABUCO, op. cit., v. II, p. 207. Carlos CREUS para Ministerio de Asuntos Exteriores, Ofício 36, Buenos Aires, 26/5/1865. Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (Espanha) "Política Exterior Argentina", Legajo 2313.

51 ZACARIAS, Sessão do Senado de 26/6/1869. AS, 1869, v. II, p. 285.

52 ALMEIDA ROSA, Sessão do Senado de 13/7/1870. AS,1870, v III,p. 88

53 Joaquim NABUCO, op. cit., v. IV, reproduz na íntegra o projeto argentino às p. 244-252, bem como o Parecer da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado às p. 229-231. Veja-se também v. II, p. 207-238.

54 ALMEIDA ROSA para SARAIVA, Buenos Aires, 26/4/1866, in: Wanderley PINHO, *Cartas de Francisco Octaviano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 160-161.

55 ALMEIDA ROSA, Sessão do Senado de 13/7/1870. AS, 1870, v. II, p. 98.

56 ALMEIDA ROSA para DIAS VIEIRA, Buenos Aires, 04/5/1865. documento anexo à Ata do Conselho de Estado de 30/9/1865. Biblioteca de Brasília, Microfilme 02/72. ALMEIDA ROSA para SARAIVA, Buenos Aires, 26/4/1866, in: Wanderley PINHO, *Cartas de...* p. 162.

57 ALMEIDA ROSA para SARAIVA, Buenos Aires, 26/4/1866. idem, ibid.

58 Francisco F. Monteoliva DORATIOTO, *As Relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai*, Dissertação de Mestrado (1989), Departamento de História da Universidade de Brasília, mimeo, v. II, cap. IV.

59 A expressão "hegemonia compartilhada" retiro de Germán O. TJARKS, "Nueva luz sobre el origen de la Triple Alianza". *Revista Histórica*, Buenos Aires: Instituto Histórico de la Organización Nacional, Año I, n. 1, Octubre-Diciembre, 1977, p. 131-171.

Fontes Primárias

1) Impressas

Anais do Senado - Brasil.
Archivo del General MITRE (Buenos Aires, La Nación, 1910).
Correio Mercantil (Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro).
El Doctor Rufino de Elizalde y su Epoca Vista a Traves de su Archivo. Buenos Aires, Facultad de Filosofia y Letras, Universidad de Buenos Aires, v. IV, 1974.
Jornal do Commércio (Biblioteca do Senado - Brasília).
Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral do Império.
La Tribuna (Biblioteca del Congreso - Buenos Aires).

2) Manuscritas

Archivo General de la Nación - Argentina.
Archivo Inédito de Mitre - Museo y Casa de Mitre - Argentina.
Archivo del Ministério de Relaciones Exteriores y Culto - Argentina.
Archivo Nacional de Asunción - Paraguai.
Archivo del Ministério de Asuntos Exteriores - Espanha.
Arquivo do Barão de Cotegipe - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Brasil.
Arquivo Histórico do Itamaraty - Brasil.

ABSTRACT

At exactly one hundred and thirty years ago, on May 1st., 1865, the Treaty of the Triple Alliance was signed by allied Argentina, Brazil and Uruguay to stand up to Paraguay. This was one of the most important international treaties in the history of the three signatory countries. It has, indeed, on one hand, allowed the creation of minimal military and political conditions to face up to and triumph over the Paraguayan Chief of State, Francisco Solano López. On the other hand, the Treaty of May 1st. 1865 established an unprecedented cooperation between Brazil and Argentina, the relations of which having been of rivalry since the colonial period. The context that led to the signing of such a document, as well as the meaning of its contents, are the object of this article.

Notas

A contribuição científica da Conferência Internacional sobre Estado e Nação na História das Relações Internacionais dos Países Americanos

Brasília abrigou, entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro de 1994, a INTERNATIONAL CONFERENCE ON STATE AND NATION IN THE HISTORY OF INTERNATIONAL RELATIONS OF AMERICAN COUNTRIES. Organizada pelo Professor Amado Luiz Cervo, membro do *bureau* científico da Comissão de História das Relações Internacionais (Comité Internacional de Ciências Históricas), e conduzida pelo grupo de historiadores da Universidade de Brasília que vem se dedicando ao estudo das relações internacionais, a Conferência foi um marco para a evolução dos estudos nesse campo no Brasil e na América.

Ao longo de três dias, especialistas oriundos de várias partes do continente americano, da Europa, Ásia e Austrália, reuniram-se pela primeira vez na América, sob os auspícios da Comissão de História das Relações Internacionais. A primeira contribuição científica da Conferência foi a própria oportunidade criada pelo convívio acadêmico dos membros americanos da Comissão com seus pares dos demais continentes. Os números da participação são significativos na demonstração da representatividade científica da Conferência: 58 participantes e 50 comunicações apresentadas.

Do ponto de vista da representação por país os dados são os seguintes: 16 países se fizeram participar totalizando, das Américas, 21 brasileiros, 17 argentinos, 2 colombianos, 2 norte-americanos, 1 canadense, 1 equatoriano e 1 chileno. Da Europa vieram 5 italianos, 2 franceses e 1 norueguês. Houve ainda a presença de 2 representantes de Israel e 1 da Austrália.

A relevância quantitativa indica a amplitude científica da Conferência. Outra interessante curiosidade numérica veio a ser o equilíbrio bastante evidente entre participantes do sexo feminino e masculino. Participaram 20 mulheres e 38 homens, o que traduz a forte presença

intelectual das pesquisadoras latino-americanas nas discussões historiográficas acerca do Estado e da Nação na História das Relações Internacionais.

A segunda contribuição da Conferência advém de seu alto nível científico. As discussões que se processaram foram consideradas cruciais para o desenvolvimento da própria disciplina e do tema proposto pela organização. As palavras finais do Presidente da Comissão de História das Relações Internacionais, René Girault, sublinharam, em particular, a criatividade das questões postuladas pelos estudiosos latino-americanos.

Ao longo dos três dias, os conferencistas procuraram responder a questões como as seguintes: que vínculos existem entre política exterior, relações internacionais, ritmos de desenvolvimento e crescimento? Que tem a ver a política exterior com o atraso econômico e com as possibilidades de superá-lo? Qual a força das Nações e das Regiões na conformação da História das Relações Internacionais dos países americanos?

Essa valiosa contribuição qualitativa do Congresso foi também observada por Brunello Vigezzi, Secretário Geral da Comissão de História das Relações Internacionais, quando lembrou o diálogo que se estabeleceu entre tradições interpretativas diversas, mas que têm muito a colaborar para o desenvolvimento da própria disciplina.

Embora concebido como uma conferência voltada para a avaliação dos produtos históricos herdados da conduta dos Estados e Nações nas relações internacionais dos países americanos, a Conferência ultrapassou esses objetivos. Ela proporcionou algo mais profundo que foi o encontro enriquecedor de duas tradições historiográficas na disciplina da História das Relações Internacionais.

A primeira, mais consolidada, vinda do Norte, trouxe para os países americanos temas e abordagens próprias ao estudo da complexidade do movimento das relações internacionais ao longo dos últimos séculos. Por meio dos seus avanços, a historiografia americana ultrapassou a compreensão do empírico e caminhou na busca de regularidades, regras e lições de bom senso. Foi nessa caminhada que a leitura de Renouvin, Duroselle, Girault, Vigezzi, entre outros, auxiliou a análise dos temas da inserção internacional do continente americano na evolução das relações internacionais nos dois últimos séculos.

Mas a outra tradição, em desenvolvimento deste lado do Atlântico, ainda carente de uma teoria consistente, tem avançado celeremente à busca de seus próprios paradigmas. As comunicações dos jovens histo-

riadores presentes e dos seus mestres latino-americanos mostraram, no Congresso de Brasília, essa fértil trajetória.

Assim, os temas da paz, da guerra, das alianças, da construção da potência e do prestígio, que foram os temas que dominaram a primeira *tradição, não pareceram suficientes frente aos desafios interpretativos das* relações internacionais da América e, em especial, da América Latina.

Uma terceira importante contribuição do Congresso foi a constatação de que ainda carece o continente de uma teoria das relações internacionais adaptada aos problemas do Sul, da América Latina, do Continente.

Isso não quer dizer que não houve avanços conceituais. Avançou-se na compreensão do Estado e da Nação nas relações internacionais. O tema, que é universal, teve, nas mais diversas abordagens realizadas, avanços substanciais.

O continente americano foi amplamente investigado. Abordado em torno daquilo que seus Estados têm mais em comum: a formação das Nações e o impacto dos nacionalismos, as diferentes construções políticas e ideológicas acerca da Nação, a formação e crise do modelo de Estado-Nação que se constituiu nas Américas e cuja inspiração foram os modelos herdados das Revoluções burguesas européias dos séculos XVIII e XIX, a retomada do multiculturalismo, dos temas dos espaços regionais, dos grupos étnicos e nacionais silenciados pelo processo violento de construção do Estado-Nação, as políticas exteriores, os conflitos, a paz e a segurança, a economia, as relações regionais e a globalização.

Aprofundou-se, em especial, o âmbito das relações bilaterais de alguns dos países americanos, uns com os outros, e para fora das Américas, em diferentes perspectivas. Abordou-se, em análise comparada, alguns casos do nacionalismo como força profunda nas relações internacionais do continente.

Encerrado o Congresso de Brasília, ficou a sensação de que não se formulou uma solução a todos os problemas postulados. Sequer foi definida uma periodização, como proposto na primeira sessão do Congresso. Ao mesmo tempo, não houve a preocupação de se produzir um balanço acabado e completo dos estudos na Região.

Entretanto, pode ser afirmado que a International Conference on State and Nation in the History of International Relations of American Countries ampliou a problemática em torno da construção do Estado e da Nação na História das Relações Internacionais dos Países Americanos. A

sensação dos presentes foi a de que, em Brasília, deu-se passo fundamental na construção de novos padrões de interpretação que necessitarão ser desenvolvidos nos anos próximos. Uma agenda para novos encontros e temas específicos foi acordada. Ela passou por Buenos Aires em novembro de 1994 (Jornadas Internacionales - Argentina y Brasil en el MERCOSUR: políticas comunes y alianzas regionales - Universidad de Buenos Aires e Universidade de Brasília) e se estenderá a Montreal em 1995, no contexto da próxima reunião da Comissão de História das Relações Internacionais.

Poder-se-ia dizer que em Brasília os pesquisadores se beneficiaram da fragmentação e da multiplicidade de estudos de casos apresentados. Mas ficou igualmente a sensação da obra inacabada, como na sinfonia de Schubert. Ficou claro que ainda há muito a se fazer e que há um novo problema de conhecimento cuja síntese, no futuro, através do esforço definitivo de explicação, somente novos resultados de novas pesquisas tornarão possível. Para todos os presentes em Brasília ficou a satisfação com o início da realização de uma grande obra coletiva.

Há ainda uma quarta contribuição científica da Conferência que merece destaque. Ela advém da aproximação propiciada pelo encontro de especialistas latino-americanos que só se conheciam pelas obras lidas mutuamente. Em especial, no que se refere ao encontro da intelectualidade argentina com a brasileira, a perspectiva parece ser animadora.

Foi nesse ambiente frutífero que se abriu a possibilidade de nascimento de uma futura associação latino-americana de historiadores das relações internacionais. Foi dado passo importante nessa direção por meio do Grupo de Enlace dos historiados das relações internacionais da América Latina e a Comissão Internacional de História das Relações Internacionais. Fortaleceu-se, em Brasília, em um mesmo ato, a Comissão Internacional e as especificidades da busca que ora se faz no âmbito da historiografia latino-americana das relações internacionais.

Finalmente, deve ser reputado o esforço de consolidação de todas essas discussões e resultados na obra organizada por Amado Luiz Cervo e Wolfgang Döpcke. Os dois organizadores acabam de lançar, em formato de livro, os anais da Conferência. O livro *Relações internacionais dos países americanos; vertentes da História*, publicado pela Linha Gráfica Editora (1994) ainda manterá viva a efervescência acadêmica do Congresso de Brasília.

José Flávio Sombra Saraiva

O sesquicentenário do nascimento do Barão do Rio Branco

Em 20 de abril de 1995, comemorar-se-ão 150 anos do nascimento do Barão do Rio Branco.

A academia diplomática brasileira, Instituto Rio Branco, foi criada em 1945, no primeiro centenário de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o patrono da nossa diplomacia.

Qual a importância que tem hoje Rio Branco, Por que é ele o patrono da diplomacia brasileira? Isto se deve a dois fatores: a) a consolidação das fronteiras brasileiras, de que foi o grande construtor; b) o prestígio que sua atividade diplomática atribuiu à diplomacia do Brasil. Para entendermos isso, será necessário lembrar sua vida e sua obra.

Rio Branco nasceu em 1845, de uma família tradicional e faleceu em 1912, no seu gabinete de trabalho de Ministro das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, coroado por uma obra diplomática notável, que desenvolveu durante dez anos como Chanceler.

Seu pai, o Visconde do Rio Branco, teve um papel importante na política e na diplomacia do Império brasileiro, havendo inclusive dirigido o Itamaraty, e despertou no filho o amor pela coisa pública. O jovem Rio Branco formou-se em direito, mas desde cedo revelou a paixão pelos estudos históricos que se manifestaria plenamente na sua maturidade.

Tentou algumas profissões: professor, jornalista, advogado; foi deputado em duas legislaturas. Em 1876, foi nomeado Cônsul Geral em Liverpool, na época uma posição importante, e ali viveria até 1895. Na Inglaterra, e na França – onde instalara a família e que visitaria regularmente – pesquisava incansavelmente arquivos e antiquários, reunindo livros e mapas sobre a formação do Brasil. Em 1893, foi convidado a atuar como advogado do Brasil na questão de Palmas, com a Argentina, apresentada para arbitragem perante o Presidente dos Estados Unidos da América. Para usar os conceitos de Maquiavel, essa oportunidade surgiu de uma combinação perfeita da *virtù* com a *fortuna*. O súbito falecimento, em Washington, do diplomata incumbido dessa missão, o Barão Aguiar de Andrada (que já havia negociado a questão com os argentinos, em 1876 e 1877), fez com que o Itamaraty precisasse encontrar rapidamente um substituto à altura, e o nome de Rio Branco foi lembrado como estudioso da história das nossas fronteiras.

Nomeado, Rio Branco não teve tempo para vir ao Brasil.Dirigiu-se diretamente para Washington e ali preparou o memorial brasileiro, que hoje podemos examinar nas suas Obras Completas, uma apresentação exaustiva das razões do Brasil, que nos assegurou decisão favorável por parte do Presidente Grover Cleveland.

Vale notar que o árbitro argentino, Estanislau Zeballos, cuja vida pública mostra um estranho entrelaçamento com a de Rio Branco, foi também escolhido para essa função devido ao falecimento do advogado titular da Argentina, Nícolas Calvo.

A vitória do Brasil no arbitramento de Palmas deu fama imediata a Rio Branco, transferido de Liverpool para Berlim e logo escolhido, em 1899, para resolver outra questão de limites, a do Amapá, com a França, atuando como árbitro o Conselho Federal Suíço, ou seja, o Poder Executivo daquele país. Foi a segunda vitória de Rio Branco, que expandiu e fortaleceu seu conceito, e crescente popularidade.

Como Chanceler, cargo para o qual foi convidado pelo Presidente Rodrigues Alves, e que aceitou com relutância, Rio Branco conduziu a negociação e a solução arbitral de outras questões de limites: a da Guiana, com a Grã-Bretanha, pelo Rei da Itália, com ganho apenas parcial para o Brasil, e na qual Joaquim Nabuco foi o nosso advogado; a do Acre, com a Bolívia, mediante o Tratado de Petrópolis; e outras de menor importância.

Este, o primeiro elemento que explica a importância que tem hoje o Barão do Rio Branco. Seu trabalho de *legalização das nossas fronteiras*, desde os últimos anos do século passado, legou aos brasileiros deste final de século um pecúlio de paz e tranqüilidade. Quase todos os nossos vizinhos na América do Sul têm problemas lindeiros entre si: a Argentina com o Chile, a Bolívia com o Chile e o Peru, o Peru com o Equador, a Venezuela com a Guiana, o Suriname com a Guiana Francesa. Já o Brasil, embora com fronteiras muito mais extensas, tocando dez países, não tem, praticamente, problemas fronteiriços: com o Uruguai há uma questão de demarcação a resolver, de menor importância; com a Venezuela, tivemos recentemente problemas na fronteira, causados pelo cruzamento da linha fronteiriça, da selva amazônica, por garimpeiros, mas não há problema de fronteira, propriamente: a linha fronteiriça é estável e reconhecida mutuamente, embora sua demarcação seja insuficiente, por cruzar vasta área desabitada e coberta por vegetação luxuriante.

Rio Branco foi o grande herói nacional na primeira década do século XX, um herói unânime. Seu nome tornou-se querido não só das

elites intelectuais e políticas, mas do povo das grandes cidades, especialmente do Rio de Janeiro, onde era saudado por onde passava. Tendo permanecido à frente da Chancelaria durante toda uma década, ao longo de três períodos presidenciais, *Rio Branco transferiu para o Itamaraty seu prestígio pessoal, legando aos diplomatas brasileiros um alto conceito interno*, que persistiu depois de sua morte – é um impulso que se vem mantendo até hoje, em parte graças à profissionalização da diplomacia brasileira, com Getúlio Vargas, a partir dos anos 1930, que preservou o Itamaraty em grande parte do *spoils* system da disputa política. Este, o segundo e importante aspecto da sua contribuição à diplomacia de hoje.

Durante largo período, a sociedade brasileira delegava ao Itamaraty a formulação e a execução da política externa. Depois de Rio Branco, a classe política deixou de constituir uma influência predominante nesse setor – ao contrário do que acontecia no Império, por exemplo. As relações exteriores foram confiadas fundamentalmente a uma diplomacia profissional, com alguns breves hiatos, um dos quais na primeira fase do governo autoritário, entre 1964 e 1967 ou 1968, quando o pensamento militar influenciou notavelmente a condução da diplomacia. Naturalmente, com a abertura da sociedade, as transformações por que está passando, parece que chegamos ao fim desse período, e cada vez mais outros setores, grupos e estamentos da sociedade passarão a exercer influência crescente sobre a vida externa do Estado, pluralizando por assim dizer as raízes da nossa diplomacia.

Sérgio Bath

Jean-Baptiste Duroselle: morte do grande historiador das relações internacionais

O historiador francês Jean-Baptiste Duroselle morreu em 12 de setembro de 1994 aos 76 anos, deixando uma imensa obra centrada sobre a história das relações internacionais contemporâneas e os problemas da política externa francesa neste século. Seu último livro, *La Grande Guerre des français, 1914-1918*, estava previsto para publicação em outubro (Perrin), no seguimento das comemorações da Primeira Guerra Mundial, que o tinha visto nascer, em 1917. O livro é dedicado a Albert Duroselle, seu pai, ferido em combate em 1916, e a Pierre Renouvin, também ferido no mesmo conflito e amputado do braço esquerdo.

Discípulo e sucessor de Pierre Renouvin, ele não tinha entretanto começado sua carreira na área das relações internacionais, já que sua tese de doutoramento tinha sido dedicada aos *Débuts du catholicisme social en France, 1822-1870*. Antigo aluno da Ecole Normale Supérieure, tornou-se professor aos 32 anos, foi recebido na Sorbonne como primeiro assistente em história contemporânea, passou pelas universidades de Sarreburck e de Lille, antes de voltar a Paris, para o Instituto de Estudos Políticos e como professor na Sorbonne, aos 47 anos. Ele também ensinava regularmente na Universidade de Bolonha e em diversas universidades norte-americanas, entre as quais Harvard e Notre Dame (Indiana).

No campo da história das relações internacionais, ele manifesta interesse não só pela política externa francesa, mas igualmente pela de outros países. Publicou, em 1961, *De Wilson à Roosevelt, politique étrangère des États-Unis 1913-1945* (Armand Colin) e, em 1976, um estudo sobre *La France et les États-Unis* (Seuil).

Sua obra de estudioso das relações internacionais, da história diplomática européia e de analista implacável da política externa da França, é imensa, mas também é importante sua reflexão como teórico nesse setor. Data de 1964 sua obra metodológica em colaboração com Pierre Renouvin, *Introduction à l'Histoire des relations internationales* (Armand Colin), na qual eles chamam a atenção para as "forças profundas da história" (os interesses econômicos e financeiros, as mentalidades coletivas, as grandes correntes políticas). Sua *Histoire diplomatique de 1919 à nos jours* permanece o trabalho de referência na área, intensamente utilizado por gerações de diplomatas e de universitários (Dalloz, 11ª edição, 1993).

Em relação à Europa, seus trabalhos são diversos e variados: *Le conflit de Trieste* (1965), *L'Europe de 1815 à nos jours*, *Le drame de l'Europe, 1914-1915* e o imenso painel *L'Europe, histoire de ses peuples* (Perrin, 1991). No terreno das biografias, abordou a vida de Clemenceau (Fayard, 1988) e tinha um Foch em preparação. Duroselle também dirigiu a grande coleção (13 vols.) *La politique étrangère de la France, 1871-1969*, na qual escreveu dois volumes: *La décadance, 1932-1939* (Imprimerie Nationale, 1979) e *L'abîme, 1940-1944* (1982; ambos igualmente disponíveis na coleção Points-Seuil desde 1983). Ele tinha aliás dirigido, depois de Pierre Renouvin, a comissão de publicação dos documentos diplomáticos franceses que, no âmbito do Quai d'Orsay, publica regularmente uma seleção de documentos dos arquivos diplomáticos (o último tomo publicado, em três volumes, vai de julho de 1958 a junho de 1959).

Multidisciplinar, grande apreciador de Raymond Aron, ele tinha consolidado suas reflexões teóricas sobre as relações internacionais no consagrado *Tout empire périra* (Publications de la Sorbonne, 1981; Armand Colin, 1992). Finalmente, um de seus últimos livros publicados em vida foi dedicado ao problema das transferências maciças de populações: *L'invasion: les migrations humaines, chance ou fatalité* (Plon, 1992).

A profundidade de sua pesquisa histórica foi resumida numa frase do historiador Pierre Chaunu ao falar de uma obra de Duroselle: "Não se resume um livro que bate o recorde de informações por linha" (Nota necrológica de Henri Amouroux, *Le Figaro*, 17.09.94). Maurice Vaïsse, outro grande especialista do terreno, prestou-lhe uma primeira homenagem nas páginas do *Le Monde*: "Esse poço de ciência, essa memória prodigiosa era também um homem simples de um humor inalterável e de uma extraordinária alegria, fazendo mentir a fórmula de Péguy: 'Quando se tem a juventude, não se tem competência, e quando se tem competência, não se tem mais a juventude'" (15.09.94).

Sua última entrevista foi dada precisamente ao *Le Monde*, que publicou grandes extratos em sua edição de 20.09.94. Nela, Duroselle afirma que "existem dois elementos no esforço do historiador. O primeiro é decisivo: o historiador deve buscar os acontecimentos. Apenas depois que ele acumulou os fatos o mais precisamente possível é que entra o segundo elemento, a interpretação. Se o historiador não interpreta, se ele não tenta encontrar explicações, ele não exerceu sua profissão. A interpretação é o que há de mais interessante para o historiador, mesmo se a História nunca é segura, já que ninguém poderá provar que a sua interpretação é ou não justa".

Paulo Roberto de Almeida

Resenhas

CERVO, Amado Luiz & DÖPCKE, Wolfgang (org.). *Relações internacionais dos países americanos; vertentes da História*. Brasília: Linha Gráfica, 1994, 441 p.

O livro apresentado aqui por um de seus dois organizadores reúne a grande maioria das contribuições da *Conferência Internacional sobre Estado e Nação na História das Relações Internacionais dos Países Americanos*, que se realizou em Brasília no início de setembro de 1994. Tratando-se de *anais*, o livro possui todos os vigores e fraquezas desse gênero de publicação. De um lado, ele vive de sua heterogeneidade: a variedade de seus temas e abordagens faz dele uma leitura animadora. De outro lado, esta atração poderia ser criticada por falta de homogeneidade conceitual ou por voluntarismo teórico. O livro, com efeito, representa um encontro de abordagens diversas, influenciadas pela "escola francesa" (Renouvin, Duroselle, Girault), pelas teorias latino-americanas da dependência ou, ainda, pelo pós-modernismo. O que dá uma coerência ao livro não são as teses nem as abordagens nem, tampouco, as perspectivas teóricas, mas o objeto das investigações. Apesar do título amplo, somente 3 dos 37 artigos não tratam de um país - ou do continente - latino-americano. A publicação é um verdadeiro caleidoscópio da pesquisa sobre a história da relações internacionais dos países desse subcontinente, com ênfase expressiva na Argentina (14 artigos) e no Brasil (10 artigos). Devido a suas origens, os artigos variam quanto ao padrão científico e também quanto à extensão. Embora em sua grande maioria os artigos representem resultados de longas e profundas pesquisas primárias, alguns não vão além de esboços de pesquisas recentemente iniciadas ou em andamento.

Em termos de dimensão temporal, o livro abrange um amplo período que se estende da época colonial (por exemplo, a discussão de Arruda acerca da relação do mercado mundial com traços de proto-industrialização no Brasil colonial) aos tempos recentes (por exemplo, o trabalho de Musacchio sobre o Estado argentino depois de 1990). Alguns trabalhos incluem até mesmo reflexões sobre futuros desenvolvimentos (por exemplo, Ianni sobre nação e globalização e Torres Del Rio sobre

narcotráfico e sua influência na soberania estatal). Mas, apesar do amplo período coberto, a ênfase principal dos trabalhos localiza-se no século XX.

O livro tem cinco partes que bem dão uma idéia da amplitude dos temas abordados: Formação das nações e o impacto dos nacionalismos; Políticas exteriores e relações bilaterais; O conflito, a paz e a segurança; Economia e relações internacionais; Relações regionais e globalização.

Os fios temáticos da publicação transcendem, todavia, essa divisão. Um deles, e sem dúvida um dos elementos temáticos principais, é "a nação", abordada de diversos ângulos e perspectivas. O livro abre com Heredia que expõe uma complexa conceitualização de "nação" e de "espaço regional". Em seguida, os elementos ideológicos dos processos históricos da construção de nações são discutidos (por exemplo, Carnevale sobre yrigoyenismo e alessandrinismo, Rein sobre a trajetória de *hispanidad* no nacionalismo peronista, Meaney sobre o papel da doutrina de Monroe na política externa de Woodrow Wilson ou Bueno sobre as noções de prestígio e soberania na política externa de Rio Branco), sendo "nação" apresentada como terreno intelectual contestado (Funes sobre os discursos no Peru e na Argentina nos anos 1920). Os processos de exclusão e inclusão no desdobramento de nações são elaborados (Corcino dos Santos sobre os povos indígenas no Estado nacional, Kothe e Gertz sobre imigração). O livro apresenta também uma animadora discussão acerca de vários limites e superações da nação (e do Estado-nação), como ainda de espaços alternativos de atuação sócio-política (Torres Del Rio sobre o fim da soberania; Carrizo sobre projetos de união aduaneira e espaço regional; Pineau sobre o Atlântico Sul como região; Ianni sobre globalização e Cancelli sobre a internacionalização da repressão policial desde o início do século XX).

Intimamente ligado à construção da "nação" e a seus elementos, mas também mais restrito como ideologia e projeto político puro, apresenta-se o segundo fio temático do livro: o(s) nacionalismo(s). Uma marcante contribuição original dos trabalhos tanto sobre nacionalismo quanto sobre nação é a elaboração da dialética entre fatores (mais) internos e (mais) externos na construção de nação e nacionalismos. A inserção dos Estados no sistema internacional e em seus subsistemas e as relações bilaterais (conflituosas ou não) são discutidas em muitos artigos, tendo como *background* questões como o processo ideológico das nações e o nacionalismo. Nesse contexto, deve ser destacado o artigo de Rapoport & Spiguel sobre o nacionalismo de Perón nas relações entre a Argentina e os E.U.A.

Outras contribuições têm a mesma ênfase: Saraiva, que compara Argentina, Brasil e México; Gonçalves sobre Brasil e a descolonização da África; Rozencwaig sobre as relações ítalo-argentinas; da Silva, Waldegaray & Zanin sobre a Primeira Guerra do Pacífico. Um aspecto interessante desse tema é a relevância da formação de blocos e da competição das grandes potências na formulação de posições nacionalistas de países latino-americanos (Bieber sobre Bolívia na época da Segunda Guerra Mundial; Menezes sobre o nacionalismo de Vargas e também - em parte - Albònico sobre resistências latino-americanas contra a Aliança Atlântica).

O terceiro fio temático nos conduz através das relações bilaterais e das políticas externas. Juntam-se estudos puramente empíricos com outros que combinam esses temas com questões mais amplas e profundas. À Argentina é dedicada a maioria desses artigos (Llairò & Siepe; de Nadal; Rozencwaig; Crisorio & Aguirre e outros). As relações externas do Chile são examinadas por Lopetegui. Curiosamente, a maioria desses trabalhos trata das relações de países latino-americanos com países europeus. Relações interamericanas são discutidas nas contribuições de Lopez, da Silva *et alii*, Otero, Brancato e Black, a última representando uma interessante reflexão sobre as novas oportunidades e desafios na política dos E.U.A. para a America Latina depois da Guerra Fria. Uma faceta das relações internacionais e bilaterais bem representada no livro são suas ramificações econômicas e especialmente seus vínculos com a política de desenvolvimento. Este tema é abordado nos artigos de Vizentini, Vigevani (ambos em relação ao Brasil) e Cervo (E.U.A., Brasil e Argentina).

Pode-se, portanto, concluir que este livro, mesmo com as limitações devidas ao fato de tratar-se de anais, representa uma importante contribuição ao estudo da história das relações internacionais da América Latina, revelando velhos e novos talentos de pesquisadores.

Wolfgang Döpcke

WALKER, Barbara (org.). *Uniting the Peoples and Nations (Readings in World Federalism).* Washington: World Federalist Association; Amsterdam: World Federalist Movement, 1993, 363 p.

Em 1987, a compiladora Barbara M. Walker, desde muitos anos militante quer na estadunidense "Associação Federalista Mundial", quer no internacional "Movimento Federalista Mundial", publicou o *World Federalist Bicentenial Reader*, um estudo dos princípios federalistas incorporados na constituição dos Estados Unidos e de suas repercussões.

Neste segundo livro de leituras, de 1993, a mesma autora, objetivando soluções abrangentes de desafios planetários, relacionados com a promoção e a manutenção da paz, tais quais o desarmamento, a proteção dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, o planejamento demográfico, reuniu escritos de outros continentes e das mais variadas épocas da humanidade.

O escritor canadense Dieter Heinrich apresenta esta síntese "Esta coleção ímpar de leituras traça o crescimento da idéia de unir as nações e os povos do mundo desde tempos ancestrais até sua incarnação, no tempo presente, na filosofia do federalismo mundial. Este livro mostra que o desiderato da unidade humana é uma idéia não somente ocidental mas também emergente em todos os continentes. Este livro manifesta outrossim que as idéias centrais de preconizadores do federalismo mundial podem ser encontradas em alocuções e publicações de algumas pessoas e instituições notáveis".

Por sua vez, John Logue, professor emérito de Ciência Política, na Pensilvânia, na Universidade de Villanova, assim concluiu sua introdução: "Este excelente livro estimulará o leitor a pensar sobre o que talvez sejam os problemas da maior importância de nosso tempo: é essencial que as Nações Unidas se transformem em uma federação mundial? Que sentido atribuir a esta expressão? Como se poderia operar esta mudança? Exigiria isto reformas amplas das Nações Unidas no futuro próximo? Ou uma série de reformas parciais e graduais durante longo espaço de tempo? Está certa a escola realista em sustentar que, ao menos no futuro próximo, a implementação da idéia de uma federação mundial é ou impossível, ou indesejável ou ambas as coisas?"

Os escritores da 1ª seção do livro ilustram os usos diferentes do termo federalismo. Sabidamente ele é utilizado em contextos variados tais quais o nacional, o continental e o universal. Sugerem-se algumas

possíveis origens da idéia e expõe-se a difusão do federalismo através do mundo. Pergunta-se basicamente: o que é o Federalismo e de onde vem a idéia?

As seleções da 2ª seção, organizada cronologicamente, proporcionam significativa amostra de entendimentos de governo global, através dos tempos. Os textos expressam idéias federalistas e antifederalistas.

A 3ª seção é dedicada às Nações Unidas, pedra angular de uma nova ordem mundial. Desde sua fundação, funcionários da ONU e Estados membros têm procurado modos de torná-la mais efetiva. A compiladora selecionou algumas das muitas propostas e recomendações no sentido de uma ONU estruturada diferentemente.

Nesta última parte, acham-se reunidos textos tanto de ex-Secretários-Gerais da ONU (Dag Hammarskjold, U Thant e Javier Pérez de Cuellar) como do atual titular do cargo, Boutros Ghali, de ex-presidentes de Assembléias Gerais (Gianni de Michelis, Carlos Romulo, Zenon Rossides) e de outros altos funcionários da hierarquia da organização, tais como Briand Urquhart, Eskine Childers, Sadruddin Aga Khan, V. F. Petrovsky e A. Fonseca Pimentel. É justo e grato assinalar que este último, brasileiro, associado às Nações Unidas durante os últimos trinta anos, é atualmente decano de sua Comissão de Administração Pública Internacional, com sede em Nova Iorque, autor de *A Paz e o Pão (Desafio às Nações Unidas)* e *Democratic World Government and the United Nations.*

Esta antologia reproduz textos de cerca de cem autores. Além dos citados anteriormente, vinculados à ONU, há filósofos, políticos, cientistas, juristas, economistas e religiosos como o Papa João XXIII.

A história manifesta que o sistema de Estados-nações, através dos séculos, não impediu numerosas guerras bilaterais e multilaterais. Não se pode assegurar que o estabelecimento de um governo mundial, federal ou não, impediria necessariamente tais conflitos que supostamente passariam a ser intestinos ou civis. Contudo é razoável pensar que o prévio acordo dos povos para o estabelecimento, para toda a humanidade, de um único governo munido de poderes coercitivos para punir agressores poderá ser visto como prenúncio de maior entendimento entre as nações.

Assim, o livro, que não pretende ser exaustivo nem definitivo, elaborado em conformidade com a nobre divisa "For a Just World Order, Through a Strengthened United Nations" merece ser lido com atenção e colocado nas melhores bibliotecas sobre a matéria.

José Carlos B. Aleixo

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992, 194 p.

Com o fim da ordem internacional em vigor no pós-guerra - o sistema bipolar - e a conseqüente abertura de novas fronteiras ao capitalismo, observa-se um mundo cada vez mais interligado, unificado, em que se põe em questionamento tanto a sociedade nacional como objeto de estudo das ciências sociais, quanto o seu papel dentro da nova sociedade mundial. No momento em que vemos emergir a sociedade global, o Estado-Nação mostra-se inadequado para lidar com as mudanças e os novos problemas gerados em escala planetária, encontrando-se, ademais, ameaçado pela nova divisão internacional do trabalho e da produção.

Em seu livro *A Sociedade Global*, Octavio Ianni entende que a globalização deve ser vista como um processo em marcha, podendo desenvolver-se ainda mais em regiões como América Latina e África, que se encontram relativamente marginalizadas no seio desse processo segundo o qual as nações industrializadas vêem suas economias crescentemente interligadas. Dessa forma, embora de modo desigual, a globalização tende a prosseguir em sua expansão, através da articulação com a América Latina e a África, como também pelos países socialistas e ex-socialistas.

É necessário ressalvar que o Estado-Nação - cuja autonomia e soberania vêm sendo postas em causa desde o fim da Segunda Guerra Mundial com a emergência de estruturas mundiais de poder e decisão - com sua história, cultura, tradição etc, continuará a existir. No entanto, ele vê-se constantemente obrigado a ajustar-se e redefinir-se de acordo com as forças que predominam no capitalismo global. Mesmo as sociedades nacionais mais desenvolvidas e coesas acabam por tornar-se um segmento de uma totalidade ainda mais ampla, complexa e contraditória, ficando sujeitas às suas determinações. As comunidades regionais (UE, MERCOSUL, NAFTA etc), que paulatinamente configuram-se como os novos atores das relações internacionais, tendem a destacar a preeminência dos EUA, Alemanha e Japão. Contudo, como afirma Octavio Ianni, nada impede que esses novos "atores" estejam sendo influenciados ou determinados pelos movimentos do capitalismo global.

Enganam-se aqueles que supõem que a crise do socialismo - analisada logo no início da obra - significou o fim do socialismo como um fato da história e o triunfo absoluto do neoliberalismo. Agora, mais do que nunca, as diversas contradições internas e externas entre os próprios

países capitalistas que se encontravam submersas durante a guerra fria são acirradas, revelando a incapacidade do sistema capitalista de eliminar as desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas lançadas em escala mundial. Assim, nessa nova fase da história que se inicia, muitos já voltam a se questionar sobre o socialismo. Cabe aqui o adequado argumento de Moacir Werneck de Castro sobre o capitalismo que "ficou em cena sozinho, absoluto, com seu comitê administrativo do G-7 dando as cartas, controlando mercados, ditando tarefas e costumes, mandando privatizar a torto e a direito, monopolizando meios de comunicação, discriminando as "sub-raças", erigindo enfim o consumismo em religião universal" (*Jornal do Brasil* 19.11.94).

Embora já venha ocorrendo há séculos, o processo de globalização tem se desenvolvido com maior intensidade principalmente devido ao livre comércio, à divisão internacional do trabalho e ao desenvolvimento das comunicações, e sempre sob a marcha do capitalismo. O autor também examina com acuidade algumas fases desse sistema em razão das quais se pode caracterizá-lo como processo civilizatório e como modo de produção material e espiritual, que atinge os quatro cantos do mundo e que revoluciona várias formas de vida e trabalho ou que a elas se acomoda, que *desterritorializa* pessoas, culturas e modos de ser.

O processo de *desterritorialização* das coisas é tido como uma característica básica da globalização. Inclusive estruturas de poder em diversas esferas vêm-se formando sem terem vinculação específica com determinado lugar ou nação. A *desterritorialização* - insiste Ianni - é um processo cada vez mais intenso e generalizado que afeta as lealdades de grupos, as manipulações das moedas tanto quanto as identidades e estratégias dos Estados. Ela acentua as condições de solidão e desenvolve as de alienação, assim como oferece novas possibilidades de ser, agir e pensar. Ampliam-se e generalizam-se outras condições de realização das diversidades, singularidades, universalidades, colocando o indivíduo diante de padrões e valores totalmente novos, constituídos no âmbito da sociedade global.

Por falta de condições jurídico-políticas, institucionais e materiais, distintas instituições e organizações transnacionais ou globais ainda não podem impor-se como governo mundial - embora este já se manifeste de certa forma nas atuações de instituições que controlam o sistema monetário internacional - sendo freqüentemente levadas a apoiar as decisões dos países mais fortes. Coloca-se aí o dilema relacionado ao futuro das

áreas onde ainda não se tenha realizado a homogeneização, nos níveis de produtividade e nas técnicas produtivas, característica das regiões desenvolvidas. Tais áreas encontrar-se-ão cada vez mais à mercê das nações poderosas e à margem das possibilidades propiciadas pela globalização.

Octavio Ianni analisa com objetividade aspectos históricos, econômicos e sociais que concorreram para a formação da sociedade global em emergência. Atualizou recentemente seus conceitos em capítulo de obra coletiva ("Nação e Globalização", in: Cervo, A. L & Döpcke W. (org.) *Relações internacionais dos países americanos; vertentes da História*, Brasília: Linha Gráfica, 1994, p. 425-437).

A Sociedade Global fundamenta-se em vasta bibliografia, enriquecida ainda por debates com intelectuais de diversas universidades nacionais e estrangeiras. O autor não se abre todavia à polêmica que suas idéias suscitam nos meios acadêmicos - como ocorreu em recente Conferência Internacional da qual participou em Brasília, ao confrontar-se com o Diretor do Institut Pierre Renouvin, René Girault, como ainda se depreende de recentes pronunciamentos públicos do geógrafo Milton Santos. Assim mesmo, sua obra estimula a refletir e a especular sobre as possibilidades de inserção do Brasil nessa nova ordem internacional.

Katarina Cristie Alves e Moura

DORATIOTO, Francisco. *Espaços nacionais na América Latina; da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 112 p.

O MERCOSUL está sendo a realização de uma idéia de seus quatro membros - Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai - de se integrarem de maneira incisiva à economia mundial, num momento em que há uma tendência de formação de blocos regionais.

É também um sinal de amadurecimento político de um continente que, depois de quase dois séculos de conflitos e incidentes diplomáticos, busca a cooperação para a solução de seus problemas.

O livro de Doratioto faz um apanhado dessas querelas, descrevendo-as de modo bem elaborado e didático.

Seu pleno domínio do assunto foi demonstrado anteriormente em sua dissertação de mestrado cujo tema eram as relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai e pode ser observado na publicação acerca do conflito entre os dois (*A Guerra do Paraguai*, São Paulo: Brasiliense, 1991, 84 p.).

No período colonial, somente nos pontos de choque é que existia uma preocupação de delineamento preciso das fronteiras, resolvido pelo princípio do *Uti Possidetis*.

Com a irrupção dos movimentos independentistas - causados em parte pela administração napoleônica na Europa - observa-se na América hispânica a fragmentação dos vice-reinos e a desarticulação econômica. As tentativas confederativas de Bolívar e Santa Cruz malogram. A efêmera confederação da América Central, após a descoberta de ouro no final da década de 40 na Califórnia, passa a servir de ponto de passagem mais curto para a costa leste norte-americana, tornando-se área de influência dos Estados Unidos em detrimento da Inglaterra.

O Brasil é um caso à parte, como salienta o autor, porquanto com sua independência não ocorreria o mesmo vácuo de poder surgido no restante da América Latina, como também não faltariam quadros burocráticos, que vieram juntamente com a família real quando da invasão francesa a Portugal.

Destarte, não houve oportunidade para o surgimento de caudilhos, ainda que até meados da década de 1840 tenham ocorrido algumas sublevações de grande monta que, por sua vez, seriam diligentemente esmagadas por um poder central cada vez mais forte.

Em meados do século XIX, com a já mencionada descoberta do ouro nos EUA e retomada do crescimento europeu, propiciou-se aos países latino-americanos um novo fomento a suas economias, as quais passaram a receber grandes investimentos através de empréstimos para a realização de obras de infra-estrutura, possibilitando o fortalecimento do poder central com um exército mais bem aparelhado e uma burocracia mais ampla, o que permitiu aos Estados consolidar seus espaços nacionais através da definição de suas fronteiras, quer pela diplomacia, quer pela ação militar.

Como lembra o autor, a ampliação da demanda leva os países a criar novas cidades e a cultivar mais áreas no interior. Instalam-se nas áreas fronteiriças postos alfandegários e núcleos de povoamento, que passariam a gerar tensão em vez de maior contato aproximativo.

O modo de ocupação das fronteiras e seu controle contribuíram para a eclosão de guerras violentas - como a do Paraguai (1865-1870) e a do Salitre (1879-1884) - que marcariam intensamente o futuro econômico dos derrotados. O conflito entre EUA e Espanha, no final do século XIX, levaria Cuba à independência e Porto Rico a tornar-se protetorado norte-americano.

Atualmente, ainda subsistem algumas pendências como a questão do Canal do Panamá e a posse pela soberania das ilhas Malvinas/ Falklands, as quais envolvem significativos interesses econômicos.

O autor examina o envolvimento das grandes potências nos conflitos latino-americanos. À Grã-Bretanha, por exemplo, no século passado, interessava mais a existência de Estados solventes, fáceis de "manipular", do que pequenos Estados em constantes guerras entre si, com poucas condições de tomar e pagar empréstimos e de comprar produtos ingleses.

Por fim, a obra de Doratioto - que prepara seu doutorado em História das Relações Internacionais junto ao Departamento de História da Universidade de Brasília - examina os conflitos regionais de forma inovadora. Faz um balanço crítico de vasta literatura concebida, geralmente, sob perspectiva nacional e alarga sua análise para além da consolidação dos espaços nacionais e dos marcos cronológicos de cada país.

Virgílio Arraes

BRANCATO, Sandra Maria Lubisco (org.). *Arquivo diplomático do reconhecimento da República*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores; Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, I volume: 1989, 222 p.; II volume: 1993, 251 p.

Em 19 de novembro de 1889, o Ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, expedia a seguinte circular aos governos dos países com os quais o Brasil mantinha relações diplomáticas:

"Senhor Ministro,

O exército, a armada e o povo decretaram a deposição da dinastia imperial e a extinção do sistema monárquico representativo; foi instituído um Governo Provisório que logo entrou no exercício de suas funções e que as desempenhará enquanto a Nação soberana não proceder à escolha do definitivo pelos seus órgãos competentes; este Governo manifestou ao Sr. D. Pedro de Alcântara a esperança de que fizesse o sacrifício de deixar com sua família o território do Brasil e foi atendido; foi proclamada provisoriamente como forma de governo da nação brasileira a República Federativa, constituindo as Províncias os Estados Unidos do Brasil.

O Governo Provisório, como declarou na sua proclamação de 15 do corrente, reconhece e acata todos os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as Potências estrangeiras, a dívida externa e interna, os contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas.

No Governo Provisório, de que é chefe o Sr. Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, tenho a meu cargo o Ministério das Relações Exteriores, e é por isso que me cabe a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, assegurando-lhe que o mesmo Governo deseja manter as relações de amizade que têm existido entre os dois países e pedindo o reconhecimento da República dos Estados Unidos do Brasil".

Num bom retrato do que, já então, se podia classificar de caráter ecumênico das relações internacionais do Brasil, um documento interno da Chancelaria brasileira informava ao mesmo Ministro Quintino Bocaiúva que os governos visados pela Circular eram, na ordem e grafia ali estabelecidas, os seguintes:

"Hespanha, Russia, Grã-Bretanha, Allemanha, Austria-Hungria, Italia, Belgica, Portugal, Sta. Sé, França, Suecia e Noruega, Paises-Baixos,

Suissa (ao Presidente), Dinamarca, Repª. de Venezuela, Chile, Peru, Estados Unidos da América, Repª. Oriental do Uruguay, Republica Argentina, Paraguay, Bolivia, Guatemala, Columbia, Repª. do Salvador, Repª. Dominicana, Nicaragua, Costa Rica, Haiti, Honduras, Equador, Imperio de Marrocos, Imperio da China, Reino da Servia, Reino da Romania, Imperio da Turquia e Imperio do Japão, Repª. de San Marino e Reino de Persia".

Outra circular, com o mesmo texto, acrescentava finais específicos para o México e para o Congo, neste último caso para o "Sr. Administrador Geral da Repartição dos Negócios Estrangeiros do Estado Independente do Congo", Estado que nada mais era do que uma ficção geopolítica inventada pelo Rei Leopoldo, da Bélgica. Ficaram fora da Circular, por razões não esclarecidas, a Grécia e o Egito, países com os quais o Brasil mantinha relações consulares, através do Rio de Janeiro e de Alexandria, respectivamente. De grandes potências a nações praticamente vassalas das primeiras, o universo das relações interestatais no final do século XIX comparece nas listas da Chancelaria brasileira, testemunhando sua grande abertura internacional e precoce vocação para o pragmatismo político.

Em todo caso, esses eram os países envolvidos no relacionamento externo do Império dirigido por Pedro II e aos quais a nova República americana se dirige para solicitar reconhecimento diplomático. Com algumas exceções, são também esses os países que comparecem nos dois volumes do *Arquivo do Reconhecimento da República*, obra de referência documental cuja divulgação, iniciada nas comemorações do centenário da República, foi tornada possível graças à capacidade de iniciativa e ao empenho pessoal demonstrado pela Profª. Sandra Brancato, do Curso de Pós-Graduação em História da PUC/RS, tanto na coleta do material arquivístico original como em sua organização para publicação pelo Ministério das Relações Exteriores. As exceções são poucas, em alguns casos por situações compreensíveis como a ausência de contatos diretos (Haiti, República Dominicana, Reino da Sérvia e da Romênia ou a já mencionada ficção congolesa), em outros provavelmente pelas mesmas razões, mas produzindo lacunas mais lamentáveis, como é o caso do Japão e da Turquia.

Não obstante, a coletânia de documentos relativa aos 36 países objetos da seleção conforma um panorama altamente ilustrativo da densidade das relações diplomáticas do respeitado Império brasileiro, herança que terá de ser retomada e desenvolvida pelo novo regime. Não são poucas as dificuldades iniciais, como demonstrado por diversos expedien-

tes intercambiados com potências monárquicas da velha Europa: finalmente, a jovem República podia ser considerada como ilegítima, pois que resultante de um golpe de Estado militar contra uma dinastia que possuía numerosos vínculos familiares no velho continente. Em contraste, a obtenção do reconhecimento foi bastante mais fácil no hemisfério americano - objeto do primeiro volume da coletânia - já que o regime monárquico brasileiro é que era a *avis rara* num continente republicano.

Assim, é instrutivo seguir as diversas *démarches* empreendidas pela diplomacia brasileira junto a algumas monarquias européias. O Império da Alemanha, por exemplo, manteria apenas relações oficiosas, até que o Congresso Constituinte se tivesse pronunciado sobre a nova forma de Governo. O da Áustria-Hungria, cujo Imperador Francisco José tinha laços de parentesco com D. Pedro II, não poderia senão ter sentido o "mais profundo pesar" pela proclamação da República. Mas, terminados os trabalhos da Assembléia Constituinte, em fevereiro de 1891, os dois Impérios reconheceram oficialmente o Governo republicano. Mais atribuladas foram as condições de retomada das relações com a velha Rússia dos Czares. O representante brasileiro em São Petersburgo era o mais sincero possível: "É preciso que o Governo da República se compenetre de que as simpatias da Rússia pelo Brasil tinham por único fundamento as nossas antigas instituições monárquicas que supunha tão sólidas como as próprias. Uma vez estas desaparecidas, entramos, para o Czar, no rol das nações cuja amizade tem por base, não a paz mas o armistício, estando nas mútuas relações substituída a simpatia pelo desdém mais ou menos aparente segundo os interesses em jogo". Em outras oportunidades, pequenos contenciosos bilaterais, como em relação à França e às fronteiras do Brasil com a Guiana, ou até mesmo particulares, como no caso de uma companhia belga, prejudicaram o andamento das negociações ou retardaram o desfecho inevitável, na medida em que o novo regime se consolidava no Brasil e a volta da monarquia se afastava no horizonte.

A República passará bastante bem pelo seu batismo internacional e já em 1892 o relacionamento diplomático era normal com praticamente todos os países selecionados na coletânia. Os dois volumes constituem um guia bastante útil para o pesquisador especializado e refoçam a cooperação acadêmica que o Itamaraty vem ensaiando, desde alguns anos, com a universidade. Eles estão disponíveis junto à PUC/RS ou ao Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores.

Paulo Roberto de Almeida

BANDEIRA, Moniz. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil. As relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994)*, São Paulo, Ensaio, 1994, 246 p.

Nos últimos trinta anos, Moniz Bandeira se destacou como um dos mais abalizados pesquisadores da história da política exterior do Brasil. Suas análises, elaboradas através de materiais inéditos recolhidos em arquivos públicos e privados de diversos países, em entrevistas com figuras políticas e diplomáticas, bem como em exaustiva bibliografia, o credenciam, tanto no Brasil como no exterior, como atesta sua condecoração pelo governo alemão, em 1991, com a *Bundesverdienstkreuz-Erste Klasse.*

O mais recente lançamento de Moniz Bandeira, *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil* vem a lume como uma obra de referência sobre a evolução da economia brasileira e sua inserção no contexto internacional. O livro se desdobra em doze capítulos e uma conclusão. O capítulo 1 é uma síntese de quatro séculos de história sobre a presença alemã no Brasil e as relações bilaterais entre este país e os estados alemães (desde o descobrimento do Brasil até a República de Weimar). O capítulo 2 aborda as relações entre o primeiro governo de Getúlio Vargas e o Terceiro Reich. O capítulo 3 analisa o reatamento das relações entre os dois países no imediato pós-guerra até a fundação da República Federal da Alemanha. Assim, este livro de Moniz Bandeira, mais do que o título indica, trata das imbricações entre estes dois países ao longo da história do Brasil.

O estilo da narrativa impressiona pela estrutura da frase, que se assemelha à da língua alemã. Embora estruture a frase sem obediência à ordem canônica dos constituintes, a marcação correta dos mesmos torna a leitura amena e não prejudica o entendimento do texto, o qual discorre com clareza sobre temas complexos como comércio internacional, relações diplomáticas, recuperação da Alemanha Ocidental, nacionalismo, imigração, doutrina Hallstein, guerra fria, *boom* econômico de São Paulo, política atômica das grandes potências e do Brasil etc.

A análise dos temas e das fontes, ao lado das referências bibliográficas e das citações de trechos de entrevistas feitas pelo autor com atores principais, sistematiza um quadro sinóptico sobre o entrelaçamento da Alemanha Ocidental com o Brasil, caracterizado por uma interpretação dos fatos rica em informações e marcada pela reflexão do autor. Não

obstante, a abordagem feita não formula uma teoria sobre as relações bilaterais teuto-brasileiras e a inserção do Brasil na ordem internacional. Seu grande mérito é narrar os eventos destas relações contextualizando-os no âmbito da conjuntura internacional e das políticas internas dos dois países.

A linha condutora que perpassa a narrativa do livro, do capítulo 4 ao capítulo 12, é a questão de como a Alemanha Ocidental emerge como potência do pós-guerra e se torna o mais importante parceiro estratégico do Brasil na Europa.

Moniz Bandeira descreve e argumenta as razões da Alemanha ao voltar-se para o Brasil como mercado consumidor de seus produtos industrializados e fornecedor de matérias-primas. Defende a tese de que ao competir com a Grã-Bretanha e os EUA, a Alemanha possibilitou que o Brasil ampliasse sua margem de autonomia internacional, ao aumentar-lhe o poder de barganha e abrir-lhe novos mercados e fontes alternativas de capitais e tecnologia necessários ao seu desenvolvimento. Pondera que a formação da Comunidade Econômica Européia (CEE), bem como a reunificação dos dois Estados alemães não modificaram, ao que tudo indica, essa tendência. Aponta para as possibilidades de a Alemanha vir a constituir a principal porta para maior penetração do Brasil, não só na UE como nos países do Leste Europeu.

Resumidamente, pode-se dizer que o leitor dispõe de uma valiosa obra sobre as relações entre a Alemanha e o Brasil, na qual temas controversos como a política atômica dos EUA, o acordo nuclear Brasil-República Federal da Alemanha (RFA) de 1975, os investimentos alemães no Brasil, a questão da transferência de tecnologia sensível, a presença das fundações partidárias alemãs, bem como a influência política da RFA no Brasil dos anos 1970, são analiticamente narrados, preenchendo uma lacuna que existe na historiografia brasileira. Quanto às relações da Alemanha com a América Latina de 1949 a 1994, esse estudo de Moniz Bandeira não deixa o leitor satisfeito.

Albene Miriam Ferreira Menezes

BOLETIM DA
SOCIEDADE BRASILEIRA DE
DIREITO INTERNACIONAL
Órgão oficial da Sociedade Brasileira de Direito Internacional

DIRETOR DO BOLETIM:

ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE

Correspondência (acadêmica e editorial):
ao Diretor do *Boletim*, Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 70910-900 Brasília DF.

PRESIDENTE DA SOCIEDADE:

GERALDO EULÁLIO DO NASCIMENTO E SILVA

Distribuição (sócios): S.B.D.I., Avenida Marechal Floriano, 196
20080 Rio de Janeiro, RJ

Pedidos (não-sócios): Editora Universidade de Brasília
Caixa Postal 15-3001
70910-900 Brasília DF

CONTEXTO INTERNACIONAL

O debate acadêmico no Brasil no campo das relações internacionais

Revista Semestral

Instituto de Relações Internacionais – IRI
Pontifícia Universidade Católica PUC – Rio

Editor: Paulo S. Wrobel

Redação, administração e assinaturas:

IRI-PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225
Vila dos Diretórios, Casa 19
22453-900 - Gávea, RIO DE JANEIRO RJ, Brasil

Telefones: 021-5299494 e 5299493
Fax: 55-21-2741296

Normas para os colaboradores

1. Os artigos, sempre inéditos, devem conter em torno de 25 laudas de 30 linhas.
2. Encaminhar os originais em disquete, com uma cópia impressa e sem linha entre parágrafos.
3. Cada artigo deve vir acompanhado de seu *abstract* em português e inglês.
4. Na primeira página do artigo deve constar informação sucinta sobre formação e filiação acadêmico-institucional do autor.
5. Notas, referências e bibliografias devem vir ao final do artigo, e não como notas de pé-de-página.
6. As resenhas devem conter em torno de 75 linhas.